



Donos de veículos com placas de final 9 e 0 ainda podem pagar o IPVA no prazo

18 setembro 2020



Foto: Paula Fróes/GOVBA

Os contribuintes do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) cujos veículos têm placas que terminam em 9 e 0 ainda podem quitar o imposto dentro do prazo estabelecido pelo calendário anual publicado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA).

Para as placas de final 9, o prazo se encerra no dia 30 de setembro, quando vence a cota única ou a terceira cota mensal para quem optou pelo parcelamento desde julho. Já o prazo para as placas de final 0 é o dia 1º de outubro.

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e site do Bradesco, informando-se o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no [site da Sefaz-BA](#) ou por meio do call center da secretaria (0800 071 0071).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do



IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA



Veículo: Site Visão Cidade

Data: 18/09/2020

Visão Cidade
tudo que você precisa ver

NOTÍCIAS ▾ MUNICÍPIOS ▾ DA REDAÇÃO ▾ CULINÁRIA EVANGELIZAÇÃO ▾ TURISMO OPINIÃO



Donos de veículos com placas de final 9 e 0 ainda podem pagar o IPVA no prazo

18 de setembro de 2020 Visão Cidade 0 comentários

Os contribuintes do **Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)** cujos veículos têm placas que terminam em 9 e 0 ainda podem quitar o imposto dentro do prazo estabelecido pelo calendário anual publicado pela **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA)**.

Para as placas de final 9, o prazo se encerra no dia 30 de setembro, quando vence a cota única ou a terceira cota mensal para quem optou pelo parcelamento desde julho. Já o prazo para as placas de final 0 é o dia 1º de outubro.

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e site do Bradesco, informando-se o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no [site da Sefaz-BA](#) ou por meio do call center da secretaria (0800 071 0071).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Foto: Visão Cidade

Veículo: Site Jornal da Mídia	
Data: 19/09/2020	



Capa Bahia [Economia](#)

Veículos com placas de final 9 e 0 ainda podem ter IPVA pago no prazo



por [Redação](#)

[19/09/2020](#)

em [Economia](#)

minuto(s) de leitura 1 min

Os contribuintes do **Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)** cujos veículos têm placas que terminam em 9 e 0 ainda podem quitar o imposto dentro do prazo estabelecido pelo calendário anual publicado pela **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA)**.

Para as placas de final 9, o prazo se encerra no dia 30 de setembro, quando vence a cota única ou a terceira cota mensal para quem optou pelo parcelamento desde julho. Já o prazo para as placas de final 0 é o dia 1º de outubro.

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e site do Bradesco, informando-se o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no [site da Sefaz-BA](#) ou por meio do call center da secretaria (0800 071 0071).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Veículo: Site Farol News	
Data: 19/09/2020	



DONOS DE VEÍCULOS COM PLACAS DE FINAL 9 E 0 AINDA PODEM PAGAR O IPVA NO PRAZO

set 19, 2020 | [Serviços](#)



Os contribuintes do **Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)** cujos veículos têm placas que terminam em 9 e 0 ainda podem quitar o imposto dentro do prazo estabelecido pelo calendário anual publicado pela **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA)**.

Para as placas de final 9, o prazo se encerra no dia 30 de setembro, quando vence a cota única ou a terceira cota mensal para quem optou pelo parcelamento desde julho. Já o prazo para as placas de final 0 é o dia 1º de outubro.

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e site do Bradesco, informando-se o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz-BA ou por meio do call center da secretaria (0800 071 0071).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Veículo: Site Bahia de Valor

Data: 19/09/2020

bahiadevalor

Donos de veículos com placas de final 9 e 0 ainda podem pagar o IPVA no prazo

Por
[REDAÇÃO](#)

19/09/2020



Os contribuintes do **Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)** cujos veículos têm placas que terminam em 9 e 0 ainda podem quitar o imposto dentro do prazo estabelecido pelo calendário anual publicado pela **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA)**. Para as placas de final 9, o prazo se encerra no dia 30 de setembro, quando vence a cota única ou a terceira cota mensal para quem optou pelo parcelamento desde julho. Já o prazo para as placas de final 0 é o dia 1º de outubro.

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e site do Bradesco, informando-se o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no [site da Sefaz-BA](#) ou por meio do call center da secretaria (0800 071 0071).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Veículo: Site Informe Baiano	
Data: 18/09/2020	



Nota Premiada Bahia já contemplou 280 baianos do interior



Programa Nota Premiada Bahia já contemplou 768 baianos

Com mais de 563 mil participantes inscritos, a Nota Premiada Bahia, campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado, coordenada pela Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA), já premiou 280 participantes que moram no interior baiano desde o início dos sorteios. A campanha, que sorteia mensalmente 91 prêmios, dos quais 90 de R\$ 10 mil e um R\$ 100 mil, já fez a alegria de 768 pessoas no total. Foram 70 municípios contemplados, além da capital, que segue como líder isolada em premiações no Estado, com 488 moradores premiados desde o início da campanha.

No interior, Feira de Santana é a campeã, com 39 contemplados. Na sequência, aparecem Lauro de Freitas, com 30, Camaçari, com 24, Itabuna com 16 e Vitória da Conquista com 13 ganhadores. A lista de agraciados pela sorte traz ainda premiados nos municípios de Simões Filho e Teixeira de Freitas, com 12 ganhadores respectivamente; Ipiaú (11), Barreiras (10), Jequié e Ilhéus, com nove cada, Porto Seguro e Eunápolis, cada qual com cinco, Luís Eduardo Magalhães (4), e, com três cada, Cruz das Almas, Brumado, Santo Antônio de Jesus, Candeias, Guanambi, Amélia Rodrigues e Amargosa. Outros 38 municípios tiveram um ganhador cada, até agora.

O resultado do último sorteio incluiu entre os ganhadores Edizia Silva, moradora de Lauro de Freitas. Inscrita desde o início da campanha, ela se diz feliz com os R\$ 10 mil ganhos na Nota Premiada. "Me inscrevi a partir da dica de um amigo que foi sorteado anteriormente, e desde então criei o hábito de inserir o CPF na nota", conta. Ela relata que foi surpreendida com o contato da Secretaria da Fazenda e ficou radiante com o prêmio. "Veio em boa hora,

no final de uma pandemia que nos maltratou muito. O prêmio foi bem vindo e vai me ajudar na aquisição de um terreno que há muito penso em comprar”, completou.

Alegria e surpresa que foram compartilhadas por Klebson Santos, de Teixeira de Freitas, município do extremo sul baiano. Ele conta que a sorte bateu pela primeira vez à sua porta e num momento de aperto financeiro. Operador de máquinas na indústria de celulose, Klebson diz que não esperava ganhar, mas inseria o CPF todas as vezes que efetivava uma compra. “Participar não me custava nada, não tinha nada a perder, então pensava sempre, se ganhar ganhei”. O prêmio, segundo ele, vai pagar os equipamentos adquiridos para a academia que montou para a esposa, no bairro de Nova América.

A lista de ganhadores pode ser consultada no site da campanha, assim como ainda no Instagram (@notapremiadabahia) e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

Maioria da capital

A maioria de ganhadores da capital é justificada pelo fato de que Salvador responde hoje por 63% de todos os participantes inscritos na Nota Premiada. Essa diferença entre número de ganhadores da capital e do interior tende a cair com a recente expansão do número de empresas emissoras da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) em todo o estado.

Os participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano ainda compartilham suas notas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 534. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Como participar

Para participar da Nota Premiada Bahia, é necessário cadastrar-se no site da campanha e preencher um formulário simples, no qual o participante também escolhe até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas. As entidades a serem apoiadas estão entre as 528 que participam atualmente do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Dessas, 150 estão na capital e 378 no interior.

Após o cadastramento, o participante só precisa informar o CPF registrado na campanha a cada compra realizada em estabelecimentos que emitam a NFC-e. Ao ser compartilhadas entre as instituições apoiadas, as notas valem em dobro: cada uma das duas instituições escolhidas recebe um ponto a cada NFC-e emitida.

Governo nomeia aprovados em concurso para auditor fiscal na Bahia

O governo da Bahia publicou, no Diário Oficial no sábado (12), a nomeação de 25 aprovados no concurso para auditor fiscal do estado.

Entre as vagas de ampla concorrência e as destinadas a negros, foram selecionados 10 para a área de Administração, Finanças e Controle Interno; sete para Tecnologia da Informação e oito para área de Administração Tributária.

Os nomes dos selecionados, bem como as notas finais obtidas no concurso estão disponíveis no Diário Oficial. O concurso tem validade de um ano, podendo ser renovado por igual período.

O edital para o concurso foi publicado em fevereiro de 2019, com 60 vagas, sendo 24 para a área de Administração, Finan-

DIVULGAÇÃO



Concurso tem validade de um ano, podendo ser renovado por mais um

ças e Controle Interno; 17 para Tecnologia da Informação; e 19 para Administração Tributária.

Os resultados provisórios das provas foram publicados em julho do ano passado, meses antes dos resultados provisórios

dos títulos, que foram divulgados em outubro. O balanço final foi publicado em dezembro do mesmo ano, cerca de três meses antes da lista oficial de aprovados convocados, em março deste ano.

Veículo: Simões Filho Online	
Data: 18/09/2020	



Programa Nota Premiada Bahia já contemplou 768 baianos

Por Miquéias Santos 18 de setembro de 2020 às 08:51

Programa Nota Premiada Bahia já contemplou 768 baianos – reprodução



Programa Nota Premiada Bahia já contemplou 768 baianos

Com mais de 563 mil participantes inscritos, a Nota Premiada Bahia, campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado, coordenada pela Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA), já premiou 280 participantes que moram no interior baiano desde o início dos sorteios. A campanha, que sorteia mensalmente 91 prêmios, dos quais 90 de R\$ 10 mil e um R\$ 100 mil, já fez a alegria de 768 pessoas no total. Foram 70 municípios contemplados, além da capital, que segue como líder isolada em premiações no Estado, com 488 moradores premiados desde o início da campanha.

No interior, Feira de Santana é a campeã, com 39 contemplados. Na sequência, aparecem Lauro de Freitas, com 30, Camaçari, com 24, Itabuna com 16 e Vitória da Conquista com 13 ganhadores. A lista de agraciados pela sorte traz ainda premiados nos municípios de Simões Filho e Teixeira de Freitas, com 12 ganhadores respectivamente; Ipiaú (11), Barreiras (10), Jequié e Ilhéus, com nove cada, Porto Seguro e Eunápolis, cada qual com cinco, Luís Eduardo Magalhães (4), e, com três cada, Cruz das Almas, Brumado, Santo Antônio de Jesus, Candeias, Guanambi, Amélia Rodrigues e Amargosa. Outros 38 municípios tiveram um ganhador cada, até agora.

O resultado do último sorteio incluiu entre os ganhadores Edizia Silva, moradora de Lauro de Freitas. Inscrita desde o início da campanha, ela se diz feliz com os R\$ 10 mil ganhos na Nota Premiada. “Me inscrevi a partir da dica de um amigo que foi sorteado anteriormente, e desde então criei o hábito de inserir o CPF na nota”, conta. Ela relata que foi surpreendida com o contato da Secretaria da Fazenda e ficou radiante com o prêmio.

“Veio em boa hora, no final de uma pandemia que nos maltratou muito. O prêmio foi bem vindo e vai me ajudar na aquisição de um terreno que há muito penso em comprar”, completou.

Alegria e surpresa que foram compartilhadas por Klebson Santos, de Teixeira de Freitas, município do extremo sul baiano. Ele conta que a sorte bateu pela primeira vez à sua porta e num momento de aperto financeiro. Operador de máquinas na indústria de celulose, Klebson diz que não esperava ganhar, mas inseria o CPF todas as vezes que efetivava uma compra. “Participar não me custava nada, não tinha nada a perder, então pensava sempre, se ganhar ganhei”. O prêmio, segundo ele, vai pagar os equipamentos adquiridos para a academia que montou para a esposa, no bairro de Nova América.

A lista de ganhadores pode ser consultada no site da campanha, assim como ainda no Instagram (@notapremiadabahia) e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

Maioria da capital

A maioria de ganhadores da capital é justificada pelo fato de que Salvador responde hoje por 63% de todos os participantes inscritos na Nota Premiada. Essa diferença entre número de ganhadores da capital e do interior tende a cair com a recente expansão do número de empresas emissoras da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) em todo o estado.

Os participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano ainda compartilham suas notas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 534. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Como participar

Para participar da Nota Premiada Bahia, é necessário cadastrar-se no site da campanha e preencher um formulário simples, no qual o participante também escolhe até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas. As entidades a serem apoiadas estão entre as 528 que participam atualmente do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Dessas, 150 estão na capital e 378 no interior.

Após o cadastramento, o participante só precisa informar o CPF registrado na campanha a cada compra realizada em estabelecimentos que emitam a NFC-e. Ao ser compartilhadas entre as instituições apoiadas, as notas valem em dobro: cada uma das duas instituições escolhidas recebe um ponto a cada NFC-e emitida.

Veículo: Site Camaçari Notícias	
Data: 18/09/2020	

CAMAÇARI NOTÍCIAS

Vinte e quatro participantes da Nota Premiada Bahia são contemplados em Camaçari



Crédito: Mateus Pereira/GOVBA

Com mais de 563 mil participantes inscritos, a Nota Premiada Bahia, campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado, coordenada pela **Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)**, já premiou 280 participantes que moram no interior baiano desde o início dos sorteios. A campanha, que sorteia mensalmente 91 prêmios mensais, dos quais 90 de R\$ 10 mil e um R\$ 100 mil, já fez a alegria de 768 pessoas no total. Foram 70 municípios contemplados, além da capital, que segue como líder isolada em premiações no estado, com 488 moradores premiados desde o início da campanha.

No interior, Feira de Santana é a campeã, com 39 contemplados. Na sequência, aparecem Lauro de Freitas, com 30, Camaçari, com 24, Itabuna com 16 e Vitória da Conquista com 13 ganhadores. A lista de agraciados pela sorte traz ainda premiados nos municípios de Simões Filho e Teixeira de Freitas, com 12 ganhadores respectivamente; Ipiaú (11), Barreiras (10), Jequié e Ilhéus, com nove cada, Porto Seguro e Eunápolis, cada qual com cinco, Luís Eduardo Magalhães (4), e, com três cada, Cruz das Almas, Brumado, Santo Antônio de Jesus, Candeias, Guanambi, Amélia Rodrigues e Amargosa. Outros 38 municípios tiveram um ganhador cada, até agora.

O resultado do último sorteio incluiu entre os ganhadores Edizia Silva, moradora de Lauro de Freitas. Inscrita desde o início da campanha, ela se diz feliz com os R\$ 10 mil ganhos na Nota Premiada. “Me inscrevi a partir da dica de um amigo que foi sorteado anteriormente, e desde então criei o hábito de inserir o CPF na nota”, conta. Ela relata que foi surpreendida com o contato da Secretaria da Fazenda e ficou radiante com o prêmio. “Veio em boa hora, no final de uma pandemia que nos maltratou muito. O prêmio foi bem vindo e vai me ajudar na aquisição de um terreno que há muito penso em comprar”, completou.

Alegria e surpresa que foram compartilhadas por Klebson Santos, de Teixeira de Freitas,

município do extremo sul baiano. Ele conta que a sorte bateu pela primeira vez à sua porta e num momento de aperto financeiro. Operador de máquinas na indústria de celulose, Klebson diz que não esperava ganhar, mas inseria o CPF todas as vezes que efetivava uma compra. “Participar não me custava nada, não tinha nada a perder, então pensava sempre, se ganhar ganhei”. O prêmio, segundo ele, vai pagar os equipamentos adquiridos para a academia que montou para a esposa, no bairro de Nova América.

A lista de ganhadores pode ser consultada no **site da campanha**, assim como ainda no Instagram (@notapremiadabahia) e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

Maioria da capital

A maioria de ganhadores da capital é justificada pelo fato de que Salvador responde hoje por 63% de todos os participantes inscritos na Nota Premiada. Essa diferença entre número de ganhadores da capital e do interior tende a cair com a recente expansão do número de empresas emissoras da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) em todo o estado.

Os participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano ainda compartilham suas notas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 534. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Como participar

Para participar da Nota Premiada Bahia, é necessário cadastrar-se no **site da campanha** e preencher um formulário simples, no qual o participante também escolhe até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas. As entidades a serem apoiadas estão entre as 528 que participam atualmente do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Dessas, 150 estão na capital e 378 no interior.

Após o cadastramento, o participante só precisa informar o CPF registrado na campanha a cada compra realizada em estabelecimentos que emitam a NFC-e. Ao ser compartilhadas entre as instituições apoiadas, as notas valem em dobro: cada uma das duas instituições escolhidas recebe um ponto a cada NFC-e emitida.

Veículo: Site Folha do Estado

Data: 18/09/2020

FOLHA DO ESTADO
DA BAHIA

Nota Premiada já contemplou 280 baianos do interior

A campanha sorteia mensalmente 91 prêmios mensais, dos quais 90 de R\$ 10 mil e um R\$ 100 mil

18/09/2020 às 11:30h



Crédito: Mateus Pereira/GOVBA

Com mais de 563 mil participantes inscritos, a Nota Premiada Bahia, campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado, coordenada pela **Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)**, já premiou 280 participantes que moram no interior baiano desde o início dos sorteios. A campanha, que sorteia mensalmente 91 prêmios mensais, dos quais 90 de R\$ 10 mil e um R\$ 100 mil, já fez a alegria de 768 pessoas no total. Foram 70 municípios contemplados, além da capital, que segue como líder isolada em premiações no estado, com 488 moradores premiados desde o início da campanha.

No interior, Feira de Santana é a campeã, com 39 contemplados. Na sequência, aparecem Lauro de Freitas, com 30, Camaçari, com 24, Itabuna com 16 e Vitória da Conquista com 13 ganhadores. A lista de agraciados pela sorte traz ainda premiados nos municípios de Simões Filho e Teixeira de Freitas, com 12 ganhadores respectivamente; Ipiáú (11), Barreiras (10), Jequié e Ilhéus, com nove cada, Porto Seguro e Eunápolis, cada qual com cinco, Luís Eduardo Magalhães (4), e, com três cada, Cruz das Almas, Brumado, Santo Antônio de Jesus, Candeias, Guanambi, Amélia Rodrigues e Amargosa. Outros 38 municípios tiveram um ganhador cada, até agora.

O resultado do último sorteio incluiu entre os ganhadores Edizia Silva, moradora de Lauro de Freitas. Inscrita desde o início da campanha, ela se diz feliz com os R\$ 10 mil ganhos na Nota Premiada. “Me inscrevi a partir da dica de um amigo que foi sorteado anteriormente, e desde então criei o hábito de inserir o CPF na nota”, conta. Ela relata que foi surpreendida com o contato da Secretaria da Fazenda e ficou radiante com o prêmio. “Veio em boa hora,

no final de uma pandemia que nos maltratou muito. O prêmio foi bem vindo e vai me ajudar na aquisição de um terreno que há muito penso em comprar”, completou.

Alegria e surpresa que foram compartilhadas por Klebson Santos, de Teixeira de Freitas, município do extremo sul baiano. Ele conta que a sorte bateu pela primeira vez à sua porta e num momento de aperto financeiro. Operador de máquinas na indústria de celulose, Klebson diz que não esperava ganhar, mas inseria o CPF todas as vezes que efetivava uma compra. “Participar não me custava nada, não tinha nada a perder, então pensava sempre, se ganhar ganhei”. O prêmio, segundo ele, vai pagar os equipamentos adquiridos para a academia que montou para a esposa, no bairro de Nova América.

A lista de ganhadores pode ser consultada no **site da campanha**, assim como ainda no Instagram (@notapremiadabahia) e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

Maioria da capital

A maioria de ganhadores da capital é justificada pelo fato de que Salvador responde hoje por 63% de todos os participantes inscritos na Nota Premiada. Essa diferença entre número de ganhadores da capital e do interior tende a cair com a recente expansão do número de empresas emissoras da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) em todo o estado.

Os participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano ainda compartilham suas notas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 534. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Como participar

Para participar da Nota Premiada Bahia, é necessário cadastrar-se no **site da campanha** e preencher um formulário simples, no qual o participante também escolhe até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas. As entidades a serem apoiadas estão entre as 528 que participam atualmente do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Dessas, 150 estão na capital e 378 no interior.

Após o cadastramento, o participante só precisa informar o CPF registrado na campanha a cada compra realizada em estabelecimentos que emitam a NFC-e. Ao ser compartilhadas entre as instituições apoiadas, as notas valem em dobro: cada uma das duas instituições escolhidas recebe um ponto a cada NFC-e emitida.

Veículo: Site Ilhéus Net	
Data: 18/09/2020	



Programa Nota Premiada Bahia já contemplou 768 baianos

- Por [Franklin Deluzio](#) em [Sem categoria](#)
- 18 de setembro de 2020



Com mais de 563 mil participantes inscritos, a **Nota Premiada Bahia**, campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado, coordenada pela **Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)**, já premiou 280 participantes que moram no interior baiano desde o início dos sorteios. A campanha, que sorteia mensalmente 91 prêmios, dos quais 90 de R\$ 10 mil e um R\$ 100 mil, já fez a alegria de 768 pessoas no total. Foram 70 municípios contemplados, além da capital, que segue como líder isolada em premiações no Estado, com 488 moradores premiados desde o início da campanha.

No interior, Feira de Santana é a campeã, com 39 contemplados. Na sequência, aparecem Lauro de Freitas, com 30, Camaçari, com 24, Itabuna com 16 e Vitória da Conquista com 13 ganhadores. A lista de agraciados pela sorte traz ainda premiados nos municípios de Simões Filho e Teixeira

de Freitas, com 12 ganhadores respectivamente; Ipiaú (11), Barreiras (10), Jequié e Ilhéus, com nove cada, Porto Seguro e Eunápolis, cada qual com cinco, Luís Eduardo Magalhães (4), e, com três cada, Cruz das Almas, Brumado, Santo Antônio de Jesus, Candeias, Guanambi, Amélia Rodrigues e Amargosa. Outros 38 municípios tiveram um ganhador cada, até agora.

O resultado do último sorteio incluiu entre os ganhadores Edizia Silva, moradora de Lauro de Freitas. Inscrita desde o início da campanha, ela se diz feliz com os R\$ 10 mil ganhos na Nota Premiada. “Me inscrevi a partir da dica de um amigo que foi sorteado anteriormente, e desde então criei o hábito de inserir o CPF na nota”, conta. Ela relata que foi surpreendida com o contato da Secretaria da Fazenda e ficou radiante com o prêmio. “Veio em boa hora, no final de uma pandemia que nos maltratou muito. O prêmio foi bem vindo e vai me ajudar na aquisição de um terreno que há muito penso em comprar”, completou.

Alegria e surpresa que foram compartilhadas por Klebson Santos, de Teixeira de Freitas, município do extremo sul baiano. Ele conta que a sorte bateu pela primeira vez à sua porta e num momento de aperto financeiro. Operador de máquinas na indústria de celulose, Klebson diz que não esperava ganhar, mas inseria o CPF todas as vezes que efetivava uma compra. “Participar não me custava nada, não tinha nada a perder, então pensava sempre, se ganhar ganhei”. O prêmio, segundo ele, vai pagar os equipamentos adquiridos para a academia que montou para a esposa, no bairro de Nova América.

A lista de ganhadores pode ser consultada no site da campanha, assim como ainda no Instagram (@notapremiadabahia) e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

A TARDE

MARIA ALICE DE SOUZA*

As medidas impostas para conter a propagação do novo coronavírus e estimular o isolamento social, resultou em mudanças em uma das principais tarefas do lar, a ida ao supermercado. Mesmo com as lojas abertas por se tratar de um serviço considerado essencial, muitos estabelecimentos passaram a oferecer ao cliente a experiência de fazer as compras sair de casa, através de sites e aplicativos. O número de pedidos nesse modelo de atendimento cresceu mais de 10 vezes, segundo dados da Associação Bahiana de Supermercados (Abase), logo no começo da pandemia, em março, e mesmo após a flexibilização a tendência é continuar. O e-commerce ganhou força no segmento e passou a ser uma opção de venda, pois dar ao cliente segurança, comodidade e tempo.

Segundo o analista do Sebrae, Tauan Sousa, a integração do varejo físico com o digital, que já era esperado para os próximos anos tornou-se uma necessidade ainda mais evidente, diante do cenário da pandemia. "Já

existia um número de consumidores acostumados a comprar pela internet, com a pandemia novos clientes descobriram e passaram a usar esses serviços e mesmo com a retomada gradual do dito novo normal, as pessoas vão continuar usando esses recursos, pois o nível de praticidade e satisfação é muito grande", acrescenta.

A adaptação para as compras online foi um desafio para os grandes e para os pequenos supermercados, porém algumas empresas do ramo conseguiram se moldar às necessidades do mercado, o que ocasionou em novas oportunidades de emprego e um retorno positivo de receita. A rede de supermercados Hiperideal, oferece o serviço desde 2018 e viu a busca crescer em torno de 2.000% comparado ao mesmo período do ano anterior, como conta um das relações públicas da rede Isabella Gouveia. Com a grande procura pelas compras online o grupo precisou ampliar o quadro de funcionários em todo e-commerce, atendimento ao cliente e contratação de terceirizados para efetuar as entregas.

A empresa possui duas plataformas online, site e aplicativo, para atender os mais diversos públicos. Sen-

OTIMIZE AS VENDAS ONLINE

PLANEJAMENTO

Muitas empresas já tinham projetos de vender na internet, agora é o melhor momento, faça um planejamento de custos, meios de comunicação e funcionários que saibam utilizar as mídias digitais. O Sebrae pode ajudar a elaborar a melhor estratégia de mercado para logística, marketing e venda do estabelecimento pela internet

DIGITALIZAÇÃO O sucesso é de quem sai na frente e inova; o período da pandemia mostrou a necessidade de se utilizar das ferramentas digitais, então organize os custos e invista em divulgar sua marca, os serviços que sua empresa pode

fornecer ao cliente. Faça uso do WhatsApp, além de ser prático está ao alcance de todos

INOVAÇÃO Além dos tradicionais métodos de pagamento, ofereça ao seu cliente opção mais tecnológica, como pagamento via link ou QR Code

SEGURANÇA O cliente que opta pela compra online, além do conforto, preza pela saúde e quer o mínimo possível de exposição a riscos; então, o uso de máscaras e álcool em gel no processo de entrega é essencial

FONTE: TAUAN SOUSA, ANALISTA DO SEBRAE

A adaptação para passar a atender na modalidade online foi um

CONSUMO Compras pela internet cresceram até 10 vezes na pandemia, e a tendência é de continuarem em alta

Supermercados online permanecem no pós-pandemia

Raphael Muller / Ag. A TARDE



Magno, dono do França, aceita pedido pelo WhatsApp e já planeja criar um site

queno negócio de família, localizado no Campo Grande, costumava fazer entrega nas redondezas do bairro, porém diante da nova realidade ampliou as entregas para bairros adjacentes, segundo o proprietário Magno Rosário. Essa opção co-

belecimento varia de acordo com o bairro.

O supermercado Mais Economia, na Pituba, também sentiu um crescimento na busca pelas compras online, principalmente no mês de março, que resultou no aumento do faturamento, se-

compra via internet é uma novidade que veio para ficar, disse os especialistas.

A Social Miner, empresa especializada em comportamento do consumidor via e-commerce em parceria com a E-commerce Brasil, vem realizando estudos pe-

direta entre o estabelecimento e o cliente.

Quem viveu essa experiência devido às limitações da pandemia, conta que vai continuar utilizando esse recurso, a estudante de jornalismo, Tamires Cardoso, integra esse público, ela des-

COMO COMPRAR PELA INTERNET

HORÁRIO Busque comprar pela manhã, pois a probabilidade de ser entregue no mesmo dia é maior

PROGRAMAÇÃO A maioria dos supermercados só faz entregas de segunda a sexta, então se programe

POLÍTICA Verifique a política de substituições e trocas dos supermercados. Alguns excluem os produtos que faltam ou trocam, mas tem quem entre em contato oferecendo substituições

DETALHES Nas compras por WhatsApp, tente ser o mais específico o possível na quantidade. Se preferir determinadas marcas, especifique. Se for o mais barato,

também indique. Determine, ainda, como quer a fruta ou verdura, se quer madura ou verde

DIREITO O Código de Defesa do Consumidor garante que os produtos cheguem em bom estado. Qualquer problema deve ser questionado. Caso haja alterações no pedido, o consumidor pode desistir

EMBALAGEM Não receba produto que esteja com a embalagem violada

HIGIENIZAÇÃO Higienize todos os produtos com água sanitária, sabão ou álcool 70

do necessária a realização cadastral antes de iniciar a seleção dos itens, com a opção de retirada na loja selecionada ou entrega em domicílio, para receber em casa, o cliente precisa fazer um agendamento e definir a data e horário. Por enquanto as compras só podem ser feitas no cartão de crédito, porém Gouveia, fala que a companhia analisa a possibilidade de incluir novas opções de pagamento. A rede oferece entrega gratuita para pedidos acima de R\$ 100.

Aderir ao varejo digital também tem sido a alternativa para pequenas empresas que viram o público diminuir no espaço físico. Essa inovação foi implantada no França Supermercado. O pe-

desafio para grandes e pequenos supermercados

Hoje, mais do que nunca, é preciso investir no ambiente virtual, para não ficar atrás da concorrência

laborou com o faturamento do local que vinha sentindo os efeitos da redução da frequência de clientes na loja.

Além disso, o supermercado que antes da chegada do novo coronavírus, só realizava pedidos por Whatsapp, devido a grande procura e para atender a nova carteira de clientes, planeja a criação de um site de compra para atender a urgência do mercado.

"Estamos preparando o site, pois devido à procura vamos continuar oferecendo o serviço de entrega a domicílio mesmo no pós-pandemia, o delivery supriu a ausência dos nossos clientes na loja, por isso vemos esse serviço como algo que veio para ficar", disse. A taxa de entrega cobrada pelo esta-

gundo o gerente Mauro Souza. Ele diz que antes do surto da Covid-19 o número de solicitações era menor. O estabelecimento dispõe de e-mail, telefone fixo e Whatsapp para realização dos pedidos, que podem ser pagos através de cartões de crédito e débito, à vista ou transferência bancária. O supermercado faz as entregas no mesmo dia e não cobra taxa desde que atenda os limites do bairro.

No futuro

Para os empreendedores, comerciantes e autônomos, será preciso investir no ambiente virtual, para não ficar atrás dos concorrentes, seja através das redes sociais, dos aplicativos de delivery ou dos sites mais complexos. A

riódicos em meio à pandemia. A necessidade de administrar o tempo e a praticidade vai levar o público cada vez mais a efetuar compras a distância. O estudo aponta que 62,7% dos entrevistados vão realizar compras de mercado tanto online quanto em lojas físicas, e 10,9% estão decididos a consumir só online.

A pesquisa também mostra que dentre os canais de atendimento preferidos pelo consumidor na hora de finalizar uma compra, são os sites que permanecer no topo da lista, com 72,2%, e o grande destaque nessa pandemia é o Whatsapp, empregado como ferramenta de trabalho, teve preferência de 40,7% devido à interação

cobriu que era possível ir às compras sem sair do conforto do lar, através de app delivery e desde então adotou essa prática, já que evita ir às ruas desde março por morar com pessoas do grupo de risco.

"Não foi bem uma escolha, logo de primeira, foi uma opção de não se expor, por zelar pelo meu avô, dessa forma eu só entro em contato com o produto quando recebo em casa e basta fazer o processo de higienização, assim evito riscos de contaminação, que é grande em um supermercado. Depois que descobrir essa praticidade tenho certeza que vou continuar fazendo uso", conta.

* SOB SUPERVISÃO DA EDITORA
CASSANDRA BARTELO

Veículo: A Tarde	Caderno: Agronegócio
Data: 21/09/2020	Página: B3

A TARDE

Agro

A TARDE JOSÉ LUIZ TEJON



UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

atarde.com.br/columnista/atardeagro
tejon@grupoatarde.com.br

Bahia é “grão legal”

Conversei com Alan Juliani, presidente da Aprosoja Bahia, sobre produção, perspectivas 2020-2021 e sustentabilidade.

O Alan, além de presidir a Aorsoja baiana, também é produtor rural em São Desidério. E, sobre a sustentabilidade, garantiu-me que temos na Bahia compromissos totais com a legalidade. Ou seja: a produção de grão da Bahia é legal. Esse tema hoje passou a ser decisivo no futuro do agronegócio que, cada vez mais, será sinônimo de um sistema de saúde, incluindo a saúde humana, do meio ambiente, cujo ini-

cio é na origem nos campos com produtoras e produtores rurais.

“O solo não é nosso, o solo é o legado que vamos deixar para gerações futuras”, assim meio ambiente e práticas conservacionistas fazem a gestão do grão, reitera Alan Juliani. Não adianta xingar e reclamar, produção com sustentabilidade e legalidade precisaremos incorporar.

A perspectiva da nova safra 2020-2021 é de um crescimento potencial de 5% na Bahia. Os preços médios subiram, o mercado internacional também. Mas cuida-

do – nem tudo é “mar de rosas”. E aqui existem alertas importantes, no sentido de os produtores travarem o custo. Hoje, mais da metade

A perspectiva da nova safra 2020-2021 é de um crescimento potencial de 5% na Bahia

da nova safra da Bahia já foi comercializada. Isso é bom, pois os preços estão elevados. Porém, atividade rural é uma caixa de riscos.

São Pedro, com o clima, oferta de safras de diversos países, pragas, doenças, o câmbio (o quanto estará na hora da colheita em março e abril de 2021?) e, com certeza, as eleições nos Estados Unidos irão alterar os cenários da guerra comercial, caso Trump não vença.

O Brasil precisa de muito mais soja. Como exemplo simples, bastou vendermos um pouco mais na exportação este ano, mesmo com

recorde de produção, por outro lado o “corona voucher”, com os R\$ 600, ampliando o consumo do óleo de soja nas casas, e já foi suficiente para apertar o estoque de soja no País, a ponto de diminuir o biodiesel no diesel.

No oeste baiano, com biodiesel, e mais agroindustrialização sobre a soja, poderemos, sim, oferecer crescimentos extraordinários para o aumento do PIB do estado e contribuir para o crescimento nacional, além de ampliar a segurança dos produtores rurais.

Investimentos em tecnologia estão sendo feitos, com

nutrição de solo, plantas, modernos defensivos, sementes, mecanização de precisão, softwares de gestão das propriedades e inteligência de big data. Por isso, o agronegócio cresce. Inova em tecnologias.

Se o Brasil não crescer, nenhum governo vai ter o que fazer. Precisamos dobrar o PIB brasileiro, US\$ 4 trilhões como meta, e, para isso, será necessário dobrar o agro de tamanho.

Nós podemos, e a Bahia terá cada vez mais importância estratégica vital nesse progresso. Bahia tem “grão legal”.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 21/09/2020	Página:

Correio*

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

•• Vindo dele, qualquer ofensa ou crítica eu considero elogio e um reconhecimento à minha integridade. Há quase 20 anos na vida pública, não tenho uma mácula nem absolutamente nada para responder. Volto para casa com minha consciência tranquila. Não posso dizer o mesmo sobre ele ACM Neto

Prefeito de Salvador, ao ironizar as críticas feitas a ele pelo presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, réu confesso e condenado do Mensalão, cuja filha, a ex-deputada Cristiane Brasil, foi presa recentemente também por suspeita de corrupção e desvio de verbas públicas no Rio de Janeiro

Perigo represado

Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) detectou a existência de "alto potencial de dano" em 300 das 348 barragens sob responsabilidade do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), órgão do governo baiano a quem cabe fiscalizar a segurança das estruturas de competência estadual. De acordo com relatório obtido pela Satélite, os técnicos do TCE identificaram outras 20 barragens consideradas de risco médio, 21 de baixo dano potencial e sete sem qualquer classificação. "Ademais, a auditoria constatou a ausência de registros em relação a diversas barragens, referentes ao comprimento, capacidade, tipo (se é destinada para acúmulo de água ou de resíduos) e altura", destacam os auditores, ao alertar também que o cadastro do Inema não inclui as clandestinas ou construídas sem aval do órgão.

VOLUME MORTO

O relatório aponta ainda que a fiscalização das 348 barragens é feita por apenas quatro servidores do Inema e que, de janeiro de 2018 e maio de 2019, só foram realizadas dez inspeções.

Causa e efeito

A auditoria deu destaque especial à análise da Barragem do Quati, que se rompeu em 11 de julho de 2019, deixando quase 3,3 mil desabrigados e desalojados em Pedro Alexandre e Coronel João Sá, no nordeste baiano. A barragem, cita o relatório, não era cadastrada ou licenciada pelo Inema, o que "reforça a necessidade de maior atuação do órgão", para evitar "situações que descumpram" leis ambientais e causem "danos à sociedade".

Laços de família

A investigação da Polícia Civil sobre o esquema de fraude e falsificação em milhares de ações judiciais no interior da Bahia, revelado pela coluna na última quinta, descobriu parentes de desembargador entre os advogados suspeitos de envolvimento com a prática. Todos foram intimados a depor.

Maior fatia do bolo

A Bahia foi o maior beneficiado, até agora, com o repasse de R\$ 1,69 bilhão concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional a pequenos comerciantes nordestinos afetados pela pandemia. No total, captou R\$ 319 milhões. Em seguida, vêm Ceará (R\$ 281 mi) e Pernambuco (R\$ 235 mi).

Time offline

Na reta final para envio da lista de candidatos a vereador à Justiça Eleitoral, somente sete partidos tiveram os nomes que vão concorrer em Salvador registrados no sistema do TSE: PV, PSDB, PSC, Podemos, Patriota, Novo e Avante, que somam 431 inscritos. Outras siglas com bancadas expressivas na Casa ou deixaram para a última hora ou devem aparecer na próxima atualização do TSE. É o caso do DEM, PT, MDB e Republicanos.

Que lambança!

O Cidadania de Feira de Santana virou o maior rebu eleitoral na cidade. Em convenção no último dia 6, o partido anunciou apoio ao prefeito Colbert Martins (MDB), aliado do ex-presidente Gilvan Leal e adversário do atual, Deibson Cavalcante, que ignorou a decisão e assumiu a vice na chapa do ex-deputado Carlos Geilson (Podemos).

Grupo de escolas pede programação para retorno

CARTA ÀS AUTORIDADES Com as aulas suspensas desde 18 de março, as escolas particulares buscam respostas sobre o retorno das atividades presenciais. Em carta aberta endereçada ao governador Rui Costa e ao prefeito ACM Neto, o Grupo de Valorização da Educação (GVE) quer saber sobre a previsão de volta às aulas.

Porta-voz do grupo e diretor do Perfil, Wilson Abdon explica que a carta tem como objetivo conseguir respostas dos gestores sobre a retomada das aulas para que, assim, seja possível se preparar da melhor forma para este momento. “Não estamos pressionando para o retorno, mas queremos saber se existe uma data. É necessário existir uma programação para que esse momento ocorra da forma mais segura possível. Para isso, as escolas têm que

6 meses é o período em que as aulas estão suspensas na Bahia, nas redes pública e particular, por conta da pandemia

treinar professores, por exemplo”, afirma o representante, que acredita que os posicionamentos sobre o assunto ainda são vagos.

Na carta, o GVE informa possuir “a assessoria de equipes médicas de infectologistas e profissionais habilitados, contratados para, através de uma preparação implementada, seguir os protocolos de proteção necessários à coexistência da preservação da saúde e abertura das escolas”.

A carta ainda questiona sobre quais serão os protocolos de volta às aulas, que ainda não foram divulgados pelas autoridades estaduais e municipais. O desejo é que se possa construir as ações de retomada em conjunto.

“A ideia é que possamos retornar este ano de forma gradual para ter o acolhimento dos alunos e das famílias. Entretanto, temos que ter um prazo para nos reorganizar e

estamos provocando uma resposta para que possamos entrar no debate e contribuir”, afirma o representante.

Uma das possibilidades imaginadas pelo GVE é a retomada gradual em 2020, com 30% dos estudantes nas escolas e o restante acompanhando de casa. Com isso, haveria condições de receber uma maior quantidade – ou até mesmo todos – os estudantes presencialmente em 2021.

O decreto estadual que suspende as atividades escolares na Bahia vale até o dia 27 deste mês. Em agosto, o governador Rui Costa disse que ainda não havia uma data definida. Diversas escolas na capital e no interior passam por testes contra a covid-19. Em Salvador, o prefeito ACM Neto afirmou, na última quinta, que a expectativa dele é para um retorno ainda este ano, mesmo que parcialmente.

LEIA A CARTA DO GVE EM CORREIO24HORAS.COM.BR

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 21/09/2020	Página:

Correio*

GOVERNO PREPARA MUDANÇA NA REGRA DE ACESSO AO BPC

DECRETO O governo prepara um decreto para regulamentar novas concessões do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, a partir de 2021. Um veto do presidente Jair Bolsonaro a uma tentativa do Congresso de ampliar o alcance do programa acabou deixando um vácuo legal e não há hoje qualquer regra definida para o benefício no futuro. Sem o decreto, o governo ficará sem base para autorizar novas inclusões no BPC a partir de 1º de janeiro.

O BPC hoje é concedido para beneficiários com renda familiar por pessoa de até 1/4 salário mínimo. Em razão da pandemia, esse limite de renda pode ser ampliado até 1/2 salário mínimo, de acordo com o nível de vulnerabilidade do beneficiário.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 21/09/2020	Página:

Correio*

GOVERNO E ALIADOS DISCUTEM UM CORTE DE R\$ 30 BILHÕES

PACTO FEDERATIVO Mem-
bros do governo debateram
neste fim de semana com o
senador Márcio Bittar
(MDB-AC) o Pacto Federati-
vo. A proposta corta gastos
obrigatórios e abre caminho
para novas despesas a partir
de 2021. Os cálculos atualiza-
dos apontam para um poten-
cial de economia acima de R\$
30 bilhões no próximo ano;
uma versão mais enxuta pou-
paria quase R\$ 20 bilhões.

Neste momento, a propos-
ta de Bittar, relator da PEC
do Pacto Federativo, vai um
passo além do texto criado
pelo governo. Em um dos
trechos mais importantes,
elimina o piso de recursos
para saúde e educação.

Os números, porém, ainda
dependem do modelo final a
ser aprovado por Bolsonaro.
Nas discussões, está sob aná-
lise a viabilidade de o espaço
proporcionado pelo corte de
despesas ser ocupado por um
novo programa social, apesar
do recado do presidente na
semana passada de que não
se fala mais em Renda Brasil.

Mais*

EMPRESA DIZ QUE FECHAMENTO FAZ PARTE DE 'ESTRATÉGIA'; CLIENTES LOTARAM LOJAS ONTEM

Priscila Natividade

REPORTAGEM
priscila.oliveira@redebahia.com.br

Após 13 anos de operação em Salvador, a partir de hoje todas as quatro Mega Stores da Livraria Saraiva na capital baiana deixam de funcionar. A confirmação foi feita ao CORREIO, pela gerente das unidades da rede no estado, Elisângela Nunes. A empresa não quis comentar o fechamento nem deu detalhes sobre possíveis demissões com o fim das lojas físicas.

As livrarias instaladas no Shopping da Bahia, Barra, Salvador e Paralela, inclusive, já haviam começado a fazer promoções com descontos progressivos de 20% a 40%. Porém, era possível encontrar produtos no outlet com redução de até 90%. Ontem, nas unidades do Shopping da Bahia e Salvador Shopping, o CORREIO registrou filas que ultrapassavam os limites das lojas. No site da empresa, na aba 'Nossas Lojas', os pontos de venda do estado não aparecem mais na lista.

Em nota, a Saraiva escreveu que "constantemente está avaliando a rede de lojas e definindo sobre fechamentos, assim como outros varejistas, fazendo parte de sua estratégia regular". E finaliza afirmando que por "a companhia ser de capital aberto" não compartilha detalhes dessa sua estratégia.

A notícia já havia movimentado as redes sociais nos últimos dias por fãs da livraria, mesmo sem a confirmação oficial da Saraiva, que chegou a Salvador em 2007. A proposta de mega store trazia formato de negócio inovador diante das lojas mais tradicionais e logo conquistou um público cativo.

"A Saraiva oferecia um ambiente mais aconchegante e acolhedor, sendo que ainda contava com um catálogo absurdo de livros. A chegada da rede aqui coincidiu com o meu maior interesse pela leitura e, em especial, pela coleção de quadrinhos", lembra o publicitário Gilberto Coelho, 33 anos.

Para o estudante Felipe Motta, 23, não é só uma loja a menos, mas o fechamento de um espaço de cultura. "Várias vezes eu comecei a ler um livro lá antes de comprar. E eu penso que digitalmente você pode não ter esta oportunidade".

A produtora de conteúdo, Renata Pinheiro, 27, é mais uma que também lamenta o fim da Saraiva: "só quem ama livros, que gosta sabe como é a emoção de cheirar um livrinho novo, ter a experiência de ver os lançamentos. Eu entrava lá e passava horas. Era um lugar que nos acolhia".



THAIS BORGES

Nos últimos dias de funcionamento, rede de livrarias investiu em descontos para diminuir o seu estoque

Saraiva fecha as unidades em Salvador

Último capítulo As quatro unidades da rede de livrarias na capital baiana funcionaram até ontem, com descontos que chegaram a até 90% nos preços dos livros

Em maio, quando as lojas físicas estavam impedidas de funcionar por conta da pandemia, a Saraiva já havia anunciado o fechamento de diversas livrarias em São Paulo, no Distrito federal, Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Além das sete unidades distribuídas nestes estados, outras 12 lojas em outras regiões, entre elas, a localizada no Shopping da Bahia, em Salvador, corriam o risco de fechamento, caso os custos

não fossem renegociados.

O diretor de negócios do grupo, Deric Guillen, havia divulgado um comunicado aos funcionários da rede, anunciando o fechamento de algumas das lojas, associando a causa aos prejuízos decorrentes pela suspensão das atividades devido à crise do coronavírus. No segundo trimestre de 2020, o prejuízo da Saraiva cresceu 64% com perda de R\$ 118,2 milhões e a receita caiu 82%.

Há dois anos, a Saraiva entrou com um pedido de recuperação judicial, após acumular uma dívida de R\$ 675 milhões. Na época, eram 85 lojas em 17 estados. No ano passado, a rede centenária criada em São Paulo, em 1914, apresentou plano de recuperação dos seus negócios aos credores, em que a companhia propôs pagar apenas 5% da sua dívida em 15 anos.

EFEITOS

Escritor baiano e colunista do CORREIO, Edgard Abbehusen, diz que não vai ser mais a mesma coisa ir ao shopping e não encontrar a livraria. "Soube que a Leitura, do Bela Vista, fechou e a Cultura, do Salvador Shopping, antes mesmo da pandemia, foi reduzida pela metade. É um baque enorme pra gente que gosta de livro. Quando você escreve um livro, o seu sonho é ter a sua obra na prateleira de uma livraria. As livrarias físicas são super importantes na formação do leitor. E ter uma ou duas delas a menos, apesar da minha esperança de renovar espaços, machuca".

Abbehusen destaca ainda, a perda para o mercado editorial do país como um todo, sobretudo, diante de um cenário de crise. "A livraria física dá a oportunidade do autor encontrar os seus leitores e se conectar com eles de perto. O mercado editorial no Brasil hoje vive uma crise e não tem nada a ver com o avanço das possibilidades digitais. É uma crise puxada por gigantes. Acredito que o país fica um pouco mais ferido quando uma livraria fecha as portas", completa.

●● A chegada da rede aqui coincidiu com o meu maior interesse pela leitura e, em especial, pela coleção de quadrinhos. Era sempre bom ir até a livraria e ver as novidades, trocar uma ideia, participar dos eventos ou simplesmente fazer hora lendo um livro

Gilberto Coelho
Publicitário

●● Várias vezes eu comecei a ler um livro lá antes de comprar. E eu penso que digitalmente você pode não ter esta oportunidade

Felipe Motta
Estudante

●● É um baque enorme pra gente que gosta de livro. Quando você escreve um livro, o seu sonho é ter a sua obra na prateleira de uma livraria. As livrarias físicas são importantes na formação do leitor

Edgard Abbehusen
Escritor baiano e colunista do CORREIO

Municípios deixam de ganhar até R\$ 9 milhões sem São João

PESQUISA O cancelamento das festas de São de João na Bahia por conta da pandemia da covid-19 gerou impactos expressivos na economia do estado: 77,8% das festas juninas privadas perderam até R\$ 100 mil, cada uma, em 2020, de acordo com a pesquisa “Impactos financeiros da covid-19 sobre os festejos juninos na Bahia”, realizada pelo Observatório de Economia Criativa (OBEC-BA).

Entre 10 de julho e 31 de agosto de 2020, o estudo ouviu cerca de 190 pessoas diretamente envolvidas com a organização das festas juninas públicas e privadas no estado.

Dados preliminares foram divulgados nessa sexta-feira (18), em uma coletiva virtual. A pesquisa do OBEC é em parceria entre a União dos Municípios da Bahia (UPB) com o portal “São João na Bahia” e reúne pesquisadores da Universidade Federal da Bahia (Ufba), Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e da Universidade do Estado da Bahia (Uneb).

O estudo indica que 57,1% dos profissionais da cultura perderam mais de R\$ 10 mil sem a tradicional festa em

seus municípios. Já 86,8% dos grupos musicais e bandas perderam acima de R\$ 15 mil. Foi a primeira vez, desde 1961, que o São João não foi comemorado na Bahia — naquele ano, uma grande seca acometeu o estado e impediu a realização dos festejos. Em 2020, o problema foi a pandemia de covid-19.

Segundo os pesquisadores, as prefeituras das principais cidades que realizam a festa — Senhor do Bonfim, Amargosa, Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus e Ibicuí — disseram que, para cada R\$ 1 milhão investido, existe um retorno de R\$ 10

milhões para o município. Ou seja, este ano, cada um deles deixou de arrecadar pelo menos R\$ 9 milhões.

Além disso, 85% dos respondentes das festas privadas indicaram ter realizado o cancelamento total de contratos já fechados com artistas e serviços para a edição de 2020.

“Os mais impactados foram os profissionais que trabalham com São João mais tradicional e não os dos grandes eventos”, afirmou a pesquisadora Lucia Queiroz, uma das coordenadoras da pesquisa.

Para sobreviver às perdas econômicas, as estratégias adotadas pelos artistas foram, em maioria, fazer lives gratuitas (55,3%). A segunda medida mais utilizada foi a revisão de despesas (30,3%), seguida da venda de patrimônio pessoal (22,4%). “Até os instrumentos musicais, os profissionais venderam”, pontuou a pesquisadora Carmen Lima (Uneb). O observatório ainda apresentou possíveis soluções, como a promoção de editais e políticas públicas e a criação de um crédito especial para o setor.

MARCELA VILLAR, ORIENTADA PELA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

IMPACTO

100 MIL

reais é quanto cada festa privada deixou de arrecadar, em média, quando suspendeu os festejos juninos devido à pandemia de covid-19, segundo o levantamento do Observatório de Economia Criativa

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 19 e 20/09/2020	Página:

Correio*

Paulo Guedes é condenado a pagar R\$ 50 mil a sindicato baiano

POR OFENSA A Advocacia-Geral da União (AGU) irá recorrer da decisão da 4ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária da Bahia que condenou o ministro da Economia, Paulo Guedes, a pagar uma indenização de R\$ 50 mil ao Sindicato dos Policiais Federais da Bahia (Sindipol-BA).

A informação foi dada ao Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) pela assessoria da AGU, que disse que “oportunamente a Advocacia-Geral da União irá apresentar o recurso cabível”.

Guedes foi condenado pela juíza Cláudia da Costa Tourinho Scarpa em uma ação de reparação pelo dano moral coletivo movida pelo sindicato após o ministro ter comparado servidores públicos a ‘parasitas’, em uma palestra proferida no dia 7 de fevereiro deste ano, no seminário Pacto Federativo, promovido pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

“O funcionalismo teve aumento de 50% acima da inflação, tem estabilidade de emprego, tem aposentadoria generosa, tem tudo. O hospedeiro está morrendo. O cara (funcionário público) virou um parasita e o di-

MARCOS CORRÊA/PR



O ministro Paulo Guedes

nheiro não está chegando no povo”, disse Guedes na ocasião. Três dias depois, ele pediu desculpas aos servidores públicos e afirmou que seu objetivo “jamais foi ofender as pessoas que cumprem seus deveres”.

Ainda assim, a juíza avaliou que Guedes violou “os direitos da personalidade dos integrantes da categoria profissional representada por este ente sindical”.

Em nota, o presidente do Sindipol-BA, José Mário Lima, avaliou que a justiça foi feita: “Qualquer cidadão deve ter a devida reprimenda quando está errado. A lei é para todos”. O sindicato pretende doar o valor da indenização a hospitais filantrópicos da Bahia.

Veículo: Correio

Data: 19 e 20/09/2020

Caderno:

Página:

Correio*

24H ECONOMIA

Desemprego vai a 14,3% e afeta 13,7 mi de pessoas

CRISE A taxa de desemprego no País passou de 13,2%, na terceira semana de agosto, para 14,3% na última semana do mês, como resultado do maior número de pessoas que voltaram a procurar trabalho com o relaxamento das medidas de isolamento social no País. O índice, divulgado nessa sexta (18/9) pelo IBGE, é o mais alto desde que o órgão começou a publicar sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios covid (Pnad Covid-19), em maio.

Em apenas uma semana 1,1 milhão de pessoas a mais saíram à procura de trabalho. Ao mesmo tempo, de acordo com a pesquisa, meio milhão de trabalhadores foram dispensados de seus empregos. "O desalento tende a diminuir, e as várias medidas restritivas

1,1
milhão de pessoas saiu em busca de emprego em apenas uma semana, pressionando o mercado de trabalho

adotadas contra a pandemia estão sendo relaxadas. Com a redução do auxílio emergencial, é possível que as pessoas que terão parte de sua renda diminuída tenham de procurar emprego", disse Marco Cavalcanti, diretor-adjunto de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A reabertura de atividades econômicas e a flexibilização do isolamento social têm encorajado as pessoas que estavam na inatividade a buscar uma vaga. A população desempregada somou 13,7 milhões na quarta semana de agosto.

"Quando estava com as medidas restritivas, as pessoas não podiam se locomover, não podiam buscar emprego, as empresas estavam fechadas", afirmou Maria Lucia Vieira, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE.


Embora haja mais trabalhadores em busca de uma vaga, o total de ocupados desceu a 82,2 milhões na quarta semana de agosto, cerca de 500 mil a menos em apenas uma semana. Ainda segundo a pesquisa, a taxa de informalidade ficou em 34%, ante 33,4% antes. Como aumentou a incidência de informais no mercado de trabalho na mesma semana em que houve redução na população ocupada, é possível dizer que as demissões atingiram mais os trabalhadores formais (aqueles com carteira assinada).

Na quarta semana de agosto, ainda havia cerca de 3,6 milhões de trabalhadores ocupados, porém afastados do trabalho devido às medidas de isolamento, 400 mil a menos que na semana anterior. Porém, essa redução não se converteu em retorno à atividade laboral - pelo contrário, a maioria deles foi dispensada.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 19 e 20/09/2020	Página:

Correio*

MIRIAM LEITÃO

 blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/



EMPRESAS E AMBIENTALISTAS PEDIRAM MUDANÇAS AO GOVERNO, QUE PERSISTIU EM SUA POLÍTICA ANTIAMBIENTAL

Desmatamento e esperança

A defesa do meio ambiente recebeu, esta semana, reforços importantes. Empresas unidas a ambientalistas foram dizer ao governo que este é o momento de mudar de rumo. E, mais do que apelos, levaram propostas concretas de como fazer essa mudança. O governo, contudo, dobrou a aposta no seu descaminho. O vice-presidente se atrapalhou nas declarações, o presidente Bolsonaro chorou o seu negacionismo. Foi ao Pantanal e não viu a queimada, mas a fumaça o buscou até no avião. Os dois lados foram claros. Eles estão bem distantes um do outro.

A coalizão Brasil Clima Florestas e Agricultura já seria importante só pela parceria inédita que representa, mas além disso levou uma lista de coisas práticas a fazer. Eles acham que

é preciso punir quem comete crime ambiental, na mesma linha da entrevista do executivo da Marfrig, Roberto Waack, ao GLOBO, ontem. Propõem a suspensão dos registros do Cadastro Ambiental Rural que estão em florestas públicas. Parece incrível que se tenha que propor que não se legalize o roubo da terra pública, mas assim é o país. Eles sugeriram uma ação superimportante: criar unidades de conservação e de uso sustentável em 10 milhões de hectares próximas às áreas que estão sob maior pressão. Foi exatamente assim que se conseguiu, no passado, inverter a curva do desmatamento. Querem que haja total transparência – e isso de fato é o mínimo – nas autorizações de desmatamento. Sugerem a suspensão de todos os proces-

sos de regularização fundiária em terras nas quais tenha havido desmatamento ilegal depois de julho de 2008, data do Código Florestal.

O vice-presidente Hamilton Mourão, sobre quem está depositada a expectativa de que o governo entenda do que está se falando, deu sinais mistos. Ele recebe e ouve de forma polida. Mas acusou um "opositor" de dentro do Inpe de divulgar os dados. Erro crasso, porque os dados são públicos, uma conquista de governos passados. Democracia, como se sabe, combina com transparência. Qualquer pessoa pode buscar esses dados no site do Inpe. Na sexta-feira, ele deu um estranho sinal. Defendeu a criação de uma nova agência de governo, que concentre os sistemas de monitoramento por satélite na

Amazônia. Citou como exemplo a ser copiado o NRO (Escritório Nacional de Reconhecimento) dos Estados Unidos. Ou seja, o governo tentará tomar dos cientistas para entregar aos militares o trabalho que hoje é executado pelo Inpe. Já que não pode controlar a agência de controle, que tal desmontá-la? Tem sido assim em outras áreas do governo.

O presidente em seu desvario disse que o Brasil está de parábens em sua política ambiental mesmo numa semana em que se acumularam evidências de que está tudo errado, que o crime está avançando e destruindo um bem coletivo. Ontem em Sinop foi a mais um ato de campanha muito antes do seu tempo. Falou com produtores agrícolas do Mato Grosso repetindo a ideia de que as críticas que fazem ao Brasil são de competidores internacionais. Uma sandice porque, ainda que fossem, o mais inteligente seria não lhes dar motivo, até porque estaríamos, antes de tudo, defendendo nossos próprios interesses.

É muito mais que apenas uma briga comercial. Esta semana houve também uma carta de oito embaixadores de paí-

ses europeus entregue ao governo Bolsonaro. Dizem que está difícil importar alimentos do Brasil por causa do desmatamento. Eles são compradores de produtos brasileiros. Minimizar os alertas, alegando que a Europa importa relativamente pouco do Brasil, é não entender a lógica da economia atual. Os consumidores pressionam as empresas que tomam decisões que nos afetam. O que acontece na Europa certamente se espalhará por outras regiões. Se o projeto é fazer do Brasil um país pária, é por aí mesmo o caminho.

Sob os gritos de "mito", Bolsonaro entregou títulos de regularização fundiária. A verdade sobre o assunto já escrevi aqui para os leitores. Este governo, no ano passado, distribuiu apenas seis títulos. Nos governos anteriores, a média era de três mil por ano.

O Brasil vive uma tragédia ambiental de enorme dimensão. Há pressões internas e internacionais para que o governo mude sua desastrosa política ambiental. Esta semana os recados foram mais claros. E mais uma vez o governo não deu qualquer motivo para se ter esperança.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 19 e 20/09/2020	Página:



AGENDA MUNICIPAL

www.correio24horas.com.br



WALDECK ORNÊLAS É ESPECIALISTA EM PLANEJAMENTO URBANO-REGIONAL.

Se uma Prefeitura tem no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) a sua principal fonte de receitas, este é um claro indicador da insustentabilidade econômica do Município: reflete o fato de que o município não tem uma base econômica em que se sustentar. Economias dinâmicas geram ISS, o imposto sobre serviços, e cota-parte do ICMS, o imposto sobre a comercialização de bens e serviços. Se não há base econômica não há receita pública; se não há receita pública não há capacidade de investir e prestar serviços.

Um município sem dinamismo econômico não gera sequer IPTU, porque o patrimônio imobiliário tem pouco valor. Viver de transferências constitucionais obrigatórias condena a Prefeitura a cuidar vegetativamente apenas e tão somente de sua automanutenção, sem recursos para atuar na área social, na infraestrutura, na prestação dos serviços públicos, no bem estar das pessoas e na qualidade urbana.

Por isso os prefeitos precisam se voltar para a economia do município. A vida econômi-

Economia também é assunto municipal

ca ocorre no setor privado. É lá que são geradas as oportunidades de trabalho para a população e a renda para as famílias. A abertura de empresas significa menos gente na porta da prefeitura pedindo emprego ou auxílio social. Ou esta não é uma dor de cabeça dos prefeitos? Afinal, pressão por emprego na máquina pública arromba o teto de gasto com pessoal e complica o prefeito na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Cada município tem alguma oportunidade ou possibilidade econômica. O primeiro passo é conhecê-la, para então promover os desdobramentos que ela possa proporcionar. Nenhum município é terra arrasada. Às vezes é difícil dar o primeiro passo, mas é preciso

ATUANDO DE FORMA MAIS ARROJADA, SERÁ ATÉ POSSÍVEL CRIAR DIFERENCIAIS QUE LEVEM À ATRAÇÃO DE ALGUMA ATIVIDADE NOVA E ESPECÍFICA

romper a inércia. Atuando de forma mais arrojada, será até possível criar diferenciais que levem à atração de alguma atividade nova e específica, capaz de fazer o município sair do anonimato.

Qualquer que seja a âncora econômica local, é preciso explorar a cadeia produtiva correspondente, para fortalecer o município. Importante e indispensável é que a Prefeitura tenha um olhar para a economia e seja capaz de fazê-la vicejar. O caminho poderá estar no comércio, na agricultura, na pecuária, no turismo, na mineração, na indústria ou nos serviços. Certamente em mais de um desses setores.

Ao contrário do que muitos ainda pensam, os municípios precisam fazer política de desenvolvimento econômico. Gerar trabalho e renda é também uma tarefa e responsabilidade do Prefeito. Economia também é assunto municipal.

Esta é, no entanto, uma lacuna que muitas prefeituras ainda ostentam. Cada município tem a sua identidade e o seu perfil; cada caso requer abordagem específica para o aproveitamento de suas potencialidades. É preciso também

olhar em volta, para a região de que faz parte, e associar-se aos municípios vizinhos e próximos, com perfil similar, para tirar proveito das sinergias que possam ser estabelecidas. Abre-se aqui espaço para um bom experimento de federalismo horizontal, mediante trabalho conjunto.

É preciso estar sempre atento às políticas e prioridades estaduais e federais, para aproveitar as parcerias com o estado e a União, mas somente uma economia forte será capaz de permitir que o município quebre o alinhamento automático e a dependência das políticas públicas dos outros níveis de governo para afirmar as peculiaridades locais e regionais.

Enquanto a Reforma Tributária não sai ou o novo Pacto Federativo não anda, o Prefeito precisa continuar reivindicando recursos e investimentos em Brasília, mas, paralelamente, é preciso trabalhar sempre buscando identificar e construir o próprio caminho. Isto só será conquistado com o sucesso de uma agenda econômica local.

Tribuna

Abilio Diniz diz que Brasil vai se recuperar rápido

MARIANA BARBOSA, DE O GLOBO

A bilio Diniz acredita que o Brasil sairá da crise mais rápido e com uma queda no Produto Interno Bruto (PIB) menor do que se espera. E o grande responsável por essa recuperação, "não em V completo, mas bem inclinado", na sua visão, será o auxílio emergencial de R\$ 600, que ele diz estar fazendo a economia girar.

O empresário que tornou o Pão de Açúcar um gigante do varejo e hoje é acionista do rival Carrefour na França — entre outras participações por meio da gestora Península, que lhe garantem uma fortuna avaliada em mais de US\$ 2,3 bilhões — virou um influenciador digital durante a pandemia, falando de economia, quarentena, saúde e bem-estar.

Com 2,2 milhões de seguidores nas redes, já fez mais de 30 lives, incluindo entrevistas com os ministros



ABILIO DINIZ

Aos 83 anos, ele se tornou um influenciador digital

Paulo Guedes (Economia) e Tarcísio Freitas (Infraestrutura), o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e até o Padre Fábio de Melo.

Aos 83 anos, pai de seis filhos com idades de 11 a 59 anos, Diniz defende a agenda de reformas para uma retomada sustentável da economia no pós-pandemia

e diz ver hipocrisia por trás do discurso europeu em relação à proteção da Amazônia. Em entrevista ao GLOBO, ele conta como foi viver seis meses de uma vida simples nos Estados Unidos, sem cozinheira nem motorista, levando filhos para a escola.

Sobre o que o Brasil precisa fazer para sair dessa

crise, disse ele: "Sou otimista. Mas dentro da realidade. Tivemos um baque forte, um número grande de infectados (pelo coronavírus) por habitante. Mas a economia está voltando à realidade: o gasto das famílias está aumentando, uma certa iniciativa privada começa a investir, e um certo dinheiro externo que está ávido pelo Brasil está voltando. Veja: os mais atingidos foram os mais vulneráveis. Mas o auxílio de R\$ 600 permitiu uma transferência de renda extraordinária, e isso foi muito importante. Essas pessoas giram a economia com muita rapidez. O governo botou muito dinheiro, muita coisa positiva aconteceu. Não acho que vai ser uma recuperação em um "V" completo. Mas acho que vai ser muito inclinada. Acredito nas palavras de Paulo Guedes de que vamos surpreender o mundo. Vamos recuperar muito mais rápido que os europeus. Evidente que, para ter uma retomada sustentável, precisa das reformas administrativa e tributária".

Ambiente de incerteza inibe a volta do investimento, diz Mendonça

MÁRCIA DE CHIARA, O ESTADO DE S. PAULO

O ambiente de incerteza que ronda as empresas, especialmente em relação a como será solucionado o grande déficit fiscal do País, inibe a volta do investimento produtivo e a recuperação sustentável da economia, na avaliação do economista José Roberto Mendonça de Barros, sócio da MB Associados. "Enquanto o investimento não entrar em cena para valer, não tem sustentabilidade." A seguir, os principais trechos da entrevista.

Como o sr. avalia a recuperação da economia?

Em junho iniciou-se uma recuperação que é visível em alguns segmentos. Por exemplo, em utilidades domésticas, eletrônicos, móveis, cimento. Isso em razão da natureza desses produtos, associado ao volume de dinheiro que o "coronavírus" colocou no sistema. Chegamos a 60 milhões de pessoas recebendo pelo menos R\$ 600. É uma montanha de dinheiro. Se olharmos do ponto de vista dos setores de produção, a recuperação é mais perceptível na indústria, tanto que existe dificuldade de entrega de alguns produtos. A recuperação se manteve em julho, agosto e até agora. Dependendo de onde você olha, dá um certo entusiasmo. Entretanto, o setor de serviços, que é a maior parte do PIB, vai mais lentamente. Por isso, não é uma recuperação em V. É uma retomada lenta e muito desigual entre setores, tamanho de empresas e tipo de empresas.

Qual foi o papel do auxílio emergencial na retomada e como fica daqui para

frente?

Ninguém discorda que o grande motor desse movimento foi o auxílio emergencial. O que vai acontecer nos quatro últimos meses é que teremos um dente. Esse grupo de cerca de 60 milhões de pessoas, que é muita gente – nunca tivemos nada parecido – e que recebeu até agosto R\$ 40 bilhões por mês, vai receber R\$ 20 bilhões por mês. Além do auxílio menor, com a inflação dos alimentos na casa de dois dígitos vão sobrar menos recursos para outros gastos. Em paralelo, tem muita gente saindo do mercado. Vemos isso no pequeno negócio, na loja, na prestação de serviços.

Haverá reflexo no desemprego?

O efeito de desemprego ainda não terminou. A medida em que há retomada da atividade, mais gente buscará emprego. Por isso, a taxa de desemprego tende a aumentar.

Há perspectiva de uma recuperação sustentável?

Enquanto o investimento não entrar em cena para valer, não tem sustentabilidade. Até porque não tem privatização, tem pouca concessão, há uma incerteza enorme por parte das empresas. É curioso, porque estamos tendo notícia de falta de certos produtos, mas isso não necessariamente é garantia de que vai ter investimento. A demanda começa a melhorar e a empresa tem de tomar uma decisão difícil, por exemplo, ampliar o turno de produção, que custa dinheiro. A dúvida que todas as empresas estão tendo é se a demanda vai se manter para justificar a ampliação de turno e a sua manutenção.

Tribuna

Coluna 
ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI 

MARINHO X GUEDES

● Quem circula nos corredores do Palácio do Planalto sabe que o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, não tem oposição do presidente Jair Bolsonaro – embora claramente não conte com aval – para trabalhar seu nome como potencial substituto do chefe da Economia, Paulo Guedes, em caso de desgaste do mesmo. O que, aliás, ocorre há semanas. Os palacianos assistem a batalha silenciosos como quem vê uma iminente e natural transição. Guedes se desgastou com o Congresso em embates (até pessoalmente, nas audiências). Ex-deputado, Marinho vê brecha para crescer junto aos parlamentares e agradar ao chefe no momento em que o Centrão – time do qual é egresso no plenário – ganha corpo e canetas no Governo. Não bastasse o clima tenso, o plano original de Guedes foi contaminado pela pandemia e segue na UTI.

Perfis

● Para Bolsonaro, que precisa de capital eleitoral no evidente projeto de reeleição, um ministro político na Economia é mais aceitável no Congresso que um técnico 'brigão'.

Risco na conta

● A Economia está virando um ministério mais político-eleitoral que técnico, com saída de especialistas. O cenário para muitos, infelizmente, é de uma potencial regressão.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 19 e 20/09/2020	Página: 02

Tribuna

Tributos

A aula do jurista e vereador Edvaldo Brito hoje no seu Instagram @professoredvaldobrito, às 10h, será sobre como fica a situação do contribuinte no próximo ano em relação aos impostos municipais assim que a pandemia acabar. IPTU, ITIV e ISS, entre outros, estarão na ordem do dia, já que o Covid-19 perde força a cada semana e o fisco municipal vai cobrar de quem deve. “Temos contado com a participação de centenas de pessoas interessadas nos assuntos tributários e discutimos tanto a origem das cobranças como a aplicação desses recursos pelo poder público”, diz o vereador.

Na telinha

Depois de visitar as cidades de Barra e Ibititá, o governador Rui Costa desembarcou em Itaguaçu da Bahia, no início da tarde de ontem, para a entrega das obras de pavimentação da rodovia BA-438, no trecho de 5,8 quilômetros entre a sede da cidade e o entroncamento com a BA-052. O investimento é de mais de R\$ 2,2 milhões. “Dá para ver pela alegria das pessoas que essa estrada era muito esperada. Aqui estamos encerrando um longo dia, completando 600 viagens ao interior da Bahia, iniciando em Ibititá, fomos a Barra e agora aqui em Itaguaçu da Bahia. Seguiremos nossa caminhada rumo a 1 mil viagens ao interior”, afirmou Rui, que mandou um recado para os candidatos da base: só participará da campanha do PT na TV e rádio por causa da legislação.

Tribuna

Desemprego bate recorde e 1,1 milhão busca vaga

DANIELA AMORIM, O ESTADO DE S. PAULO

Com menos pessoas empregadas e mais brasileiros buscando trabalho, a taxa de desemprego no País aumentou de 13,2% na terceira semana de agosto para 14,31% na quarta semana do mês, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid (Pnad Covid-19), divulgada nesta sexta-feira, 18, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado foi o mais elevado desde que a pesquisa teve início, em maio deste ano.

A população desempregada subiu a 13,7 milhões de pessoas na quarta semana de agosto, cerca de 1,1 milhão a mais que o registrado na terceira semana do mês. A reabertura de atividades econômicas e flexibilização do isolamento social têm encorajado as pessoas que estavam na inatividade a buscar uma vaga.

"Quando estava com as medidas restritivas, as pessoas não podiam se locomover, não podiam buscar emprego, as empresas estavam fechadas. Agora va-



EM ALTA a população desempregada subiu a 13,7 milhões de pessoas na quarta semana de agosto

mos ver como o mercado de trabalho responde a essa maior procura (por emprego)", disse Maria Lucia Vieira, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE. Embora haja mais trabalhadores em busca de uma vaga, o total de ocupados desceu a 82,2 milhões na quarta semana de agosto, cerca de meio milhão a menos em apenas uma semana.

A taxa de informalidade

ficou em 34,0% na quarta semana de agosto, ante 33,4% na semana anterior. Como aumentou a incidência de informais no mercado de trabalho na mesma semana em que houve redução na população ocupada, é possível dizer que as demissões atingiram mais os trabalhadores formais. "Sim, foi o pessoal com trabalho mais formalizado", confirmou a coordenadora

do IBGE.

A queda no número de funcionários que permanecem afastados pelas empresas devido ao distanciamento social não se reverteu em retorno à atividade, pelo contrário, a maioria deles foi dispensada.

"Entre esses que estavam afastados e não estão mais, uma parcela pequena se ocupou, voltou para o trabalho, mas a maioria não

voltou", contou Maria Lucia.

Ainda havia cerca de 3,6 milhões de trabalhadores ocupados, porém afastados do trabalho, devido às medidas de isolamento social na quarta semana de agosto, 400 mil pessoas a menos que o patamar de uma semana antes. A população ocupada e não afastada do trabalho foi estimada em 76,1 milhões de pessoas, apenas 200 mil a mais em uma se-

mana. Na quarta semana de agosto, 8,3 milhões de pessoas permaneciam trabalhando remotamente.

A população fora da força de trabalho - que não estava trabalhando nem procurando emprego - somou 74,4 milhões na quarta semana de agosto, sendo que 26,7 milhões deles disseram que gostariam de trabalhar.

Aproximadamente 16,8 milhões de inativos que gostariam de trabalhar alegaram que não procuraram trabalho por causa da pandemia do coronavírus ou por não encontrarem uma ocupação na localidade em que moravam. Economistas acreditam que esse contingente deva pressionar a taxa de desemprego nas próximas leituras, conforme forem tomando a iniciativa de voltar a buscar uma oportunidade. Pela metodologia da pesquisa do IBGE, são consideradas desempregadas apenas as pessoas que efetivamente tomaram alguma iniciativa de procurar emprego.

"Ainda tem bastante gente nessa condição, mas nem todos buscarão trabalho. Essa população vai diminuir, mas não vai zerar. Quando terminar a pandemia, vai mudar a motivação para não procurar trabalho", previu Maria Lucia Vieira.

Tribuna

PRCURADORIA

Aras vai ao Supremo contra pensão e aposentadoria

RAYSSA MOTTA

O procurador-geral da República, Augusto Aras, encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF) nesta sexta-feira, 18, uma ação contra leis estaduais que garantem pensões e aposentadorias especiais a ex-governadores e seus dependentes.

No pedido, a Procuradoria sustenta que a interpretação do STF, que declarou o pagamento dos benefícios inconstitucional em diversas ocasiões, deve ser fixada para que passe a valer em todo o território nacional. A argumentação é que não pode haver diferenças entre as regras vigen-

tes nos Estados e que, em última instância, a prática causa prejuízos 'vultuosos' aos cofres públicos.

"É inegável que a reiterada prática de atos inconstitucionais que resultam no pagamento de pensões a ex-governadores e a seus dependentes, como decorrência do mero exercício de cargo eletivo e/ou distintos dos previstos no regime geral de previdência social, causa vultuosos prejuízos aos cofres estaduais, a exigir a imposição de decisão de caráter amplo, geral e da forma mais abrangente possível, que somente se pode alcançar por meio da ADPF", diz um trecho do pedido.

O chefe do Ministério

Público Federal afirma ainda que o tratamento 'privilegiado' aos ex-governadores contraria os princípios republicano, da igualdade, da moralidade e da impessoalidade e que, ao conceder os benefícios, os Estados usurpam a competência da União para dispor sobre normas gerais de previdência social.

"É inadmissível a elaboração de leis imorais, cujo propósito seja privilegiar alguns poucos indivíduos. Benesses dessa natureza, aliás, costumam ter destinatários certos e determináveis, o que, ademais, implica contrariedade ao princípio da impessoalidade", disparou.

Outro ponto levantado

por Aras é que não pode haver benefício em nível estadual quando a Constituição Federal não prevê o mesmo tratamento para autoridades nacionais.

"Nem mesmo a autonomia dos estados ou sua competência concorrente em matéria de previdência social permite a inovação jurídica mediante a criação de pensão, de natureza graciosa, sem previsão semelhante na legislação federal, tampouco na Constituição", afirma.

Segundo a ação, os Estados do Acre, Santa Catarina, Amazonas, Minas Gerais, Rondônia e Paraíba pagam os benefícios a seus ex-governantes.

"Temos que ter humildade de corrigir o rumo", diz Costa

MARINA BARBOSA, CORREIO BRASILIENSE

Apesar de ter sido ameaçada com um cartão vermelho do presidente Jair Bolsonaro, a equipe econômica está unida e vai continuar defendendo o teto de gastos, mesmo que isso "custe alguns feridos no caminho". A avaliação é do secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa. No entanto, o auxiliar de Paulo Guedes reconheceu: às vezes, é preciso aprender com os próprios erros e corrigir o rumo.

"Nós defendemos o teto de gastos com unhas e dentes. A equipe econômica é unida, estamos fortes e não podemos deixar o teto sob ataque. E, se tiver sob ataque, a gente vai defender, ainda que isso custe alguns feridos no caminho", afirmou Carlos da Costa, que representou o ministro da Economia, Paulo Guedes, em live com o setor industrial nesta quinta-feira (17/09).

O secretário admitiu que a criação de um sistema econômico liberal, como o defendido por Guedes, é "um caminho longo e árduo que requer persistência e perseverança". Acrescentou que, nesse caminho, às vezes são cometidos erros que precisam ser ajustados, não só por causa das diretrizes do ministério da Economia, mas também em razão da autoridade do presidente Jair Bolsonaro.

"Podemos tropeçar, cometer erros. Cometemos o tempo todo. Só comete erro quem faz. Mas sempre temos que ter humildade de aprender, ouvir, corrigir o rumo e seguir com os valores que nós temos e com a escolha que o povo deu nas

umas e com a autoridade do nosso presidente", comentou.

Costa lembrou, ainda, que a equipe econômica só está no governo graças ao presidente Jair Bolsonaro. Em última instância, é o chefe do Executivo quem decide o rumo das políticas adotadas por Guedes e sua equipe.

"No ano retrasado, uma pessoa chamada Jair Bolsonaro foi eleito presidente da República. Os votos são dele, a decisão é dele. Nós estamos aqui por um reconhecimento do presidente Bolsonaro de que aquilo que nós propomos é o melhor para o país e todos nós somos muito gratos da oportunidade de contribuir com o país dada pelo presidente Bolsonaro e eu, em particular, pelo ministro Paulo Guedes", afirmou Costa.

TENSÃO

A declaração vem meio aos questionamentos sobre a permanência do secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, no governo. No início da semana, Waldery revelou que a equipe econômica estudava congelar aposentadorias e pensões para bancar o Renda Brasil. A declaração deixou Bolsonaro extremamente irritado. O presidente chegou até a ameaçar com um cartão vermelho quem lhe apresentasse propostas como essa, o que instaurou um clima de grande tensão no Ministério da Economia.

Hoje, o ministro Paulo Guedes, por sinal, cancelou a participação no evento do setor industrial em cima da hora, por conta de um "imprevisto inadiável" que não foi esclarecido pelo Ministério da Economia. Logo depois, convocou mais uma reunião com o seu secretariado.

NO CONGRESSO

Economistas defendem tributação de dividendos

LÁIS LIS, G1 — BRASÍLIA

Economistas e pesquisadores defenderam ontem, no Congresso Nacional, a inclusão da tributação de dividendos e a progressividade do imposto de renda na reforma tributária.

Os especialistas foram ouvidos pela Comissão Mista da Reforma Tributária, formada por deputados e senadores. Dividendo é a parte do lucro de uma empresa distribuída entre acionistas e cotistas.

Paralelamente, Câmara dos Deputados e Senado discutem propostas de reforma tributária. O governo também enviou uma proposta ao Congresso.

Durante a sessão desta sexta, Eduardo Fagnani, professor do Instituto de

Economia da Unicamp, afirmou que a discussão da reforma tributária foca exclusivamente nos impostos sobre consumo, mas é preciso avançar na tributação de lucros e dividendos e de grandes rendas.

"A reforma tributária é o mecanismo pelo qual é possível fazer que não se tire dos pobres para ir para os paupérrimos. É possível tirar dos super ricos", afirmou.

Segundo o professor um estudo sobre tributação de grandes fortunas apontou que é possível aumentar a arrecadação em R\$ 290 bilhões por ano taxando 0,3% da população.

Também presente a sessão, Marcos Lisboa, economista e presidente do Insper, defendeu a redução da tributação de empresas e o aumento da tributação

da renda, incluindo dividendos.

O Ministério da Economia diz que vai propor a tributação de lucros e dividendos, mas que a proposta será enviada posteriormente.

A primeira parte da reforma tributária, enviada em julho, propõe a unificação de PIS e Cofins em um único imposto com alíquota de 12% para as empresas e de 5,8% para instituições financeiras.

DESIGUALDADE

Durante a reunião da comissão mista, Fausto Júnior, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), destacou que fazer a reforma em partes gera incertezas.

Júnior também defendeu a inclusão da tributação

de lucros e dividendos na atual discussão. O diretor técnico do Dieese destacou ainda que a forma como o Brasil cobra imposto hoje aumenta a desigualdade social.

A proposta de reforma tributária em vez de ser um sistema que vai de encontro a lidar com a questão da desigualdade ele reafirma e reforça a questão da desigualdade", disse. Segundo ele, o Brasil tributa mais consumo do que os outros países e tributa menos a renda.

"Inevitavelmente do ponto de vista do Congresso é fundamental mexer na tabela de imposto de renda e na estrutura. Não é possível ter a mesma alíquota entre quem ganha sete salários e quem ganha mais de 300 salários", disse o diretor do Dieese.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 19 e 20/09/2020	Página: 09

Tribuna

Obras da nova ponte sobre o Rio São Francisco são vistoriadas por Rui

Em seu segundo compromisso nesta sexta-feira (18), dia em que alcançou a marca de 600 viagens ao interior, o governador Rui Costa vistoriou as obras da nova ponte sobre o Rio São Francisco, na cidade de Barra. Batizado de Ponte do Feijão, o novo equipamento fará a ligação com a cidade de Xique-Xique e tem um investimento de R\$ 133 milhões do Governo do Estado.

Rui comentou a importância da instalação da ponte, que irá reduzir o tempo de percurso, feito em automóveis, entre as duas cidades, de 20 para menos de dois minutos. "Aqui temos uma obra, com recurso 100% do Estado, muito simbólica, já que se trata de uma ponte sobre o rio São Francisco, o nosso velho chico. Além de

integrar as cidades, este equipamento permite a ligação entre a região de Irecê com o oeste da Bahia", explicou. A ponte vai oferecer mais segurança, conforto e rapidez na travessia entre as duas cidades, beneficiando mais de 2,5 milhões de habitantes. Além disso, vai contribuir para o desenvolvimento do agronegócio, do turismo e do setor de geração de energia eólica na região. Os serviços no equipamento estão gerando 220 empregos diretos e 45 indiretos. Com previsão de ser finalizada no segundo semestre de 2021, a ponte será uma importante ligação da região oeste baiana com o restante do estado. O equipamento, com um quilômetro de extensão e 15 metros de largura, faz parte do projeto de recu-

peração do Sistema Viário da BA-052.

Antes de Barra, o governador esteve no município de Ibititá, onde alcançou a marca de 600 viagens e entregou a recuperação de 58 quilômetros da BA-148, no trecho entre Irecê e Barra do Mendes, passando pelas cidades de Ibipeba e Ibititá. A obra beneficia cerca de 250 mil habitantes e fortalece o agronegócio, principal atividade econômica da região.

A agenda desta sexta-feira ainda contempla outra entrega no interior, em Itaguaçu, onde Rui Costa vai entregar as obras de pavimentação na Rodovia BA-438, no trecho de 5,8 quilômetros entre a sede da cidade e o entroncamento com a BA-052. O investimento é de mais de R\$ 2,2 milhões.

Levantamento aponta impactos da pandemia nos festejos juninos da Bahia

YURIABREU
REPORTER

Uma das festas mais aguardadas do baiano, principalmente por aqueles que gostam de curtir no interior do estado, o São João, esse ano acabou não sendo realizado por causa da pandemia do novo coronavírus. Quase três meses depois da data, um grupo de pesquisadores trouxe os impactos da covid-19 nos festejos juninos na Bahia.

O levantamento, feito pelo Observatório de Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA), em parceria com a União dos Municípios da Bahia (UPB) e com um site especializado no tema, apontou que o principal impacto causado com a suspensão da festa, em 2020, foi o cancelamento dos contratos. A situação foi relatada por 92,1% das bandas e 41,7% dos profissionais da cultura.

Ao todo, a pesquisa contou com 188 respondentes, sendo 143 questionários válidos – 76% do total. Os dados, preliminares, foram coletados no período de 10 de julho a 31 de agosto e teve como foco, neste

primeiro momento, as festas particulares. Já do lado dos contratantes, 85% revelaram ter realizado o cancelamento total dos contratos já fechados com artistas e serviços para a edição do evento que ocorreria em 2020.

Além disso, cerca de 67% dos respondentes do questionário já haviam planejado ou anunciado a edição da festa para 2020, com 37,5% tendo, inclusive, iniciado a venda de ingressos e camisas. E 77,8% dos organizadores de festas indicaram ter perda financeira de até R\$ 100 mil neste ano.

ENFRENTAMENTO

A pesquisa também abordou quais foram as estratégias adotadas, pelos atores envolvidos nas festas juninas, ante o cancelamento do São João em todo o estado. O primeiro lugar, disparado, ficou por conta das lives. As que foram realizadas, de forma gratuita, foram abordadas por 55,3% dos entrevistados, seguidas daquelas com patrocínio privado (38,2%). Outras ações realizadas pelos artistas para o enfrentamento da crise foram revisão de despesas (30,3%) e venda de

patrimônio pessoal (22,4%). Cenário semelhante foi também observado entre os profissionais da cultura e prestadores de serviços.

Por último, o levantamento da OBEC-BA perguntou aos respondentes que recomendações poderiam ser dadas para ajudar aos profissionais do setor a passar por esse momento mais complicado, de crise. Um deles foi a elaboração de editais, como ação de formação profissional e difusão, que contemplem a realização de cursos, virtuais ou presenciais, vinculados às tradições juninas.

Outra medida sugerida foi a realização, pelo poder público ou iniciativa privada do Festival Luiz Gonzaga na Bahia, resgatando as tradições juninas, na modalidade presencial ou virtual, com contratação dos artistas de forma remunerada, ampliando as oportunidades e a difusão do gênero musical forró para além do mês de junho. Também foi citado pelos que responderam à pesquisa a abertura de uma linha de crédito especial exclusiva para os agentes da economia dos festejos juninos.

Veículo: Bahia Econômica	Economia
Data: 21/09/20	



NOVOS PARQUES EÓLICOS NA BAHIA VÃO GERAR MAIS DE 9 MIL VAGAS DE TRABALHO



admin 21 Setembro, 2020

Nos próximos meses, os municípios de Jacobina, Ibitiara, Mirangaba e Campo Formoso se transformarão em canteiros de obras com as construções dos complexos eólicos Ventos de Santa Diana (Jacobina), Santa Luzia (Ibitiara), Santo Adalberto (Mirangaba) e São Carlos (Campo Formoso). Mais que a produção de energia de 6,6 Terawatt hora/ano, as implantações vão gerar 9.280 empregos na fase de construção dos parques. Esses números, somados aos protocolos assinados de janeiro a até agora, trazem um horizonte de geração de 12,7 mil empregos na Bahia nos próximos anos, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE).

Segundo informações do jornal Correio, o diretor da empresa, Casa dos Ventos Clécio Eloy, afirmou que nessa fase inicial, a construção civil será o setor que mais demandará mão de obra. “Para a implantação desses complexos, costumamos realizar três contratos: com a empresa do aerogerador; a empresa de construção civil, que precisa deixar a fundação para instalação de máquinas pronta e a empresa de transmissão elétrica”, ressalta Eloy, lembrando que a exigência para a assinatura desses contratos é que 85% da mão de obra seja local. “A exceção é feita apenas quando o município e as cidades do entorno não têm como fornecer a mão de obra”, salienta.

Todas as contratações são realizadas à partir do Sine Bahia(www.setre.ba.gov.br) que faz o cadastramento, divulga as vagas e realiza a contratação, junto com as prefeituras locais. A empresa terceirizada seleciona. Para os próximos meses, as contratações vão girar em torno

das funções vinculadas à construção civil, a exemplo de ajudantes em geral, armadores, pedreiros, carpinteiros, operações elétricas e engenheiros.

Segundo Clécio Eloy, em seguida, será a vez dos profissionais de segurança do trabalho, meio ambiente, qualidade, montadores, eletricitas. “Quanto mais experiências possuírem esses profissionais, maiores serão suas chances”, explica. O diretor salienta que em junho do ano que vem, a perspectiva é iniciar um novo investimento no valor de R\$1,4 milhões em Morro do Chapéu, com uma perspectiva de geração de mais de mil empregos diretos. “Calculamos que para um emprego direto, surjam de dois a três outros empregos indiretos”, completa.

A Bahia liderou nacionalmente com 32,4% da geração de energia por fonte eólica, no primeiro semestre de 2020. São 172 parques em operação, que estão localizados em 20 municípios, onde foram investidos R\$ 16,7 bilhões e gerados 63,3 mil empregos em toda cadeia produtiva, sendo 46,4 mil empregos diretos na fase de construção dos parques.

Foto: Divulgação/Enel Green Power

Veículo: Bocão News	Política
Data: 21/09/20	



Política

Auxílio-emergencial ajudou a equilibrar conta dos estados após perda na arrecadação durante pandemia



21 de Setembro de 2020 às 08:17 Por: **Divulgação** Por: **Redação BNews** 0 comentários

Além de ajudar muitas famílias brasileiras a sobreviverem à pandemia de Covid-19, o auxílio-emergencial se mostrou fundamental para ajudar as contas dos estados. Com uma enorme perda de arrecadação de impostos com o comércio parcialmente fechado por meses, o benefício de R\$ 600,00 impulsionou a economia no país.

No Pará, por exemplo, houve alta recorde na receita tributária, com 17% a mais de arrecadação do que no mesmo mês em 2019. Em julho, o crescimento no estado governado por Hélder Barbalho (MDB) já tinha sido de 13%.

No total, em agosto, mesmo com parte das atividades ainda paradas, 12 estados tiveram resultado fiscal positivo: além do Pará, a Bahia, Alagoas, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia, Sergipe, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Acre.

Segundo informações da coluna Painel, da Folha de S. Paulo, a média de crescimento em setembro foi de 11,92% em comparação ao último ano.

A redução do benefício, no entanto, já preocupa os governadores, como Wellington Dias (PT), do Piauí, que já enviou uma carta aos líderes do Executivo estadual para elaborar um plano com outros estímulos econômicos daqui para frente.



O Globo
Você mais perto da notícia
Baixe grátis no Google Play

Ver

[globo.com](#) [g1](#) [ge](#) [gshow](#) [vídeos](#)



EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

Reforma administrativa segue modelo internacional, e Congresso pode ampliar mudanças. Saiba quais

Alto número de cargos comissionados deve ser debatido durante discussão da proposta. São 12.563 no Brasil, segundo frente parlamentar

Henrique Gomes Batista

21/09/2020 - 04:30 / Atualizado em 21/09/2020 - 09:40



Enviada no início deste mês pelo Executivo, a PEC da reforma administrativa prevê uma maior eficiência na gestão dos recursos humanos
Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

| Newsletters

SÃO PAULO - A [reforma administrativa](#) apresentada pelo governo Jair Bolsonaro segue o modelo adotado em diversos países desenvolvidos com forte tradição na oferta de serviço público de qualidade. Especialistas ponderam, entretanto, que a proposta encaminhada ao Congresso este mês [não aborda ainda problemas tipicamente brasileiros](#), como o elevado número de servidores comissionados, que podem ser indicados livremente pelo governo.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Enquanto a França, tradicional exemplo da burocracia brasileira, tem de 700 a 900 cargos de livre nomeação, no Brasil, há 12.563 postos dessa natureza, segundo dados da Frente Parlamentar Mista da reforma Administrativa. A expectativa é que [pontos como este sejam incluídos no debate](#) durante a discussão da proposta no Congresso.

Controle de gastos: [Despesa com servidores públicos pode cair até R\\$ 1,7 trilhão em 20 anos](#)

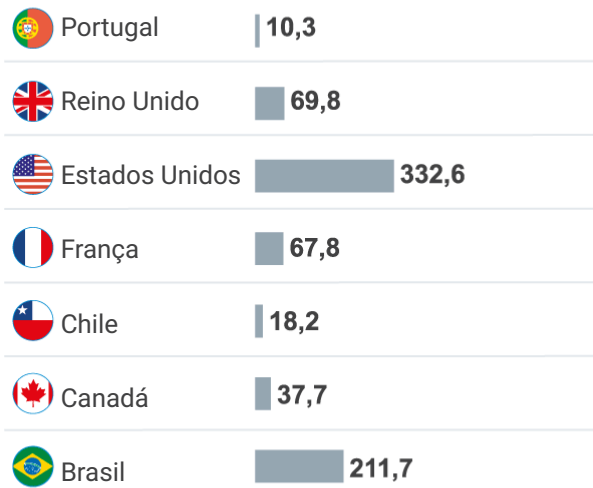
— O Brasil possui uma quantidade de livre nomeação absurda frente aos países de referência e não faz processos seletivos para alta direção em busca dos melhores profissionais — diz Felipe Drumond, consultor da Frente Parlamentar e integrante do Republica.org, ONG sobre gestão.

Do volume total de cargos comissionados existentes na estrutura pública brasileira, metade é de indicação exclusiva para servidores. Em países como Inglaterra, Canadá ou EUA, esse número é bem menor e a nomeação não é 100% livre. O indicado precisa passar por uma seleção ou sabatinas. No Chile há até exame psicológico para estas vagas.

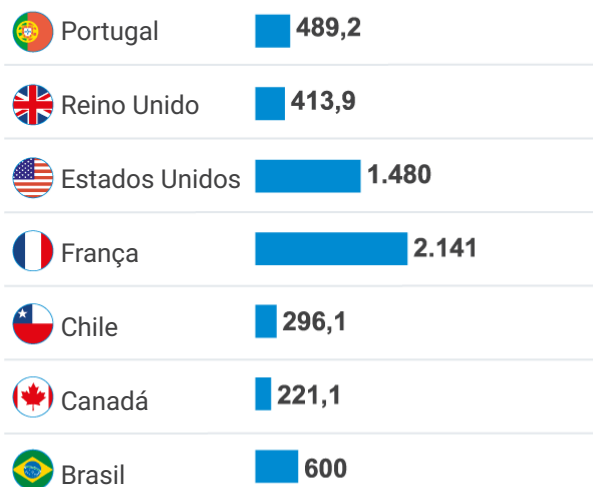
Exemplo internacional

A experiência de vários países com tradição de serviço público forte serve de inspiração para reforma administrativa proposta pelo governo no Brasil

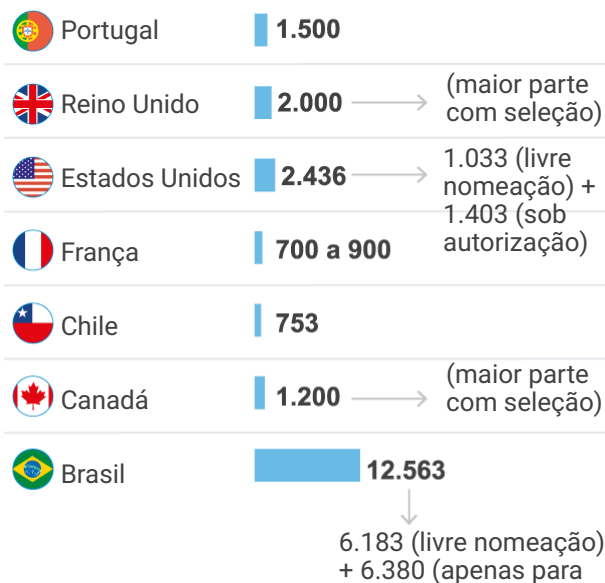
População (Em milhões)



SERVIDORES EXECUTIVO FEDERAL (ativos, sem Forças Armadas/Em mil)



CARGOS COMISSIONADOS



Ao contrário de outras reformas, porém, analistas ponderam que a mudança de regras para servidores não se esgota em uma única Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e terá de ser encampada como projeto de Estado para avançar em peculiaridades das regras do funcionalismo no país.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Repensar a estabilidade

Segundo o professor Marcelo Marchesini, do Insper, a proposta do governo não está [absorvendo as novidades que surgem em países avançados](#), como gestão em rede, citando como exemplo a reforma promovida no estado americano do Oregon, onde eficiência e profissionalismo ganham mais peso, no lugar das tradicionais indicações políticas.

— O fato de o governo não indicar mudanças no sistema de preenchimento de cargos comissionados é problemático, pois podem ser mantidas as nomeações políticas, pouco eficientes — afirma. — A reforma não menciona a seleção. Fala em manter concursos públicos, o que é em princípio desejado em termos de impessoalidade. Mas eles têm muitas falhas, qualidade duvidosa, provas mal elaboradas, processos caros e demorados. E é preciso repensar a seleção.

Infográfico: Veja o tamanho do desafio para conter os gastos com servidores

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Humberto Falcão, professor da Fundação Dom Cabral, que foi secretário de Gestão do governo federal, afirma que a seleção de servidores por concurso, onde se premia apenas o conhecimento já está sendo revista em todo mundo.

— A seleção deve considerar não apenas conhecimentos, mas vocações, habilidades, atitudes e perfis psicológicos — diz Falcão.

O especialista afirma que também é preciso repensar a estabilidade, que no Brasil é garantida a 93% dos servidores. Na França, essa garantia é dada para 80% do corpo de funcionários. Na Alemanha, a maior economia da Europa, a taxa é de 40%, enquanto na Inglaterra gira em torno de 9%.

O que mudou



PORTUGAL

- Simplificação de carreiras
- Continuidade da reforma em governos diferentes
- Seleção de servidores com prova, análise de currículo e entrevista



REINO UNIDO

- Estabilidade restrita a 9% dos servidores
- Avaliação de desempenho exigente
- Maior qualidade de serviços públicos



ESTADOS UNIDOS

- Órgão central para controle do funcionalismo
- Simplificação de carreiras e salários
- Avaliação mais rigorosa, com demissão por baixo desempenho ou má conduta



FRANÇA

- Possibilidade de demissão de servidor em caso de obsolescência da atividade
- Fácil transferência de servidores entre órgãos
- Estuda novas formas de contratação para reduzir índice de 80% de estatutários



CHILE

- Sistema de seleção para cargos comissionados
- Existência de órgão autônomo de gestão de servidores
- Modernização do serviço público segue em debate



CANADÁ

- Rigoroso sistema de avaliação de desempenho de servidores
- Sistema de carreira simplificado
- Tem tabelas padronizadas e para cada área (exemplo: tabela salarial para as profissões da Saúde) mas geridas centralmente, o que também possibilita melhor gestão

O que precisa mudar



- Índice de estatutários de 93% é maior que na França
- Estabilidade para todas as carreiras
- Alto número de comissionados, muito acima de outros países
- Avaliação de desempenho fraca e promoções automáticas

Fonte: Fonte: CIA World Factbook, e Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa, Banco Mundial, especialistas, Ministério da Economia e Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa

Para Falcão, não há justificativa para a proposta de reforma do governo não prever mudanças mais efetivas neste quesito e que atinja os atuais servidores públicos.

— Claro que precisamos dar estabilidade ao diplomata para ele ter autonomia, mas não precisamos para o ascensorista e motorista do Itamaraty — afirma.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Wagner Lenhart, secretário de Gestão e Emprego do Ministério da Economia, afirma que o governo buscou inspiração nas melhores práticas internacionais ao elaborar o pacote apresentado ao Congresso e que será executado em etapas: primeiro a aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), com regras gerais para os futuros servidores, seguida de Projetos de Lei específicos para [regulamentar questões como gestão de desempenho e regras de remuneração](#).

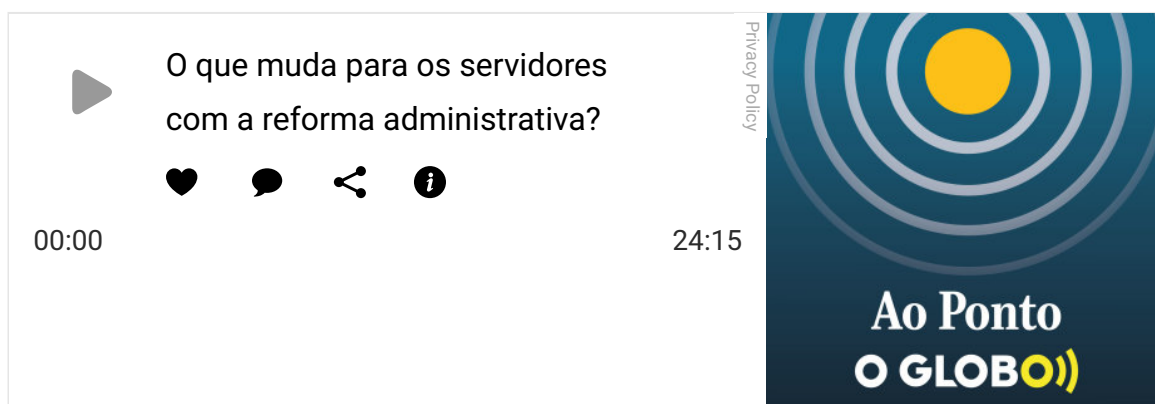
Pensa em concurso público? Saiba o que muda para novos servidores com a reforma administrativa

Lenhart pondera que, ao contrário do que ocorre em outras reformas, não é possível esgotar todos os assuntos relativos à reforma administrativa em uma única PEC.

— Em Portugal, a reforma administrativa começou a ganhar tração em 2009 e segue avançando. E só foi para a frente por ter se tornado uma questão de Estado, avançou em governos de direita e de esquerda — diz.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE



O secretário defende que algumas mudanças precisam ser sugeridas após a alteração constitucional, citando o caso da redução da estabilidade e de uma reorganização dos cargos comissionados. E cita Portugal novamente como exemplo:

— Os portugueses têm apenas três carreiras gerais, além das específicas. Nós temos no governo federal 47 planos, 117 carreiras e mais de dois mil cargos — disse. — Estamos fazendo o primeiro passo que é a mudança da

estrutura federal com bases mais modernas e, com ela, viremos com outros projetos que vão regulamentar estes pontos.

Longo prazo: Reforma é positiva, mas efeitos vão demorar, dizem especialistas

O deputado Tiago Mitraud (Novo-MG), presidente da Frente Parlamentar, diz que o Congresso será muito atuante em propor e aprofundar alguns pontos da reforma.

— Talvez a única vantagem de o Brasil estar sempre atrasado em reformas é poder aprender com exemplos internacionais — destaca.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Daniel Ortega, especialista em funcionalismo público do Banco Mundial, diz que, além dos pontos já identificados pelo governo, o país precisa enfrentar a complexidade da estrutura de pagamentos, de organização do funcionalismo e buscar maior flexibilização entre funcionários, como obtida pela França:

— No governo federal identificamos 179 rubricas de salários. Isso gera dificuldades e atrapalha a transparência.

O GLOBO RECOMENDA

Reforma administrativa, que muda regra de servidor, poderá reduzir cargos comissionados



Entenda as mudanças que a Câmara quer fazer nas leis de improbidade e lavagem de dinheiro



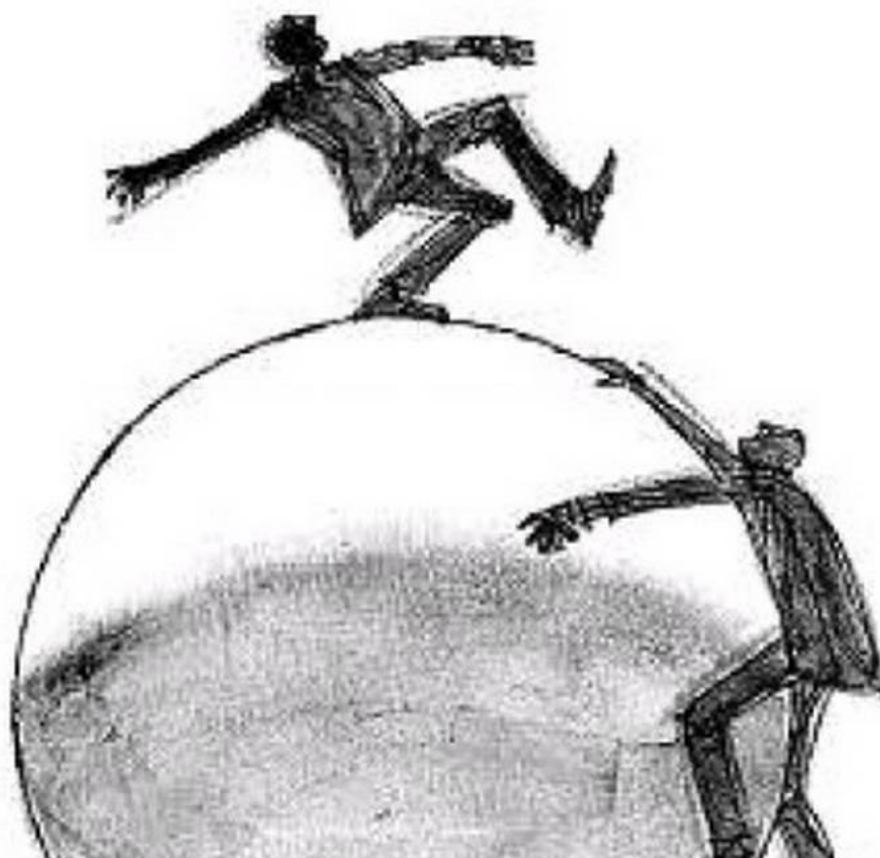
EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

Hora de rever a estabilidade do funcionalismo

A proposta de reforma administrativa toca no nervo exposto do Estado, mas não oferece uma saída consistente

Editorial

20/09/2020 - 00:00 / Atualizado em 20/09/2020 - 07:04



. Foto: Marcelo / Editoria de Arte

Ao encaminhar sua proposta de reforma administrativa ao Congresso, o Executivo enfrentou o tabu: a estabilidade do funcionalismo, garantida a todo servidor concursado. É verdade que, por precaução ou omissão, preferiu não mexer nos funcionários da ativa, naqueles considerados “membros de Poder” (como juízes ou procuradores) e criou uma situação semelhante à atual para as carreiras consideradas de Estado (como diplomatas ou auditores). Para esses, continuaria valendo a regra atual, que garante estabilidade aos que completam três anos no serviço público. Mesmo assim, o simples fato de querer mudar as regras para os demais tocou num nervo exposto. Não é outro o motivo para haver tanto ceticismo no Congresso em relação à proposta do governo.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Não faltam argumentos razoáveis para defender a estabilidade em carreiras essenciais ao funcionamento do Estado, em particular as técnicas. Se estivessem sob ameaça constante de demissão, representantes do interesse público estariam sujeitos a pressões políticas ou financeiras inaceitáveis. Não dá para imaginar que os critérios para demitir juízes, diplomatas ou acadêmicos possam ser os mesmos que para funções administrativas, burocráticas e de manutenção equivalentes às que existem na iniciativa privada. Toda a discórdia reside em como e onde traçar os limites.

A estabilidade funcional foi instituída no Brasil para proteger o interesse público das pressões políticas e para garantir continuidade da máquina administrativa. É óbvio que algumas áreas dependem desse tipo de escudo, mas não há lógica na sua extensão às mais de duas centenas de carreiras funcionais. A inflexibilidade manietou a administração e inflou seu custo, sem correspondência na qualidade dos serviços prestados pela União, pelos estados e pelos municípios.

No papel, a estabilidade de servidores concursados é confirmada depois de três anos de trabalho, período identificado como “estágio probatório”, mediante uma avaliação de desempenho apenas teórica (mais de 99% são aprovados). Na proposta original de reforma que chegou a circular, o governo considerava estender esse período para dez anos, mesmo para as carreiras de Estado. Há certa arbitrariedade na duração. Por que três em vez de dez anos? Por que não cinco? Não há explicação.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Mais importante que o período até a garantia de estabilidade, é o que acontece depois dela. Mesmo funcionários estáveis deveriam poder ser demitidos quando comprovadamente incompetentes. Para isso, há duas décadas, os senadores aprovaram um projeto com regras sobre a perda de cargo público por insuficiência de desempenho, que valeria mesmo para funcionários estáveis. A proposta (PLP nº 248) foi modificada na Câmara. Voltou aos senadores, que mudaram o texto e o devolveram aos deputados. Desde 2007, aguarda decisão da Câmara. Por que não aproveitá-la na reforma? Não há explicação.

A proposta do governo só valeria para servidores que ingressarem no serviço público depois da promulgação da emenda constitucional. O

argumento é que os atuais têm direitos adquiridos — e haveria uma enxurrada de ações na Justiça para garanti-los. Ao mesmo tempo, é como se houvesse no Estado brasileiro um direito adquirido à improdutividade ou ao privilégio. Por que limitar as mudanças na estabilidade aos futuros servidores? Também não há explicação.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

O mecanismo para estabilidade adotado no Brasil é inspirado no vigente na França, onde a segurança no emprego público existe desde o Código Civil napoleônico, de 1807. A diferença é que, há 213 anos, os franceses concedem estabilidade ao funcionalismo com base no critério da qualidade dos serviços prestados à cidadania, algo que, definitivamente, não ocorre no Brasil.

Em vários outros países os critérios são bem menos benevolentes com o funcionalismo. Na Alemanha, funcionários públicos podem ser demitidos mediante critérios semelhantes aos do setor privado. No Reino Unido e na Holanda há demissões por baixo desempenho. A necessidade de reestruturação é um argumento suficiente na Suíça e na própria França, onde há programas de realocação e incentivo à demissão voluntária.

Existe consenso sobre a urgência de implementar mecanismos ágeis de gestão de pessoal, para aumentar a eficiência nos serviços públicos. Mesmo nas empresas estatais, onde em tese os funcionários não têm direito à estabilidade, a Justiça tem decidido que só pode haver demissões por justa causa ou programas de reestruturação. Uma ação que tramita no Supremo, sob a relatoria do ministro Alexandre de Moraes, procura nivelar os critérios aos mesmos da iniciativa privada.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Por toda a máquina do Estado, o argumento do direito adquirido acabou convertido em álibi para a ineficiência. Isso apesar de a própria Constituição de 1988 já prever a possibilidade de demissão de servidor estável, como lembra o jurista Carlos Ari Sundfeld.

Na Câmara e no Senado se considera que as mudanças na estabilidade poderiam ser mais céleres se feitas por leis ordinárias ou complementares, como a já aprovada no Senado, que exigem menos votos para aprovação que uma emenda constitucional. Apesar da estratégia questionável e de risco adotada pelo Executivo, o governo tem o mérito de ter posto a questão na mesa. É urgente mesmo que o país adote critérios mais razoáveis para a estabilidade do funcionalismo. Se antes faltava vontade política, há hoje uma realidade objetiva de agonia fiscal.

Conteúdo Publicitário

Já pode começar | A partir de R\$100,00

Consulenza Investimento |

Patrocinado

MAIS LIDAS NO GLOBO

1. Patrocinada por estatal, CBV repudia protesto de Carol Solberg contra Bolsonaro e promete providências

O Globo

2. Flamengo suspeita que atletas foram infectados no Equador e tenta evitar quarentena

Diogo Dantas

3. Rio tinha cobrança de rachadinha na saúde sob suposto comando de witzel, diz MPF

Felipe Grinberg



Baixe o app da Folha de S.Paulo de graça (<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt-BR>)

BAIXAR

FOLHA DE S.PAULO



Painel (/colunas/painel/)

painel@grupofolha.com.br (<mailto:painel@grupofolha.com.br>)



Auxílio emergencial turbinou arrecadação dos estados

Aumento do consumo produzido pelas parcelas mensais de R\$ 600 gerou alta recorde na receita tributária em estados como o Pará, que antecipará 13º de servidores

20.set.2020 às 23h16

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/09/21/>)

O auxílio emergencial não incrementou só a renda das famílias

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/auxilios-do-governo-foram-destinados-a-produtos-essenciais-divida-e-poupanca.shtml>), turbinou também a arrecadação dos estados. O aumento do consumo produzido pelas parcelas mensais de R\$ 600 gerou alta recorde na receita tributária do Pará, governado por Hélder Barbalho (MDB): quase 17% a mais do que o mesmo mês de 2019, quando não havia pandemia. Em julho, a alta já havia sido de 13%. O cenário se repetiu com mais intensidade em estados do Norte e do Nordeste, mas também foi sentido no Sul do país.

Dados de arrecadação de notas fiscais eletrônicas mostram resultado positivo em 12 estados (RS, RJ, ES, PB, PI, BA, AL, AC, RN, RO, RR e SE) em agosto, apesar das atividades parcialmente paradas. Em setembro, até a

última sexta (18), o percentual de crescimento médio é de 11,94% em relação a 2019.

O secretário de Fazenda do Pará, Renê Souza, afirma que as vendas do comércio (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2020/09/classes-d-e-e-deram-prioridade-a-alimentos-no-auxilio-emergencial.shtml>) “bombaram” a partir de junho, coincidindo com a entrada do auxílio emergencial. Com dinheiro em caixa, o estado vai antecipar o 13º dos servidores.

Para Guilherme Mercês, secretário de Fazenda do Rio, houve uma combinação do auxílio com a retomada das atividades. Em julho, a receita tributária do estado ficou 4% acima da de 2019. Ainda assim, diz ele, no acumulado do ano ainda há perdas.

A redução do benefício para R\$ 300 (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/centrais-sindicais-lancam-abaixo-assinado-e-mobilizacao-por-auxilio-de-r-600-ate-dezembro.shtml>) preocupa governadores. Neste domingo, Wellington Dias (PT-PI) enviou uma carta a líderes estaduais (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/09/em-carta-governador-do-piaui-diz-estar-preocupado-com-efeitos-negativos-da-retirada-de-estimulos-da-economia.shtml>) sugerindo um plano para impulsionar a economia à medida que este e outros estímulos começam a encolher.

TIROTEIO

Mais de um milhão de hectares de florestas perdidas para sempre em menos de um ano não é um ótimo trabalho

Do deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), sobre a declaração de Jair Bolsonaro de que governo está indo bem na política ambiental

VEJA TEMAS ABORDADOS PELA COLUNA

1 Auxílio emergencial turbinou arrecadação dos estados

(<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/09/auxilio-emergencial-turbina-arrecadacao-dos-estados.shtml>)



colunas e blogs (//www1.folha.uol.com.br/colunaseblogs) > **blogs** ▾

SAÚDE EM PÚBLICO (HTTPS://SAUDEEMPUBLICO.BLOGFOLHA.UOL.COM.BR/)

Políticas de saúde no Brasil em debate



INSTITUTO DE ESTUDOS PARA POLÍTICAS DE SAÚDE

(http://saudeempubli.blog.folha.uol.com.br/feed/rss/)

HOME ▾

20.set.2020 às 23h15

América Latina precisa ser agressiva para transferir renda durante a pandemia: entrevista com Andrés Velasco



Ex-ministro da Fazenda do Chile defende que recursos, além de suprir necessidades, inibem contágio ao manter pessoas em casa. Foto: Eduardo Anizelli – 15.mar.18/Folhapress

Saúde em Público

Pablo Peña Corrales

Miguel Lago

Fernando Falbel

A América Latina vive um momento extremamente delicado. A região é uma das mais afetadas pela pandemia da Covid-19, com mais de 320 mil mortes confirmadas, quase um terço do número total mundial. Previsões estimam que a economia encolha cerca de 10% neste ano.

Para entender esses múltiplos desafios de ordem sanitária, econômica, social e política na região, o blog Saúde em Público falou com Andrés Velasco, um dos mais influentes intelectuais latino-americanos.

Hoje reitor da escola de políticas públicas da prestigiosa London School of Economics, Velasco foi ministro da Fazenda do Chile (2006-2010, no primeiro governo de Michelle Bachelet) e é pré-candidato à Presidência do país.

*

Antes da pandemia do novo coronavírus, a saúde já era uma das grandes preocupações da América Latina. Dos protestos brasileiros em 2013 às manifestações chilenas em 2019, a saúde também tem sido uma demanda frequente. Por que os latino-americanos parecem tão insatisfeitos com seus sistemas de saúde? Sem dúvida, muitas pessoas estão insatisfeitas, e isso não é surpreendente por vários motivos. Em primeiro lugar, muitos sistemas na região deixam muito a desejar.

Em segundo lugar, se há algo que sabemos sobre as tendências de médio prazo da economia e da sociedade, é que os tratamentos médicos estão se tornando mais caros.

Quando um país é muito pobre, as pessoas morrem de diarreia. Isso pode ser corrigido com gastos públicos limitados. Quando o país eleva seus padrões e as pessoas morrem de câncer, ataques cardíacos ou similares, é mais caro tratar, requer maior infraestrutura, maior nível de sofisticação, maior cobertura, e, nessa dimensão, todos os nossos sistemas ficam aquém.

Terceiro, a saúde é muito difícil de reformar. [O ex-presidente dos Estados Unidos Bill] Clinton, que falhou na tentativa, sabe muito bem disso; [Barack] Obama, que conseguiu fazê-lo —embora com dificuldades que ainda não foram completamente superadas, em parte porque não existe uma receita óbvia e compartilhada—, também o sabe.

Agora, não sejamos unanimemente pessimistas. Nos principais países da região, como Uruguai ou Chile, a expectativa de vida ao nascer é próxima à dos países desenvolvidos, embora gastando cerca de um terço ou um quarto per capita.

Portanto, há algo a partir do qual se pode construir, mas ainda há muito a ser feito. Nos países menos desenvolvidos, alguns da região andina, outros da América Central ou do Caribe, praticamente tudo está por fazer, tanto em termos de cobertura quanto de qualidade.

Especialistas como Ezekiel Emanuel, da Universidade da Pensilvânia, afirmam que muitas vezes exageramos o impacto dos tratamentos médicos sobre a saúde e argumentam que os resultados de saúde são explicados principalmente por fatores exógenos, como pobreza, alimentação ou desigualdade. O sr. acha que falta uma visão ampla da saúde na América Latina? Provavelmente, sim. Existe uma correlação evidente entre a pobreza e o impacto de certos choques, conforme evidenciado pela Covid. E isso não é um problema apenas na América Latina.

No Reino Unido, a taxa de mortalidade entre minorias étnicas é três vezes a taxa de mortalidade do resto da população. No entanto, esse não é um argumento para não melhorar os sistemas de saúde, mas sim para melhorá-los e também avançar em outras direções.

Mas, como governar é priorizar, e não há país que possa fazer tudo ao mesmo tempo, você tem que se perguntar onde estão as prioridades e onde estão os recursos. Desse ponto de vista, melhorar a saúde é provavelmente algo que pode ser alcançado em um prazo mais próximo do que abolir a pobreza ou acabar com a desigualdade.

Em alguns países, como México e Brasil, mais do que se esconderem atrás de especialistas, os líderes políticos parecem ignorá-los por completo. O que os líderes regionais, os cidadãos e a sociedade civil podem fazer para influenciar a resposta nacional? Espero que a sociedade, nas próximas eleições, leve em consideração o desempenho desastroso, catastrófico e patético de alguns desses líderes populistas que não acreditam na ciência.

Expressar um certo ceticismo sobre a sabedoria científica, que é o que acabei de fazer, parece-me inevitável. Mas ir ao extremo de sustentar, como disse o presidente do Brasil, que o vírus foi uma invenção da imprensa para prejudicá-lo, ou ao ponto de fazer como fez o presidente do México, que continua organizando atividades políticas nas quais aperta as mãos e abraça seus correligionários porque é muito macho e o vírus não atinge os machos, é um ato de irresponsabilidade brutal que seria tragicômico se não tivesse provavelmente custado milhares ou dezenas de milhares de mortes.

E o mecanismo que temos nas democracias para punir aqueles que se comportam de forma irresponsável é negar-lhes o voto da próxima vez.

Como a economia da América Latina será afetada? Acho que a crise econômica vai se traduzir em um agravamento de muitas coisas na América Latina. Falemos em termos quantitativos. Em quase todos os países da América Latina, salvo raras exceções, o PIB vai se contrair em 10%, um pouco mais ou um pouco menos, neste ano.

Com isso, esta será a maior crise da América Latina: para alguns países, desde os anos 1980, e, para outros, provavelmente desde a Grande Depressão. É verdade que esperamos um crescimento positivo no próximo ano, mas não podemos esquecer que é um crescimento a partir de um ponto muito inferior.

Portanto, a questão é quanto tempo levará para as economias produzirem a mesma coisa que produziram, digamos, em dezembro do ano passado. E suspeito que esse tempo não será de um ano. Serão dois anos ou mais.

Ademais, essa crise chega em um momento de muitas mudanças tecnológicas. Isso favorece quem tem alto capital humano, porque pode usá-lo em todo o mundo, mas é muito ruim para quem não o tem e precisa ir trabalhar em um restaurante e lavar a louça.

Além disso, alguns empregadores perceberam com esta crise que há coisas que podem ser feitas remotamente ou mesmo que as máquinas podem fazer, e, portanto, não seria surpreendente se, juntamente com a contração cíclica do emprego, houvesse uma contração estrutural do emprego.

Sou economista e otimista e acho que, quando a economia destrói empregos, também cria empregos a longo prazo. O problema é que ambos não acontecem ao mesmo tempo. A destruição é rápida, a criação é lenta e, portanto, eu não ficaria surpreso se tivéssemos um período prolongado de dois, três, quatro anos com taxas de desemprego muito altas na região.

Por fim, essa recessão prolongada afetará muito as finanças públicas. A necessidade de outro ajuste fiscal se tornará, mais cedo ou mais tarde, aguda.

E, portanto, quando os governos têm menos dinheiro, enfim, gastam menos em muitas coisas, não seria estranho que vissemos menos dinheiro indo para a saúde.

Portanto, a combinação de todos esses fatores é catastrófica. E, desse ponto de vista, não me surpreenderia se tivéssemos alguns anos em que os indicadores de saúde na América Latina, que vêm melhorando, diminuíssem fortemente.

Quais medidas econômicas podem ajudar tanto a controlar a pandemia quanto reduzir seu impacto econômico? O economista peruano Roberto Chan sintetizou uma das chaves da pandemia com uma montagem: mostrou uma foto de um ano atrás de um dos principais mercados de Lima [capital do Peru], com a praça repleta

de gente. Ele então mostrou uma foto do mesmo lugar no meio da quarentena de Lima. E o que se viu? Uma praça repleta de gente. É triste, mas não é surpreendente. Em muitos lugares de Lima não há geladeira, e mais da metade da força de trabalho é informal.

Em geral, nos países em desenvolvimento, a política econômica, a política de transferências é indissociável da política de saúde. Temos que ser muito agressivos e proativos nas políticas de transferências. Tanto por razões humanitárias, porque há pessoas que não têm o suficiente para alimentar os filhos, como também por questões de saúde, porque é a melhor forma de permitir que as pessoas fiquem em casa.

Agora, qual é a dificuldade? Obviamente, existem governos que não têm dinheiro. Há, pelo menos na América Latina, uma separação muito clara entre países com capacidade de endividamento que conseguiram emitir dívidas e receber fundos e o resto.

Peru e Chile conseguiram empréstimos sem maiores problemas. O Brasil conseguiu, mas alcançando níveis de endividamento que vêm se tornando muito perigosos. A Argentina fez isso emitindo pesos, o que em algum momento trará uma pressão inflacionária.

Há também uma dificuldade prática: quando os sistemas de seguridade social são muito primários, não há um cadastro adequado das famílias, muitas das quais não têm conta em banco. Embora o governo tenha o dinheiro, não é fácil garantir que os recursos cheguem às pessoas.

No Peru, eles tentaram levar dinheiro para as famílias, o governo tinha o dinheiro, mas a única maneira de as pessoas coletarem esses recursos era ficando em uma longa fila do lado de fora de um banco.

Ora, é difícil imaginar algo mais propício ao contágio do que milhares de cidadãos amontoados na porta de um banco tentando receber um cheque ou um pagamento em dinheiro.

Concluindo, duas lições: as emergências são mais um motivo para deixar um espaço fiscal em tempos normais e precisamos regularizar e bancarizar muito mais famílias na região.

O cenário que o senhor descreve é, para dizer o mínimo, desafiador. O que recomendaria aos reformadores e líderes políticos latino-americanos que desejam melhorar a saúde em seus países Primeiro uma recomendação conceitual, depois uma recomendação tática.

O conceito é que você não deve se apegar a sistemas puros. Acho que muitas vezes na América Latina o debate sobre saúde, assim como o debate sobre a previdência, não é muito produtivo porque se discutem abstrações de mercado puro ou somente Estado, que, a bem da verdade, não existem em muitos países ou, quando existem, não funcionam muito bem.

Portanto, seria aconselhável procurar modelos híbridos adaptados às circunstâncias de cada país.

E a recomendação tática é que a saúde é uma área que precisa de reformas mais ou menos extensas. Não apenas porque é bom ser ambicioso mas porque, se o pacote de reformas for muito pequeno e incluir muito pouco, sempre haverá perdedores evidentes.

Mas, quando se mudam várias coisas ao mesmo tempo, é possível que, se um grupo perder aqui, ganhará ali, e isso permite fazer compensações que facilitam a viabilidade política dessa reforma.

Andrés Velasco é formado em economia e filosofia na Universidade Yale e doutor em economia pela Universidade Columbia, é reitor da escola de políticas públicas da London School of Economics; foi ministro da Fazenda do Chile (março de 2006 a março de 2010, no primeiro governo de Michelle Bachelet)

recomendadas para você

Painel S.A. (/colunas/painelsa/)

joana.cunha@grupofolha.com.br (mailto:joana.cunha@grupofolha.com.br)



Brasil foi o país mais afetado pela crise, diz multinacional que faz gestão do Riocentro

GL Events diz ter faturado só 10% do ano no primeiro semestre

18.set.2020 às 11h14

Atualizado: 18.set.2020 às 11h02

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/09/19/>)

SÃO PAULO Dentre os 27 países onde a multinacional francesa GL Events atua, a operação do Brasil foi a mais afetada na pandemia, segundo a empresa, que é responsável pela gestão de espaços como Riocentro e São Paulo Expo. No primeiro semestre, a companhia diz ter faturado no país apenas 10% do esperado para o ano todo.

Com **Filipe Oliveira** e **Mariana Grazini**

Painel S.A.

Jornalista, Joana Cunha é formada em administração de empresas pela FGV-SP. Foi repórter de Mercado e correspondente da Folha em Nova York.

sua assinatura pode valer ainda mais

REFORMA ADMINISTRATIVA ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/MERCADO/REFORMA-ADMINISTRATIVA](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/reforma-administrativa))

Congresso planeja criar agência para avaliar servidores, mas especialistas veem riscos

Órgão precisaria ter regras bem formuladas para não ser capturado politicamente

19.set.2020 às 16h00

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/09/20/>)

Fábio Pupo (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/fabio-pupo.shtml>)

Danielle Brant (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/danielle-brant.shtml>)

BRASÍLIA A frente parlamentar mista da reforma administrativa (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/reforma-administrativa/>) planeja a criação de um órgão independente para gestão do serviço público federal, que funcionaria como uma agência de recursos humanos do Estado.

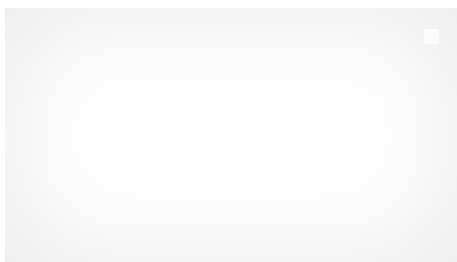
As discussões ainda não preveem ao certo quais serão os mecanismos para blindá-la de interferência política, o que é apontado por especialistas como um risco.

A agência seria responsável pela criação de critérios para ocupação de cargos comissionados, mapeamento para realocar pessoas e avaliação de desempenho. Essa última pode resultar na demissão de servidores, inclusive aqueles que já estão no cargo atualmente (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/estabilidade-e-falso-problema-falta-avaliacao-de-servidor-diz-ex-ministro.shtml>).

Levantamento da frente aponta que países como Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Portugal e Chile têm agências similares, embora com formatos distintos em cada um deles.

A ideia de um órgão que centralize a administração de servidores públicos não é inédita.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Em 1938, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, foi criado o Dasp (Departamento Administrativo do Serviço Público). O órgão sofreu várias mudanças e foi sendo esvaziado ao longo dos anos, até ser extinto.

Segundo os congressistas da frente, blindar o órgão é fundamental para que ele tenha sucesso em suas políticas. Mas ainda não estão claros quais serão os mecanismos para isso.

A senadora Kátia Abreu (PP-TO), integrante da frente, compara a autonomia imaginada para a agência à do Banco Central (que hoje tem autonomia de fato mas não de direito). No entanto, ainda não estão garantidas regras como um mandato fixo para os dirigentes, de quatro anos, por exemplo.

"É o ideal [ter mandato], mas quem vai decidir é o Congresso", afirmou. Além disso, o chefe do órgão seria indicado pelo presidente da República.

A criação da agência andaria em paralelo à aprovação de alguns projetos em tramitação no Congresso.

Muitas das funções atribuídas ao novo órgão, como os parâmetros a serem seguidos nos editais de concursos públicos e a própria avaliação de desempenho dos servidores (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/reforma-administrativa-atinge-Atual-servidor-em-avaliacoes-e-demissoes.shtml>) estão estabelecidas em propostas na Câmara e no Senado.

"As reformas previdenciária e tributária são peças sozinhas, mas a administrativa é um mix de várias peças", afirmou a senadora. "Precisamos melhorar a capacidade administrativa do Estado, que tem de ficar mais enxuto nas suas decisões."

Abreu disse que a criação da nova estrutura não vai gerar custo adicional ao governo, em momento de aperto de contas. Segundo a senadora, há profissionais qualificados ligados ao extinto Ministério do Planejamento que podem ser chamados.

"Deveria haver uma chamada pública. Temos pessoas maravilhosas nos ministérios, servidores de alta capacidade. Poderíamos deslocar sem ter de contratar ninguém", disse.

Marcelo Marchesini, professor do Insper, apontou equívocos no plano inicial da frente, sendo um deles justamente a ideia de chamar servidores de ministérios para a agência.

Em sua visão, isso reduz a independência do órgão. "Você precisa da capacidade de regulação de um corpo próprio de funcionários compromissados com aquela agência, e não com os órgãos de origem", afirmou.

Outros fatores podem afetar a autonomia da agência, disse, como ausência de mandato fixo para dirigentes e o status da agência (se autarquia, por exemplo, teria mais autonomia; se órgão da administração direta, menos).

"Descuidar desses processos pode comprometer uma boa ideia", afirmou.

Outros problemas seriam a iniciativa, que veio do Legislativo e pode empacar na prática caso não receba apoio do Executivo, e o excesso de atribuições da agência. Mas, no fim das contas, ele considera a agência uma boa ideia.

"É preciso criar uma lógica mais uniforme para os processos de seleção, de capacitação e a avaliação de servidores", disse.

A professora Alketa Peci, da Ebape/FGV (Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas), disse ser relevante pensar desde já quais regras vão moldar o órgão para que não haja interferência de um ou outro governo.

"O desenho da agência é tão importante quanto a criação dela", disse Peci.

Apesar disso, ela afirmou ser positivo reunir as decisões sobre o serviço público em um mesmo lugar, pois hoje considera problemática a tomada de decisões em vários órgãos diferentes.

"A maior contribuição que esse órgão pode dar é a simplificação legal da área administrativa", afirmou.

No entanto, nem todos avaliam a ideia de criação da agência como algo positivo.

Milena Pavan Serafim, professora de administração pública da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), disse que a proposta é destemperada e não traz dispositivos para blindar o novo órgão de interferência política.

"Sempre tem uma sensação de déjà vu. A tentativa de um grande RH é uma falácia muito grande", afirmou.

Na avaliação dela, o servidor precisa ter uma garantia mínima de estabilidade para dar continuidade a seus trabalhos, independentemente do governo no poder. "É mais uma tentativa de criar estruturas para mascarar o que querem implantar, que é uma demonização do servidor público", afirmou.

Diferenças regionais revelam abismo da desigualdade de renda no Brasil

Nova Lima (MG), onde 30% declaram IR, tem renda média de R\$ 6.200, ante R\$ 20 em Fernando Falcão (MA)

19.set.2020 às 23h15

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/09/20/>)

Katna Baran (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/katna-baran.shtml>)

Fernanda Canofre (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/fernanda-canofre.shtml>)

CURITIBA e BELO HORIZONTE Há dois anos e meio, o arquiteto Sérgio Viana, 42, trocou Belo Horizonte (MG) por uma casa em um condomínio na vizinha Nova Lima. Seu escritório foi transferido para o local, onde há supermercado e farmácia e ficam também o trabalho da mulher e a escola bilíngue dos filhos.

Com renda superior a R\$ 6.000, a família seguiu a trajetória de grande parte dos moradores.

A mais de 2.000 quilômetros dali, numa realidade bem mais distante (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/ir-explicita-vantagem-de-servidores-e-desigualdade.shtml>), vive a dona de casa Maiane Araújo, 23. Ela concluiu o ensino médio, mas não conseguiu emprego e, para criar sozinha o filho de três anos, depende essencialmente dos R\$ 180 do Bolsa Família.

O benefício é a principal fonte de renda de 19% dos moradores de Fernando Falcão (MA), onde ela mora –mais de 40% da população pediu o auxílio emergencial do governo durante a pandemia.



Condomínio fechado em Nova Lima (MG), cidade que tem a maior concentração de ricos do país, segundo levantamento da FGV Social - Alexandre Rezende/Folhapress

Enquanto o município mineiro tem a maior concentração de ricos do Brasil (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/confira-renda-e-patrimonio-medios-em-sua-cidade.shtml>), com renda estimada de R\$ 6.200, a cidade maranhense tem o menor rendimento médio do país, de R\$ 20, e onde só 0,71% declara Imposto de Renda –em Nova Lima, 30,5% declaram o IRPF (Imposto de Renda Pessoa Física).

Os dados são de levantamento da FGV Social com base no IRPF de 2018.

A alta renda na cidade mineira é impulsionada pelos moradores de condomínios de luxo (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/ir-explicita-vantagem-de-servidores-e-desigualdade.shtml>) que trocaram Belo Horizonte pela cidade vizinha listando entre os prós clima mais fresco e segurança. Nova Lima é vista como uma espécie de extensão da capital.

"Mais de 20 casais amigos meus vieram para cá. Nos últimos cinco ou seis anos, muita gente se mudou", diz Fabi Lopes, 42, que tem uma agência de marketing no mesmo bairro onde vive, o Vila da Serra. A renda dela e do seu círculo social está acima da média apontada pela FGV Social.

No condomínio de Sergio, um dos 47 na cidade, onde os lotes valem até R\$ 1,3 milhão e as casas variam de R\$ 900 mil a R\$ 10 milhões, a oferta anda escassa. O escritório dele tem atualmente 20 projetos –metade de clientes que apareceram em meio à pandemia. "Só vejo prós aqui, não vejo contras", diz.

Com cerca de 96 mil moradores e extensão maior que a da capital, a cidade possui ilhas habitacionais com condições sociais bem diferentes entre si, segundo as professoras Heloísa Soares de Moura Costa e Jupira Gomes de Mendonça, da Universidade Federal de Minas Gerais. As mineradoras, como a Vale, detêm a maior parte das terras.

Enquanto os condomínios de luxo ficam em áreas afastadas, a população de menor renda se concentra na região central, que ainda preserva herança da mineração do ouro. Hoje, o setor representa 18,3% das receitas do município. Cerca de 40% do ISS (Imposto Sobre Serviços) sai das mineradoras.

A prefeitura tem feito campanhas para que os moradores mais ricos passem a emplacar seus carros em Nova Lima, a fim de gerar receitas de IPVA, e mudem o título de eleitor para a cidade.

A maioria dos que residem em condomínios quase não frequenta a região do centro. "Temos trabalhado para tirar essa barreira, não só por parte dos moradores dos condomínios mas do nova-limense", diz o prefeito Vitor Penido (DEM), que está no sexto mandato.

O motor do cenário do terceiro lugar nas rendas mais altas do país –e líder em patrimônio acumulado– é um pouco diferente.

Localizada em posição estratégica, na divisa com Mato Grosso do Sul e próxima a São Paulo e Minas, a goiana Aporé tem renda média elevada, de R\$ 5.200, graças à agropecuária.

Com população estimada em 4.200 habitantes e cerca de 25 mil cabeças de gado, além de plantações de cana-de-açúcar e soja, o município está próximo a Rio Verde e Jataí, que ocupam posição de destaque nacional no setor, atraindo exportadores.

Segundo o secretário-geral de governo, Adriano da Rocha Lima, há uma tendência natural de crescimento nos últimos anos, reflexo da expansão do entorno que não oferece tantas áreas livres. "O que acontece em Aporé é efeito do crescimento econômico daquela região", afirma.

Para o agrônomo e consultor pecuário Rogério Banin, que também atende clientes de outros estados, Aporé e região são a bola da vez.

"É uma área muito estratégica. Os preços das terras já estão de médios a altos, há muitos fundos de investimento buscando a região", aponta.

A agropecuária também é a principal atividade em Doutor Ulysses, cidade paranaense de cerca de 5.500 moradores, na divisa com São Paulo. A ligação com o estado vizinho começa pelo nome que homenageia o deputado paulista Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte de 1988.

LEIA MAIS

- **Imposto de Renda explicita vantagem de servidores federais e desigualdade**

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/imposto-de-renda-explicita-vantagem-de-servidores-federais-e-desigualdade.shtml>)

- **Diferenças regionais revelam abismo da desigualdade de renda no Brasil**

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/diferencas-regionais-revelam-abismo-da-desigualdade-de-renda-no-brasil.shtml>)

Porém, ao contrário de Aporé, Doutor Ulysses aparece com o menor rendimento médio mensal declarado, de R\$ 1.911. O dado parece não assustar o empresário Rildo Soares Fagundes, dono de um hotel e um restaurante no local.

"Aqui não tem uma indústria, não tem emprego, então tem uma renda muito pequena", explica.

Natural do Espírito Santo, há dez anos ele abriu uma lotérica na cidade, mas fechou o negócio dois anos depois, após um assalto. Sem dinheiro circulando, não há atrativo para os bancos e, atualmente, os habitantes de Doutor Ulysses dependem do transporte da prefeitura para chegar às agências mais próximas, na vizinha Cerro Azul, distante cerca de 33 quilômetros.

A dificuldade de acesso também trava o desenvolvimento. Até hoje, para chegar à cidade, só por estradas de chão. O terreno montanhoso próximo à serra do mar também impossibilita alguns tipos de cultivo, apesar de a zona rural comportar 75% dos moradores.

O setor de serviços, o comércio e a indústria de transformação completam a lista de principais atividades. Mas o emprego ainda é escasso, o que levou 35% dos moradores a requisitar auxílio emergencial em tempos de pandemia. Cerca de 14% da cidade vive do Bolsa Família.

A pobreza em Doutor Ulysses é problema antigo e atinge todo o Vale do Ribeira, desafiando prefeituras e governo do estado. A nova tentativa é investir na industrialização de produtos que têm gerado renda na região, como mandioca e poncã.

"Temos que agregar valor à produção local porque, sem condições, a tendência é que as pessoas deixem a cidade", diz o secretário estadual de Agricultura, Norberto Ortigara. Ao menos 500 pessoas já abandonaram o local nos últimos anos, segundo o IBGE.

Movimento inverso segue a cidade maranhense de Fernando Falcão, cuja população mais que dobrou em dez anos e hoje é de cerca de 10,5 mil. O dinheiro, porém, ainda passa longe, e a cidade tem a menor renda média (entre declarantes ou não) do país.

O município foi criado há 23 anos, desmembrado de Barra do Corda, de onde migrou o professor Elivan de Souza, 43. Alfabetizado apenas aos 11 anos, ele hoje dá aulas em escolas locais. Apesar de ter testemunhado alguns progressos, como na formação de docentes, ele ainda vê na área da educação os grandes problemas da cidade.

"Ainda falta muito, a maior parte da população mora em povoados distantes geograficamente e com estradas muito ruins para circular", aponta.

Mesmo para quem tem uma fonte de renda, o salário é baixo, até no funcionalismo. Excluindo o prefeito, que ganha R\$ 15.000, e o vice, com R\$ 5.000, os 493 empregados da prefeitura de Fernando Falcão recebem, em média, R\$ 1.669,28, sem considerar os descontos.

O governo do Maranhão ainda atribui a pobreza à pouca diversificação da economia local. A agropecuária e a criação de peixes ocupam quase 86% da população, mas a produção é quase toda voltada para consumo próprio. A ocupação de 71% da área do município por terras indígenas colabora para o cenário tomado pela agricultura de subsistência.

Há ainda os que sobrevivem de empregos informais, como o pedreiro Carlos Oliveira Sobral, 30. Ele recebe em média R\$ 100 por dia de serviço, muito mais que a média do município. Ele acredita que, apesar da falta de vagas, não há escassez de trabalho na cidade.

"Já fui para a cidade grande, lá vejo mais falhas do que aqui. Eu não paro [de trabalhar], só nos finais de semana. Para mim, não é difícil, por que para os outros é?"

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Samuel Pessôa (/colunas/samuelpessoa/)



Déficit é causa ou consequência da crise?

A deterioração fiscal é muito anterior ao agravamento da crise, em 2015

19.set.2020 às 23h15

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/09/20/>)

Nos últimos anos, o Estado brasileiro apresentou seguidos déficits públicos (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/deficit-pode-ir-a-r-12-tri-com-divida-acima-de-100-do-pib-por-mais-de-uma-decada-diz-estudo.shtml>). Após 0,56% do PIB de déficit do setor público consolidado em 2014, entre 2015 a 2019 a média foi de 1,7% do PIB.

Fica sempre a questão: o agravamento da crise, em 2015, causou o déficit ou o déficit causou a crise? Os economistas heterodoxos afirmam que a situação fiscal estava aproximadamente equilibrada e que o agravamento da crise piorou a política fiscal. Também sustentam que, em seguida, a política de austeridade reforçou ainda mais a piora das contas públicas. A deterioração fiscal é consequência tanto da crise como da resposta à crise.

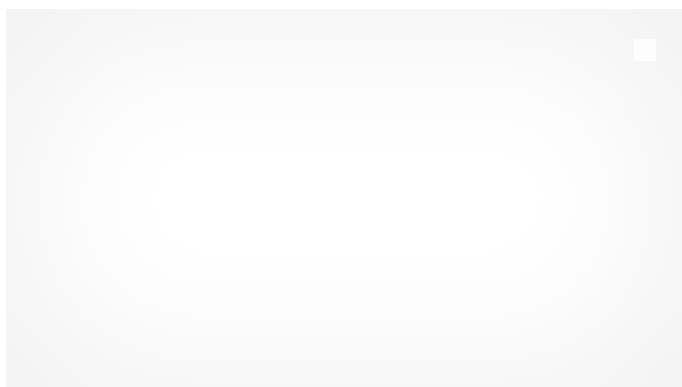
Os economistas ortodoxos alegam o oposto. A política fiscal piorou muito antes do agravamento da crise (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/retracao-no-2o-trimestre-sera-a-maior-em-40-anos-e-reacao-vira-ainda-mais-lenta.shtml>), e a piora fiscal, em razão da elevação da percepção de risco, foi um dos elementos causadores da crise.

Minha colega do Ibre Luana Miranda, empregando técnica consagrada na literatura econômica, calculou a trajetória do nível de ociosidade da economia brasileira, também chamada de hiato de recursos, entre 2002 e 2019.

Minha colega do Ibre Vilma Pinto, com a série de ociosidade de Luana, decompôs o superávit primário do setor público efetivamente observado, para o mesmo período, entre suas componentes: cíclica, estrutural e a não recorrente.

A componente estrutural do superávit das contas públicas é aquela sustentável a longo prazo. A cíclica está associada ao ciclo econômico e, portanto, na média, é nula. A componente não recorrente é resultado de receitas de privatização ou de leilão de blocos de petróleo.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O quadro abaixo indica que, entre 2006 e 2014, houve permanente queda da componente estrutural do superávit das contas públicas (as barras empilhadas somadas resultam no ponto que representa o dado oficial.) O déficit, e, portanto, a dívida pública não se elevaram até 2013, pois a componente cíclica e a não recorrente compensaram a queda da componente estrutural do superávit primário.

Após o pico de 3,9% do PIB, em 2005, o superávit estrutural cai para 2,42% em 2006, fica negativo em 2010, atinge -2,15% do PIB em 2013 e incríveis -4,5% do PIB em 2014.

A deterioração fiscal é muito anterior ao agravamento da crise, em 2015. Diferentemente do que os economistas heterodoxos alegam, a política fiscal mais conservadora dos últimos anos tem surtido efeito e a componente estrutural do déficit público tem se reduzido.

A variação do superávit primário estrutural entre dois anos, em pontos percentuais do PIB, é o impulso fiscal, uma medida do impacto da política fiscal sobre a demanda.

Entre 2006 e 2014, tivemos continuamente impulso fiscal positivo, o que contribuiu para a pressão inflacionária permanente e, portanto, para a necessidade de o BC praticar juros elevados.

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e sócio da consultoria Reliance. É doutor em economia pela USP.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui \(https://login.folha.com.br/newsletter\)](https://login.folha.com.br/newsletter)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store \(https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto\)](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na [Google Play \(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto\)](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2020/09/deficit-e-causa-ou-consequencia-da-crise.shtml>

Europa estuda fatiar acordo com Mercosul para facilitar aprovação

Objetivo é separar o tratado de livre comércio, que não precisaria mais de unanimidade no Conselho nem de aprovação em Parlamentos nacionais e regionais

18.set.2020 às 12h50

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/09/19/>)

Ana Estela de Sousa Pinto (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/ana-estela-de-sousa-pinto.shtml>)

Igor Gielow (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/igor-gielow.shtml>)

BRUXELAS e SÃO PAULO A União Europeia estuda fatiar a proposta de acordo com o Mercosul (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/ombudsman-da-ue-abre-investigacao-sobre-sustentabilidade-no-acordo-com-mercossul.shtml>) para facilitar a aprovação do tratado de livre comércio.

Em sua forma atual, (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/merkel-diz-ter-serias-duvidas-sobre-acordo-com-mercossul-por-caoa-de-queimadas-na-amazonia.shtml>) o texto é um acordo de associação ampla, que além de comércio inclui cooperações em áreas como defesa e ciência e compromissos em setores como direitos humanos e do trabalho.

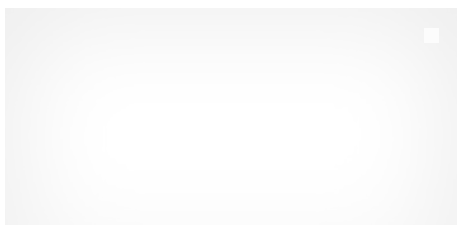
Com um alcance tão vasto, o acordo extrapola a responsabilidade apenas do poder central da União Europeia e inclui áreas que são de responsabilidade compartilhada entre a UE e os Estados-membros, como direitos humanos, direitos sociais e imigração.

É nessa “guarda compartilhada” que reside o problema: quando há temas de responsabilidade dos países, um acordo só tem valor depois de aprovado pelos Parlamentos nacionais de todos os 27 membros ---e dos Parlamentos regionais em federações como a Bélgica.



Bandeira da União Europeia em Bruxelas, Bélgica - Yves Herman/Reuters

Vários desses Legislativos, como o da Áustria, da Holanda e da região belga da Valônia, já expressaram intenção de barrar o acordo, o que levaria as negociações para a estaca zero na atual configuração.



A solução estudada agora pela Comissão Europeia (Poder Executivo da UE), antecipada pelo jornal Valor Econômico (<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/09/18/comissao-europeia-avalia-separar-acordo-com-mercosul.ghtml>), foi adotada recentemente nos acordos com Vietnã e Singapura.

Os tratados com esses países asiáticos tinham uma parte comercial e outra de investimentos. A Comissão fez o chamado “splitting”, o que permitiu que o tratado de livre-comércio fosse aprovado apenas nas instâncias centrais (Conselho e Parlamento Europeus), sem ter que passar pelos Parlamentos nacionais e regionais.

A parte de investimentos segue tramitando normalmente, sem risco de inviabilizar o comércio caso seja rejeitada.

O fatiamento pode facilitar até mesmo a aprovação pelo poder central do bloco, já que deixa de ser necessária a unanimidade dos votos no Conselho Europeu (formado pelos líderes dos 27 países).

O acordo comercial puro exigiria o sim de 55% dos países (atualmente, no mínimo 15), desde que representem 65% da população do bloco. Essa fórmula abre espaço para que países como a França ---onde o acordo comercial é apoiado pela indústria e rejeitado pelos agricultores--- se abstenham, aumentando a chance de aprovação.

Para atender ao público interno, o governo francês vinha declarando oposição ao acordo UE-Mercosul “em seu formato atual”.

A posição foi reforçada nesta sexta (18) pelo primeiro-ministro francês, Jean Castex. Em rede social, ele afirmou que o relatório sobre desmatamento reforça a posição antitratado da França.

O vice-presidente Hamilton Mourão, que responde pelo Conselho da Amazônia, rebateu a crítica: “É a opinião do primeiro-ministro francês. Temos garimpos ilegais na Guiana Francesa, mas aí o nível da discussão fica baixo. O acordo é bom para todos, traz benefícios mútuos”. Sobre Amazônia, afirmou que “há problemas, mas não é generalizado”.

Apesar das ressalvas políticas, que incluem não só questões ambientais mas também de proteção aos indígenas e de direitos sociais, o acordo comercial entre os blocos é mais benéfico para a Europa que para o Mercosul, segundo o relatório final de impacto feito pela LSE (London School of Economics) (<https://www.lse.ac.uk/business-and-consultancy/consulting/assets/documents/EUMercosurSIA-DraftFinalReport-July-2020.pdf>).

Os analistas estimaram resultados esperados em vários indicadores, sem o acordo e com ele, num cenário conservador e num otimista. O ganho no PIB com o acordo seria de 10,9 bilhões de euros (R\$ 68,4 bi) para a UE em 2032 na versão conservadora, e de 15 bilhões (R\$ 94 bi) na otimista, ou 0,1% do PIB do bloco.

O Mercosul teria uma elevação de 7,4 bilhões de euros (R\$ 46,4 bi) no cenário conservador e 11,5 bilhões de euros (R\$ 72 bi) no otimista, com porcentagens do PIB variando de 0,1%, para o Paraguai, a 0,5% e 0,7% para Argentina, nos dois cenários.

No caso do Brasil, o ganho estimado é de 0,2% do PIB no cenário conservador e 0,3% no otimista.

O acordo interessa especialmente ao setor industrial europeu porque os países sul-americanos são hoje bastante protecionistas em áreas nas quais a Europa é muito competitiva, como veículos, máquinas e químicos.

Sem o tratado comercial, os veículos europeus são taxados em 35%, em média, as máquinas em até 20%, químicos em 18% e medicamentos, em 14%.

Segundo a Comissão, a redução de tarifas de importação decorrente do acordo traria ganho de € 4 bilhões para companhias europeias. As exportações europeias para o Mercosul somaram € 45 bilhões (2018) em bens e € 23

Governo e aliados discutem corte de R\$ 30 bi e avaliam programa social em 2021

Ação para baixa renda continua nas conversas, mas números dependem de aval de Bolsonaro

20.set.2020 às 18h31

Atualizado: 20.set.2020 às 20h12

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/09/21/>)

Fábio Pupo (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/fabio-pupo.shtml>)

BRASÍLIA Membros do governo debateram neste fim de semana com o senador Márcio Bittar (MDB-AC) (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/relator-do-orcamento-diz-que-foi-autorizado-por-bolsonaro-a-criar-novo-programa-social.shtml>) o Pacto Federativo. A proposta corta gastos obrigatórios e abre caminho para novas despesas a partir de 2021.

Os cálculos atualizados apontam para um potencial de economia acima de R\$ 30 bilhões no próximo ano, enquanto uma versão mais enxuta pouparia quase R\$ 20 bilhões.

Os números, porém, ainda dependem do modelo final a ser aprovado pelo presidente (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/apos-cartao-vermelho-guedes-passa-a-consultar-bolsonaro-antes-de-lancar-planos.shtml>) Jair Bolsonaro (sem partido).

Nas discussões, está sob análise a viabilidade de o espaço proporcionado pelo corte de despesas ser ocupado por um novo programa social, apesar do recado do presidente na semana passada de que não se fala mais em Renda Brasil.

Mesmo após a orientação, aliados do presidente insistem que é necessário trabalhar em uma iniciativa para a baixa renda, mesmo que com outro nome. Caso contrário, tal iniciativa cairia na mão "da esquerda".

PUBLICIDADE

Ads by Teads

O próprio Bittar, relator do Orçamento, já anunciou que pretende discutir um novo programa (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/relator-do-orcamento-diz-que-foi-autorizado-por-bolsonaro-a-criar-novo-programa-social.shtml>) para 2021. "O presidente me autorizou", disse o senador após se encontrar com Bolsonaro na semana passada.

O líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), disse na última semana que o programa vai ser previsto tanto na PEC quanto no Orçamento, mas que só haverá valores definidos após votação no Congresso e com a redução das despesas.

“O senador [Bittar] colocará na PEC do Pacto Federativo o conceito do que será o programa e no Orçamento os valores para esse novo programa. A definição do valor só acontecerá na votação do Orçamento e dependerá da operação de descarimbar o dinheiro [via PEC do Pacto]”, afirmou Barros na quinta-feira (17) em live com investidores.

As conversas sobre o programa ainda incluem um rol de possibilidades.

Não está descartado apresentar uma proposta só em 2021, diante da dificuldade de fechá-lo a tempo e também pela dúvida acerca da existência de recursos.

A equipe econômica calculava uma necessidade de pelo menos R\$ 20 bilhões serem destinados para o Renda Brasil.

As conversas ocorrem com Bittar também porque ele é relator da PEC (proposta de emenda à Constituição) do Pacto Federativo. Apresentada pelo governo, ela tramita no Congresso há mais de dez meses e tem como objetivo desobrigar, desvincular e desindexar diferentes despesas.

Seu relatório sobre a PEC está praticamente pronto. O senador agora analisa o texto em parceria com membros do Executivo. A decisão é mais política do que técnica, de acordo com os envolvidos.

Neste momento, a proposta de Bittar vai um passo além do texto criado pela equipe econômica no ano passado. Em um dos trechos mais importantes, elimina o piso de recursos para saúde e educação no país.

Hoje, a Constituição obriga a União a destinar às duas áreas o montante aplicado no ano anterior mais a inflação. A proposta de Bittar eliminaria totalmente essa norma (a do governo apenas somava os dois pisos, permitindo ao governante mover recursos entre uma e outra área).

Estados e municípios, que têm pisos para saúde e educação calculados com base na receita, também não teriam mais a obrigação constitucional.

Guedes queria eliminar os pisos originalmente, mas apresentou proposta mais branda ao Congresso ao ser aconselhado por técnicos sobre uma possível reação à medida. Agora, tem apoiado a iniciativa via Congresso argumentando que o reajuste pela inflação não garantiria a proteção das pessoas.

Para ele, a pandemia seria uma prova disso. "Não havia proteção à saúde brasileira corrigida por gastos indexados. Quem deu a resposta foi o governo e a classe política [ao liberar recursos]. Está provado que a indexação não protege ninguém", disse Guedes em evento virtual na semana passada.

Lógica similar se aplicaria à educação, segundo ele. "O IPCA está em 1,6%. Vocês acham que a educação está mais protegida se der 1,6% de aumento ou fazer o Fundeb, que foi 120% de aumento?", questionou na ocasião.

Para se ter uma ideia, a União precisa aplicar em 2020 no mínimo R\$ 54,4 bilhões em ensino

(<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/09/42-do-orcamento-do-mec-para-2021-esta-condicionado-a-credito-extra.shtml>), conforme dados do Tesouro sobre execução orçamentária. Em saúde, R\$ 121,2 bilhões.

Outra medida com potencial de impacto significativo no texto de Bittar é o aval para reduzir em até 25% jornada e salário de servidores. Nesse caso, a proposta já estava no texto original.

Cada chefe de Poder poderá dizer em que áreas isso vai ocorrer. Também haverá os gatilhos que proíbem promoção, aumento de salário, progressão de carreiras e pagamento de benefícios.

Os debates são feitos restritamente porque o governo e os demais envolvidos querem evitar que propostas fiquem conhecidas antes da concordância da Presidência.

Esse tipo de precaução é tomada após o presidente ter vetado o congelamento das aposentadorias, após uma entrevista do secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, sobre o assunto.

A proibição comprometeu os planos da equipe econômica e retirou R\$ 17 bilhões de economia em 2021.

Apesar da sinalização de que tudo ainda tem de passar pela ala política do governo para haver alinhamento, aliados no Congresso aguardavam durante este fim de semana o Pacto Federativo já para esta semana, assim como a reforma tributária (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/reforma-tributaria-tem-efeito-maior-que-renda-brasil-para-os-mais-pobres-diz-hauly.shtml>).

Uma proposta ampla de desoneração da folha de salários, acompanhada da criação de um novo imposto sobre pagamentos, está sendo discutida para buscar manter os vetos de Bolsonaro à desoneração de 17 setores e também à isenção de igrejas.

“Acho que os vetos serão mantidos, porque o governo mandará uma proposta para solucionar o problema de maneira articulada”, afirmou Barros. “Para desoneração dos 17 setores, qual a proposta do governo? É desonerar todos os setores permanentemente, e não só 17 por um ano”, disse. “A proposta precisa ser encaminhada. Se for, pode-se convencer os parlamentares de que vamos aprovar isso e manter o veto”, afirmou Barros na live de quinta.

Imposto de Renda explicita vantagem de servidores federais e desigualdade

Distrito Federal lidera rendimentos no país e tem o terceiro maior patrimônio declarado

19.set.2020 às 23h15

EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/09/20/>)

Fernando Canzian (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/fernando-canzian.shtml>)

SÃO PAULO Dados do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) no Brasil explicitam a enorme disparidade de rendimentos e a elevada concentração salarial nos funcionários públicos federais em relação ao resto da população.

Os números revelam ainda como o Brasil tributa, via Imposto de Renda, parcela pequena da população: 14,4%, menos que a média latino-americana e de muitos países do sul da Europa.

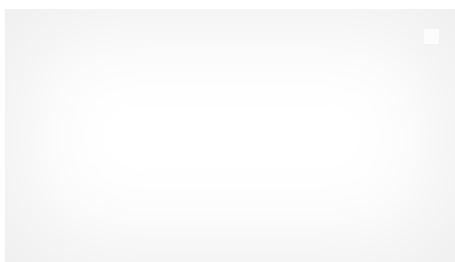
Mesmo assim, o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias entre os emergentes –e muito incidente sobre o consumo, onerando proporcionalmente mais os pobres.

Por causa dos servidores em Brasília, o Distrito Federal (DF) tem o maior rendimento médio entre as 27 unidades da Federação (considerando quem declara ou não o IRPF) e entre os declarantes apenas.

Na população total, a renda no DF é de R\$ 2.981 mensais, ante R\$ 1.228 na média geral do país. Ou R\$ 11.994 entre os declarantes, diante dos R\$ 8.528 na média dos que declaram IRPF.

A capital federal também é a unidade da Federação onde há mais declarantes: 24,8%, justamente por causa dos empregos públicos e formais.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Os dados, organizados pela FGV Social a partir do IRPF de 2018, incluem todos os rendimentos declarados, inclusive os de aplicações financeiras e dos chamados PJ (pessoa jurídica), muitas vezes pessoas físicas que recolhem impostos menores por meio do Simples.

Em comparações entre os rendimentos médios da população e do funcionalismo, é comum sindicatos de servidores reclamarem que os PJ não são incluídos. Aqui, isso ocorre –e, mesmo assim, os rendimentos da classe são maiores.

Por se tratar de dados de IRPF, os valores médios declarados são mais fidedignos do que os de pesquisas domiciliares. Já a renda média (de quem declara ou não, e que engloba todos os habitantes) tem alta correlação com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do IBGE.

Os salários dos servidores públicos federais fazem com que o Distrito Federal tenha média de rendimentos superior à de estados mais ricos como São Paulo e Rio de Janeiro, onde há mais empresários, PJs, empregados na iniciativa privada e economias mais dinâmicas.

Outro levantamento recente da FGV Social mostrou que, entre as 10 ocupações mais bem pagas no Brasil, 6 estão no setor estatal (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/servidores-no-brasil-concentram-6-das-10-ocupacoes-mais-bem-pagas.shtml>).

Os servidores públicos estão hoje no centro de dois projetos de mudança constitucional: a reforma administrativa (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/reforma-administrativa-atinge-atual-servidor-em-avaliacoes-e-demissoes.shtml>), que propõe limitar promoções automáticas e a estabilidade para novos ingressantes; e a PEC Emergencial (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/relator-da-pec-emergencial-quer-incluir-trechos-de-proposta-semelhante-da-camara.shtml>), que prevê reduzir em até 25% a carga horária e salários quando o chamado teto de gastos (que limita o aumento da despesa pública à inflação) estiver ameaçado.

O projeto de reforma administrativa, no entanto, não abrange juízes, desembargadores, promotores, deputados e senadores, que concentram alguns dos maiores rendimentos do país.

Hoje, o gasto com o funcionalismo é a segunda maior despesa da União, só atrás da Previdência. Segundo dados oficiais, 76% dos servidores federais ganham mais de R\$ 6.000 ao mês; e 43%, acima de R\$ 10,5 mil.

Em proporção ao PIB (Produto Interno Bruto), o Brasil despense o equivalente a 13,1% com servidores, mais que Chile e México (abaixo de 9%) e acima da média dos países ricos (10,5%), segundo a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Na região do Lago Sul, em Brasília, onde ministros, políticos e o alto escalão do funcionalismo vivem, a renda mensal declarada é mais de quatro vezes a média nacional: R\$ 38.460. Já o patrimônio líquido médio declarado chega a quase R\$ 2 milhões –muitas vezes maior que o das capitais mais ricas do país.

Por causa dos salários do setor público, os habitantes do Distrito Federal têm o terceiro maior patrimônio declarado (R\$ 317 mil, em média), não muito atrás dos estados de São Paulo (R\$ 373,9 mil) e Rio (R\$ 329,2 mil), onde há mais atividade econômica privada e bens acumulados há centenas de anos –enquanto Brasília só foi inaugurada em 1960.

No início da pandemia da Covid-19, o fosso entre o funcionalismo de Brasília e o resto do país ficou evidente. O Distrito Federal tinha 1,6 leito de UTI no SUS (<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/epidemia-e-distribuicao-de-utis-privadas-escancaram-desigualdade.shtml>) (Sistema Único de Saúde) por 10 mil habitantes; mas 11,6 leitos por 10 mil segurados na rede particular, a maior taxa do país.

Na região do Distrito Federal, Lago Sul, Lago Norte e Brasília, por exemplo, contrastam amplamente com as cidades-satélite, onde vivem os mais pobres. Em Ceilândia, a renda média mensal da população (declarante ou não de IRPF) não chega a R\$ 800. Já o patrimônio médio declarado é pouco superior a R\$ 50 mil.

Em termos nacionais, levando em conta toda a população (declarante ou não do IRPF), o patrimônio médio do brasileiro em imóveis (cerca da metade do que é declarado), automóveis ou investimentos é de R\$ 41 mil –variando de R\$ 78,8 mil no DF a R\$ 5.600 no Maranhão.

Além do Distrito Federal, o Brasil tem outras "ilhas" de rendimentos e patrimônio mais elevados.

Municípios litorâneos como Niterói (RJ), Santos (SP), Vitória (ES) e Florianópolis (SC) têm renda e patrimônio superiores à média, sobretudo por concentrarem mais profissionais liberais como médicos (uma das profissões mais bem pagas) e advogados, que ali residem em busca de qualidade de vida.

Essas áreas são mais homogêneas do que outras localidades onde há mais concentração de renda em poder de poucas pessoas –e geralmente têm mais declarantes de IRPF do que a média.

Em Santos, Niterói e Florianópolis, por exemplo, cerca de um terço da população declara IRPF, ante os 14,4% da média nacional.

LEIA MAIS

- **Imposto de Renda explicita vantagem de servidores federais e desigualdade**

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/imposto-de-renda-explicita-vantagem-de-servidores-federais-e-desigualdade.shtml>)

- **Diferenças regionais revelam abismo da desigualdade de renda no Brasil**

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/diferencas-regionais-revelam-abismo-da-desigualdade-de-renda-no-brasil.shtml>)

De acordo com o economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social, os dados do IRPF mostram, além da elevada concentração de rendimentos no Distrito Federal e em alguns locais específicos, a enorme disparidade de rendimentos no Brasil.

Nas regiões Norte e Nordeste, não só a renda média é menor como é muito pequeno o total da população que ganha o suficiente para declarar Imposto de Renda.

No Maranhão, menos de 6% declaram o IRPF; e a renda média geral era de R\$ 363 ao mês em 2018. Mesmo em um estado nordestino mais industrializado como Pernambuco, o rendimento médio mensal não alcançava R\$ 700.

"Os resultados mostram ainda uma nova fronteira de ganhos cada vez mais concentrados em alguns locais do Centro-Oeste, onde muitos novos ricos têm renda elevada", diz Neri.

Um exemplo é Aporé (GO), onde apenas 11,3% declaram o IRPF. Eles fazem do município o segundo do país em rendimentos (R\$ 46,4 mil mensais) e o primeiro em patrimônio líquido (R\$ 6,5 milhões, em média).

Além de Aporé, a reportagem da **Folha** examinou outros locais que destacam-se no levantamento da FGV Social, como a rica Nova Lima, em Minas Gerais, e a cidade com a menor renda média do país, Fernando Falcão, no Maranhão (leia na pág. A18).

Neri ressalta que níveis educacionais e de produtividade do trabalho seguem determinantes para a desigualdade no Brasil. "O efeito curso superior é muito importante para a renda e não caiu, mesmo na crise."

Segundo relatório da OCDE, ter curso superior no Brasil significa ganho salarial médio de 150% a mais em relação aos que não o têm (cerca de 85% da população).

Outra fonte de melhora importante na renda é o chamado "efeito firma": a empresa onde se trabalha. Quanto mais produtiva e organizada, maiores os salários; quanto mais empresas do tipo numa região, mais elevada a renda.

Mais dependente de empregos informais e de baixa produtividade nos últimos anos, a economia brasileira tende, portanto, a aprofundar a desigualdade, com os empregados formais e os que vivem em áreas mais dinâmicas se distanciando cada vez mais.

Para o economista do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) Pedro Ferreira de Souza, uma resposta mais estrutural para a desigualdade (<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://temas.folha.uol.com.br/desigualdade-global/>) seria o Brasil perseguir reformas que aumentem a base de pessoas que declaram Imposto de Renda – e reduzir as deduções que favorecem os mais ricos, como as associadas a despesas médicas.

Souza é autor de "Uma História de Desigualdade: A Concentração de Renda entre os Ricos no Brasil", Prêmio Jabuti de Melhor Livro de 2019 e que esmiúça as disparidades sociais no país e o efeito do Imposto de Renda.

"Tributamos muito o consumo e pouco a renda e o patrimônio. Mudar isso é o caminho mais óbvio para combater a desigualdade."



Baixe o app da Folha de S.Paulo de graça (<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt-BR>)

BAIXAR

FOLHA DE S.PAULO



Painel (/colunas/painel/)

painel@grupofolha.com.br (<mailto:painel@grupofolha.com.br>)



Líder do governo diz que negocia vigência de 6 anos como transição para CPMF

Plano, revelado por Ricardo Barros (PP-PR) em live na última quinta (17), não está no mapa do Ministério da Economia

20.set.2020 às 23h15

Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara, disse em live da Genial Investimentos, na última quinta (17), que um dos caminhos de negociação com Rodrigo Maia (DEM-RJ) (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/governo-entrega-pec-da-reforma-administrativa-ao-congresso.shtml>) para convencê-lo da CPMF (ou imposto digital, como chama o governo) (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/apos-bolsonaro-enterrar-renda-brasil-guedes-prioriza-nova-cpmf.shtml>) é fixar um período de seis anos de vigência como transição. A ideia não estava no mapa da Economia.

VEJA TEMAS ABORDADOS PELA COLUNA

1 Auxílio emergencial turbinado arrecadação dos estados

FOLHA DE S.PAULO



Morre Walter Malieni, vice-presidente do Banco do Brasil

Malieni tinha 50 anos, 35 deles dedicados ao banco

7.ago.2020 às 21h51

SÃO PAULO Morreu nesta sexta-feira (7) o vice-presidente de negócios de atacado do Banco do Brasil, Walter Malieni Junior.

O executivo tinha 50 anos. Entrou no Banco do Brasil (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/lucro-do-banco-do-brasil-tem-nova-queda-no-2o-tri-com-aumento-das-reservas-para-calotes.shtml>) aos 15 e, em 35 anos de carreira, passou por diversas áreas da instituição.

A morte foi causada por um súbito problema cardíaco.





Walter Malieni durante cerimônia de entrega do premio Líderes do Brasil, no Palácio dos Bandeirantes, São Paulo - Gabo Morales - 10.dez.2012/Folhapress

Em nota, o banco manifestou tristeza e afirmou que o executivo era “reconhecido pela sua enorme competência técnica e pela maneira sempre educada e atenciosa com que se dirigia a todos”.

Walter estava no posto de vice-presidente de atacado desde o final de 2019, após ter ocupado o cargo em gestões anteriores.

A morte do executivo ocorre em um momento de transição do Banco do Brasil.

Rubem Novaes, atual presidente do banco, renunciou ao cargo no fim de julho. Seu sucessor deve ser André Brandão, ex-presidente do HSBC (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/andre-brandao-do-hsbc-e-escolhido-para-presidir-o-banco-do-brasil.shtml>).

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter) (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/morre-walter-malieni-vice-presidente-do-banco-do-brasil.shtml>

recomendadas para você



F

MERCADO

Demissões começam a chegar no alto escalão das empresas

Paulo Guedes é condenado a pagar R\$ 50 mil por ter comparado servidores com parasitas

Ação coletiva foi movida por Sindicato dos Policiais Federais da Bahia; cabe recurso

18.set.2020 às 19h10

EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/09/19/>)

João Valadares (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/joao-valadares.shtml>)

RECIFE O ministro da Economia, Paulo Guedes, foi condenado pela Justiça Federal a pagar R\$ 50 mil ao Sindipol-BA (Sindicato dos Policiais Federais da Bahia) por ter comparado servidores públicos com parasitas

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/02/o-cara-virou-um-parasita-diz-guedes-sobre-servidores.shtml>).

As declarações de Guedes ocorreram em fevereiro deste ano durante evento sobre reformas na Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas.

"O funcionalismo teve aumento de 50% acima da inflação, além de ter estabilidade na carreira e aposentadoria generosa. O hospedeiro está morrendo, o cara virou um parasita", disse Guedes, defendendo o fim dos reajustes automáticos.

Na sentença proferida nesta quarta-feira (16), a juíza Cláudia da Costa Tourinho Scarpa, da 4ª Vara Federal, alegou que o ministro atacou despropositadamente a categoria (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/02/parasita-e-o-sistema-financeiro-protetido-por-guedes-diz-entidade-de-servidores.shtml>) dos servidores públicos.

"O exercício do direito à liberdade de expressão do réu Paulo Guedes excedeu barbaramente os limites impostos pela finalidade econômica e social de um pronunciamento de ministro de Estado", diz trecho da decisão.

PUBLICIDADE

Ads by Teads

A magistrada ressaltou que não se pode admitir expressão de discursos que incentivem o ódio e a discriminação de determinada categoria.

A AGU (Advocacia Geral da União) informou que vai recorrer da decisão.

No evento em fevereiro, Guedes citou pesquisa Datafolha que diz que 88% dos brasileiros são a favor da demissão de servidores (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/01/88-aposiam-demissao-de-servidores-com-mau-desempenho-aponta-datafolha.shtml>) por mau desempenho. "A população não quer mais isso", afirmou no evento, recebendo muitos aplausos.

"O Estado, o governo municipal, o governo estadual, neste caso, vira um parasita maior que o hospedeiro, ou seja, a comunidade a quem deve servir", alegou.

Três dias após as declarações, o ministro pediu desculpas em mensagem (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/02/nao-quis-ofender-e-peco-desculpas-diz-guedes-apos-chamar-servidor-de-parasita.shtml>) encaminhada a jornalistas.

"Eu me expressei muito mal, e peço desculpas não só a meus queridos familiares e amigos mas a todos os exemplares funcionários públicos a quem descuidadamente eu possa ter ofendido".

A ação coletiva de reparação de danos morais movida pelo Sindipol-BA pedia indenização no valor de R\$ 200 mil.

O presidente do sindicato dos policiais, José Mário Lima, informou que o dinheiro ganho será doado aos hospitais Santo Antônio, que pertence às Obras Sociais Irmã Dulce, e ao Aristides Maltez, em Salvador.

“A Justiça foi feita ante a esse absurdo cometido de forma irresponsável pelo ministro”, afirmou José Mário.

O Ministério da Economia não se manifestou sobre o assunto, deixando o posicionamento para a AGU, que vai encaminhar recurso contra a condenação.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/paulo-guedes-e-condenado-a-pagar-r-50-mil-por-ter-comparado-servidores-com-parasitas.shtml>

recomendadas para você

|



Baixe o app da Folha de S. Paulo [de graça](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt-BR) (<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt-BR>)

BAIXAR

FOLHA DE S. PAULO



Por estabilidade política e Orçamento, Bolsonaro abandona antigos aliados

Nas últimas semanas, chefe do Executivo desagradou bancadas como a evangélica e a da segurança pública

20.set.2020 às 23h15

Atualizado: 21.set.2020 às 7h24

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/09/21/>)

Daniel Carvalho (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/daniel-carvalho.shtml>)

Gustavo Uribe (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/gustavo-uribe.shtml>)

BRASÍLIA Diante de um Orçamento apertado

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/01/governo-prepara-corte-de-r-6-bilhoes-nas-despesas.shtml>), do medo de sofrer um processo de impeachment e de um perfil populista evidenciado (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/nao-posso-tirar-de-pobres-para-dar-a-pauperrimos-diz-bolsonaro-sobre-renda-brasil.shtml>) com a proximidade da eleição de 2022, o presidente Jair Bolsonaro abandonou aliados que o ajudaram em 2018 a chegar ao Palácio do Planalto.

Na semana passada, por exemplo, sob a justificativa de não incorrer em crime de responsabilidade fiscal e acabar embasando um processo de impedimento contra ele, Bolsonaro vetou

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/bolsonaro-veta-anistia-em-tributos-a-igrejas.shtml>) o perdão de dívidas de igrejas, contrariando a bancada evangélica, uma das mais fiéis a seu governo.

Para tentar minimizar o mal estar e não implodir a ponte com a frente parlamentar, que reúne 195 dos 513 deputados e 8 dos 81 senadores, ele mesmo sugeriu que os congressistas derrubem o veto

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/evangelicos-e-ate-oposicao-veem-votos-para-derrubar-veto-de-bolsonaro-que-alivia-igrejas.shtml>).

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui

<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na

Apple Store ([https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto)

[utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto)) ou na **Google Play**

[https://play.google.com/store/apps/details?](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto)

[id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto)) para

receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/por-estabilidade-politica-e-orcamento-bolsonaro-abandona-antigos-aliados.shtml>



Baixe o app da Folha de S.Paulo de graça (<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt-BR>)

BAIXAR

FOLHA DE S.PAULO



Painel (/colunas/painel/)

painel@grupofolha.com.br (<mailto:painel@grupofolha.com.br>)



Quinze estados aprovam efetivação de Pazuello na Saúde

Principais desafios do ministro serão a manutenção do legado pós-Covid-19 e a fila de procedimentos represados em 2020

20.set.2020 às 23h15

Atualizado: 21.set.2020 às 10h17

Quinze secretários estaduais de Saúde (ou outros representantes dos estados, como governadores) que responderam ao Painel disseram aprovar a efetivação de Eduardo Pazuello (Saúde) (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/em-posse-de-pazuello-bolsonaro-diz-que-escolas-nao-deveriam-ter-fechado-na-pandemia.shtml>) como ministro. O general deixou de ser interino para se tornar titular da pasta na quarta (16).

AP, PE, DF, MA, PB, PA, MS, MG, RS, GO, ES, SP, RN, PR e BA ratificaram a escolha de Pazuello.

Os secretários dizem que a estabilidade ajuda o SUS

(<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/sus-nao-entrou-nem-vai-entrar-em-colapso-diz-pazuello-em-posse-como-ministro-efetivo-da-saude.shtml>) e que Pazuello tem sido solícito e organizado no combate à pandemia.

Três nomes da equipe econômica são cotados para substituir Waldery na Fazenda

Troca não é considerada trivial e deve demorar certo tempo para ocorrer

20.set.2020 às 23h15

EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/09/21/>)

Fábio Pupo (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/fabio-pupo.shtml>)

BRASÍLIA O Ministério da Economia analisa três nomes para o lugar de Waldery Rodrigues (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/elogiado-por-tecnica-e-dedicacao-waldery-virou-alvo-no-governo-por-gestao-e-comunicacao.shtml>), secretário especial da Fazenda. Apesar disso, a substituição ainda deve levar certo tempo para ocorrer, já que ele é considerado um nome relevante para os trabalhos da pasta.

São eles Esteves Colnago e Jeferson Bittencourt, assessores especiais do ministro Paulo Guedes (Economia) e que já foram secretários especiais adjuntos da Fazenda. O terceiro é Bruno Funchal, secretário do Tesouro Nacional. Todos eles são bem avaliados pelo ministro, conforme relatos.

A troca vai demorar mais tempo porque, primeiro, não se trata de uma substituição trivial.



Secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, foi colocado sob pressão dizer que o governo estudava congelar por dois anos o reajuste dos aposentados; Bolsonaro falou em "cartão vermelho" - Edu Andrade/Ministério da Economia

Waldery é visto pelo próprio ministro como alguém importante tecnicamente, além de um servidor dedicado e leal —nas palavras de interlocutores— e que não mereceria uma demissão no calor do momento, mesmo após suas declarações à imprensa.

A entrevista concedida pelo secretário (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/ministerio-da-economia-defende-que-aposentados-fiquem-dois-anos-sem-aumento.shtml>), que causou o veto do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ao congelamento de aposentadorias e ao corte de benefícios para idosos e pessoas com deficiência, não seria motivo para uma demissão abrupta, conforme essa visão.

PUBLICIDADE

Ads by Teads

Por outro lado, já havia questionamentos sobre o desempenho de sua secretaria antes mesmo do episódio. E a visão é que as falas de Waldery fizeram a equipe econômica perder uma grande economia de recursos no Pacto Federativo, algo que estava a "um milímetro" de ocorrer.

Só o congelamento de benefícios e aposentadorias do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) renderia R\$ 17 bilhões em 2021, segundo o próprio secretário havia comentado.

A saída imaginada para Waldery agora é a entrada dele em um organismo internacional. Está sendo pensada de forma embrionária a ida para o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

O mandato dura cinco anos e, para exercê-lo, Waldery moraria nos Estados Unidos. O movimento seria uma espécie de prêmio ao secretário após o trabalho prestado ao ministério.

Também está sendo pensada para a mesma instituição a ida de Carlos da Costa, secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade.

A avaliação oficial é que seu trabalho cresceu durante a pandemia, após ele exercer o papel de interlocutor com o setor privado durante a crise e ajudando a elaborar medidas para que elas tivessem seus problemas mitigados. Mas isso ainda não está definido e ainda há chance de ele continuar no ministério.

Por causa do apoio do Brasil à presidência americana do BID, a pasta avalia que pode ter dois nomes na instituição.

Há pouco mais de uma semana, os EUA conseguiram eleger o americano Mauricio Claver-Carone para a presidência do BID. (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/republicanos-dos-eua-reforcam-pedido-por-adiamento-de-escolha-de-presidente-do-bid.shtml>) Com a escolha, Trump atropelou o Brasil —que originalmente queria respaldo dos EUA a seu candidato.

O resultado da eleição para o BID quebrou uma tradição de seis décadas em que um nome da América Latina comandava a instituição.

COTADOS PARA A SECRETARIA ESPECIAL DA FAZENDA



Esteves Colnago - Pedro França/Agência Senado

Atual assessor especial de Guedes, cuida principalmente do diálogo da pasta com o Congresso. Durante a pandemia, virou um dos principais interlocutores do ministro com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), enquanto os dois estavam afastados. Já foi secretário especial adjunto de Fazenda (sob Waldery).

No governo Temer, virou ministro do Planejamento após a saída do então chefe Romero Jucá (MDB-RR). É servidor de carreira (analista do Banco Central) e passou por diferentes funções na equipe econômica, inclusive no Tesouro. Mestre em economia pela UnB (Universidade de Brasília) e especialista em contabilidade pública.



Jeferson Bittencourt - Antônio Cruz/Agência Brasil

Atual assessor especial de Guedes. Também já foi secretário especial adjunto de Fazenda (sob Waldery) e ocupou outros cargos no ministério, como diretor de programa. Tem passagens pelo governo do Rio Grande do Sul e pelo Tesouro Nacional, onde é servidor de carreira.

Atuou no setor privado como assessor econômico, consultor e professor universitário. Economista e mestre em ciências econômicas pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Veículo: Estadão	
Data: 19 a 21.09.2020	Caderno: Economia



Entenda a Contribuição sobre Bens e Serviços, proposta pelo governo federal no âmbito da Reforma Tributária

Mariana Vale Darwich Apgáua e Barbara das Neves*

21 de setembro de 2020 | 09h41

Como amplamente noticiado, no dia 21 de julho o governo federal apresentou a primeira fase do seu projeto de reforma tributária. Trata-se do Projeto de Lei nº 3.887/2020, que institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços – CBS, em substituição às contribuições ao PIS e à COFINS.

Em regra, a nova contribuição incidirá à alíquota de 12% (doze por cento) sobre a receita bruta operacional, sendo possível concluir que o tributo não incidirá sobre outras receitas que não guardem relação com a atividade ou objeto principal do contribuinte, a exemplo do ganho de capital. No caso das importações, foi mantida a incidência sobre o valor aduaneiro.

Vale destacar que consta expressamente no art. 7º do PL nº 3.887/2020 a exclusão do ICMS, do ISS e da própria CBS de sua base

de cálculo, além dos descontos incondicionais. Essa previsão provavelmente encerrará as discussões acerca da inclusão de tributos na base de cálculo da contribuição incidente sobre a receita.

A nova contribuição pressupõe a apuração na sistemática não-cumulativa, mas com mudanças significativas. Em síntese, o PL propõe a adoção do critério de crédito financeiro. Ou seja, será possível a apropriação de créditos da CBS sobre a totalidade das aquisições de bens e contratação de serviços, não havendo mais a necessidade de observância do enquadramento da despesa ao conceito de insumo e a relação de essencialidade com exercício da atividade econômica do contribuinte. Tal previsão também deve encerrar divergências atuais quanto ao direito à apropriação de créditos no conceito de insumos, porém, pressupõe a aquisição de determinados itens que se enquadrem nos conceitos de produtos ou serviços, podendo existir discussões sobre a cessão e licenciamento de direitos.

Apenas instituições financeiras e entidades equiparadas foram mantidas em uma sistemática semelhante à da cumulatividade do PIS e da COFINS, sujeitas a alíquota da CBS de 5,8%, sem a possibilidade de creditamento.

Nos termos do art. 9º do PL, a única exigência para o creditamento seria o destaque da CBS no documento fiscal relativo à aquisição do bem ou da contratação do serviço. Inclusive, em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o ICMS e, com o objetivo de resguardar o adquirente ou tomador do serviço de boa-fé, o PL prevê a possibilidade de apropriação do crédito inclusive quando a documentação fiscal é considerada inidônea, desde que comprovada a ocorrência e validade da operação.

Em relação a algumas operações desoneradas (como a ZFM e áreas de livre comércio) e exportações, há tratamento especial, principalmente no que se refere à possibilidade de apropriação de créditos. No entanto, carece o PL de uma completa definição do que seriam as operações de importação e exportação de serviços.

Ainda, de acordo com o PL, será possível a compensação dos saldos credores da CBS com outros tributos federais, inclusive, com contribuições previdenciárias, ou o ressarcimento em dinheiro ao contribuinte. Nesse ponto, o PL é omissivo quanto ao prazo para o ressarcimento dos créditos, o que se espera que seja suprido em eventual aprovação pelo Congresso Nacional com fixação de prazo máximo para a restituição, conforme proposição do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Indo adiante, a CBS inevitavelmente acarretará a majoração da carga tributária de determinados setores, em virtude da extinção dos benefícios fiscais, como o caso dos livros e entidades do terceiro setor, assim como o aumento de alíquotas do setor de serviços.

Atualmente, grande parte dos prestadores de serviços está sujeita ao recolhimento do PIS e da COFINS à alíquota de 3,65%. Com a entrada em vigor da CBS, o setor de serviços ficará sujeito à alíquota de 12%, sendo que seu principal custo (mão de obra e folha de salários) não possibilitará a apropriação de créditos, nos termos da sistemática da não cumulatividade.

Uma inovação no PL é o tratamento dado às plataformas digitais, tanto as localizadas em território nacional quanto aquelas localizadas no exterior, que ficarão responsáveis pelo recolhimento da CBS nos casos

em que o vendedor ou o prestador não realizem a emissão do documento fiscal pertinente.

Assim, não há dúvidas de que o projeto possui aspectos positivos, como a redução do contencioso tributário (concessão de crédito de forma ampla e a exclusão de tributos de sua base de cálculo), além da simplificação da apuração e do cálculo do tributo. Contudo, devem ser destacados alguns pontos que exigem reflexão, como (i) o provável aumento da carga tributária para o setor de serviços (principalmente os serviços prestados para consumidores finais que não se apropriam de créditos da CBS); (ii) a precarização do trabalho, já que a mão de obra, principal custo do setor dos serviços, não ensejará a apropriação de créditos; (iii) a retirada drástica de diversos incentivos fiscais que fomentam setores essenciais à economia e ao desenvolvimento do país, como os setores de saúde e educação.

Por fim, mas não menos importante, deve ser destacado o fato de que, da forma como foi proposta a criação desta nova contribuição, no caso de aprovação de reforma tributária mais ampla, a CBS poderá ser somada ao ICMS e ao ISSQN para formação de um único tributo incidente sobre o consumo (IBS), nos moldes do IVA adotado por diversos países. Neste sentido, a alíquota final de um futuro IBS poderá resultar em uma das maiores tributações sobre o consumo do mundo, aumentando a desigualdade vivenciada pela sociedade brasileira.

***Mariana Vale Darwich Apgáua e Barbara das Neves são advogadas do Departamento Tributário da Andersen Ballão Advocacia.**

Veículo: Estadão	
Data: .19 a 21.09.2020	Caderno: Economia



O realismo da reforma tributária

IVA Dual busca reduzir conflito federativo na adoção e em todo o processo de regulação e administração do tributo

Ernesto Lozardo e Melina Rocha Lukic*, O Estado de S.Paulo
19 de setembro de 2020 | 04h00

A **reforma tributária** será uma das âncoras para amenizar as incertezas do desenvolvimento e tornar o **Brasil** competitivo no contexto global por meio da redução dos custos da produção. No processo de elaboração desta reforma, não cabe perfeccionismo, mas realismo tributário.

Há, no debate nacional, duas propostas de reforma tributária baseadas no **Imposto sobre o Valor Agregado (IVA)**: a proposta do IVA Dual e a do IVA único compartilhado. Este último seria o ideal tecnicamente, mas a nosso ver não é o mais adequado para o federalismo do Brasil. O modelo está no **Congresso Nacional** representado pelas PECs 45 e 110, que propõem unificar os principais tributos atualmente incidentes sobre o consumo em um IVA único nacional.

Por outro lado, o IVA Dual – que propõe a criação de um IVA federal e outro IVA estadual/municipal – tem por objetivo reduzir o conflito federativo tanto para a adoção quanto em todo o processo de regulação e administração do tributo, o que torna a implementação da reforma tributária mais realista a curto prazo.

Outra questão importante é uma tendência irreversível na composição do **PIB** das nações: o setor de serviços tem um crescimento mais acelerado que os demais. Assim, a reforma tributária também deve encontrar formas de assegurar os ganhos dos municípios e preservar seu nível crescente de receita tributária.

Recentemente, o governo federal propôs iniciar a reforma tributária pela criação da **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)**, que unifica as contribuições **PIS** e **Cofins** e aplica uma alíquota uniforme de 12%. É engano pensar que a CBS criará mais resistência sem um período de transição, principalmente se levarmos em consideração que as PECs 45 e 110 propõem um período de transição de 5 a 10 anos. Neste caso, pretende-se monitorar a dor do paciente pelo tempo da injeção do remédio. Essa angústia não se pode estender ao longo de dez anos, mas que seja curado rapidamente.

O impacto da reforma não será uniforme, mas dependerá da estrutura de custos das empresas e dos setores. Em todos os setores, o ajuste de preços se dará de qualquer maneira, o empresário terá de adequar sua margem de lucro ao longo do tempo. Este processo se dará pelo aumento da produtividade e pela garantia de creditamento amplo do imposto pago nos custos operacionais. Não há necessidade do período de transição.

Com relação ao setor de serviços, com a adoção da CBS, a alíquota passará de 3,75%, do sistema cumulativo, para 12% não cumulativo. São grandezas distintas, cuja adequação explícita a realidade tributária cumulativa oculta do consumidor. Trata-se de uma mudança importante, porém não se pode esquecer que as atividades no meio das cadeias produtivas poderão deduzir os créditos tributários. Mesmo assim, sugerimos uma redução na alíquota de presunção do lucro presumido do setor de serviços como forma de compensar o impacto inicial da CBS. Como essa medida seria transitória, não nos parece que provocará maiores distorções do que aquelas já existentes no regime do lucro presumido.

Uma outra questão diz respeito ao Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). Fundos de equalização existem em vários países em condições fiscais favoráveis, o que não é o caso do **Brasil**. O melhor caminho para o desenvolvimento regional deve ser por meio de um eficiente marco regulatório dos investimentos em infraestrutura, que possibilite investimentos nacionais e estrangeiros de longo prazo nos Estados e municípios.

A dependência de recursos públicos para o desenvolvimento regional será perene enquanto não houver: 1) um marco regulatório que assegure os recursos dos investidores; 2) instrumentos financeiros adequados; e 3) projetos financeiramente viáveis e tecnicamente bem estruturados. A equalização deve vir de um modelo no qual os entes federativos assumam os riscos pelos recursos, em substituição ao FDR livre de risco e financiado por recursos dos contribuintes.

Neoenergia fecha compra de projetos eólicos na Bahia

Localizados na Serra da Gameleira, projetos adquiridos podem atingir 400 MW de capacidade e se somam aos demais 1 GW em fase de construção

Por **Letícia Fucuchima** — De São Paulo

21/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Buscando ampliar a participação das fontes renováveis em seu portfólio, a Neoenergia fechou um acordo para adquirir projetos eólicos da PEC Energia, empresa da Engeform. Localizados na Serra da Gameleira (BA), os projetos da PEC têm potencial para atingir 400 megawatts (MW) de capacidade instalada.

O valor total da operação, que ainda precisa do aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), pode chegar a R\$ 80 milhões. O pagamento acontecerá com a conclusão do negócio e no momento que atingir determinados marcos de desenvolvimento dos parques.

Segundo a companhia elétrica, a transação também envolveu uma opção de compra de outros projetos eólicos da PEC Energia no mesmo local. Exercer essa opção de compra fica a critério da Neoenergia Renováveis.

A Neoenergia é controlada pelo grupo espanhol Iberdrola, que recentemente dobrou a aposta nas renováveis, planejando investir 10 bilhões de euros em energia “limpa” neste ano. No Brasil, sua subsidiária tem um portfólio de geração de 4 gigawatts (GW), concentrados principalmente na fonte hídrica: são sete hidrelétricas em operação, que somam 3 GW. Em eólicas, são 17 parques, com 500 MW. Quase 90% da geração da empresa vem de fontes renováveis - o restante provém de uma térmica em Pernambuco.

A Neoenergia tem ainda 27 parques eólicos em construção, que devem acrescentar 1 GW a seu portfólio a partir de 2022, quando entrarem em operação. Na Paraíba, desenvolve o Complexo Chafariz, com 471,2 MW de capacidade e cerca de 60% da energia vendida no mercado regulado. Na região entre o Piauí e a Bahia, está construindo o Complexo Oitis, com 566,5 MW e mais de 90% da energia direcionada ao ambiente de contratação livre (ACL).

A operação ocorre em meio a um aquecimento do mercado para fusões e aquisições (M&A, na sigla em inglês) envolvendo as energias renováveis. Segundo um levantamento da KPMG, quase 80% dos negócios fechados entre janeiro e agosto no setor elétrico foram de ativos de geração renovável - historicamente, essa fatia atingia 50%, 60% das transações anuais. Entre os negócios mais relevantes do ano, estão as compras de parques eólicos pela Omega e pela AES Tietê.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

De música a podcast, tem no Spotify

SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Veja o novo queridinho dos brasileiros entre os cartões de crédito

MELIUZ

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

CAMISAS KIT

LINK PATROCINADO

Mulheres: Anvisa libera pílula que estica as rugas e a pele velha depois dos 40 anos de idade

SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Salvador : Os preços atuais para implantes dentários podem te surpreender

IMPLANTE DENTÁRIO | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

Safra reforça avaliação positiva sobre Vale (VALE3)

VALOR ECONÔMICO PARA SAFRA

MG estuda PPP de R\$ 8 bilhões para construir Rodoanel

Governo mineiro negocia com a Vale recursos para viabilizar projeto, diz secretário

Por Taís Hirata — De São Paulo

21/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



Além de um pacote de 3 mil quilômetros de concessões rodoviárias, o governo mineiro tenta tirar do papel um projeto antigo no estado: o Rodoanel da região metropolitana de Belo Horizonte. O empreendimento, de 94 quilômetros e R\$ 8 bilhões de investimentos, será construído do zero. Trata-se, portanto, de um projeto desafiador, porém viável, afirma o novo secretário de Infraestrutura e Mobilidade do Estado, Fernando Marcato.

“No caso do Rodoanel, será necessária uma Parceria Público-Privada [PPP], que depende do aporte de recursos do poder público para se viabilizar”, afirmou, em conversa com o **Valor**.

Esses recursos poderão vir do acordo de indenização da Vale, firmado com o Estado de Minas Gerais pelos danos provocados no rompimento da barragem de rejeitos de minério em Brumadinho. O governo ainda está em conversas com a empresa sobre a destinação e os valores, explica o secretário.

Procurada, a Vale disse que mantém interlocução constante com representantes do poder público, Ministério Público e Defensoria “para entender suas demandas e, caso confirmadas, resolvê-las de forma célere, sempre em comum acordo com todas as partes interessadas”. A empresa afirma também que seu principal foco de atuação continua sendo o atendimento às pessoas atingidas pelo rompimento.

A ideia, explica Marcato, seria usar os recursos do acordo para fazer frente aos custos iniciais do projeto, como desapropriações, e para formar um “colchão de liquidez” do projeto - ou seja, uma conta reservada à PPP, que poderia ser usada para mitigar riscos de demanda da concessão. “Não é um plano trivial, sabemos que é complexo, mas estamos vendo um alinhamento de astros”, diz o secretário.

No fim deste mês, a gestão fará uma rodada de conversas com o mercado, para colher a percepção de possíveis interessados no empreendimento e apresentar os estudos mais recentes.

Parte do projeto do Rodoanel chegou a ser licitado, no fim de 2014, e foi vencido por um consórcio liderado pela Odebrecht, com participação da Ecorodovias e da construtora Barbosa Mello. Porém, o contrato acabou anulado pelo governo, em 2016.

Agora, a proposta é fazer uma só concessão para todos os trechos do contorno viário. “Queremos fazer o empreendimento de forma gradual, mas dentro de um mesmo contrato, para reduzir os custos de transação. É uma modelagem desafiadora”, diz.

Para além do Rodoanel, a secretaria de Marcato têm um pacote rodoviário ambicioso, com seis lotes de concessões. A ideia é soltar esses projetos gradualmente, em duplas. A primeira rodada deverá ir a consulta pública no primeiro semestre de 2021, com as concessões do Triângulo Mineiro e a do Sul de Minas (Pouso Alegre-Itajubá).

Os estudos têm sido conduzidos com base nos números anteriores à pandemia. Como existe uma expectativa de retomada do tráfego nas estradas até o momento das consultas públicas, a ideia é deixar para fazer os ajustes nos projetos em 2021.

Na sequência, na segunda metade do ano que vem, serão lançadas as consultas para outras duas concessões, a de Varginha-Furnas e a de São João del Rei. O terceiro pacote deverá sair até, no mais tardar, o início de 2022, com mais dois projetos, o de Ouro Preto e de Mariana, explica Marcato. “É um programa agressivo, mas factível”, diz ele.

Na busca por ampliar a segurança jurídica e atratividade dos projetos, o secretário também defende a criação de uma agência reguladora de transportes para o estado. Como, porém, a formação de um órgão novo é um processo complexo, que demanda orçamento e aprovação legislativa, o plano inicial é começar com a formação de um comitê regulatório, ainda neste ano. “A ideia é que seja uma comissão formada por servidores, mas que tenha autonomia”, afirma.

A agenda de infraestrutura do estado também inclui uma concessão para o aeroporto de Pampulha, que foi delegado pela União ao governo mineiro neste ano. O estado mineiro deverá receber no próximo mês os estudos para o projeto, que

estão sendo feitos por meio de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), no qual entes privados fazem os estudos por conta própria e os entregam ao governo.

“As avaliações têm se mostrado interessantes. Esperamos ter um projeto pronto para ser levado a consulta pública no início de 2021”, diz Marcato. A ideia é manter o foco do aeroporto em aviação executiva e tornar a exploração imobiliária do terreno uma parte importante do projeto.

O terminal rodoviário de Belo Horizonte, que movimentava 4,5 milhões de passageiros, mas atrai cerca de 10 milhões de pessoas no local anualmente, é outro projeto que a equipe pretende leiloar, também explorando o potencial comercial. “A ideia é fazer uma concessão de uso. A expectativa é concluir os estudos em meados de 2021, para lançar a licitação no segundo semestre”, diz.

Marcato assumiu essa longa carteira de projetos em agosto deste ano. Professor de Direito da FGV e ex-sócio da consultoria GO Associados, ele entrou no lugar de Marco Aurélio Barcelos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Veja o novo queridinho dos brasileiros entre os cartões de crédito
MELIUZ

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!
CAMISAS KIT

LINK PATROCINADO

Mulheres: Anvisa libera pílula que estica as rugas e a pele velha depois dos 40 anos de idade
SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Salvador : Os preços atuais para implantes dentários podem te surpreender
IMPLANTE DENTÁRIO | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

Garçonete passa bilhete para um homem casado, e só depois esposa entende o que dizia.

Reforma está no caminho errado, diz grupo de especialistas

Foco em discutir um imposto sobre valor agregado e o timing errado estariam entre os equívocos

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

21/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas





Para Rezende, IVA é imposto da era industrial e é preciso discutir modelo adaptado aos impactos de novas tecnologias — Foto: Claudio Belli/Valor

Em meio aos inúmeros pleitos do debate sobre os impactos da reforma tributária nos diversos setores e entes federados, há especialistas que são contra todas as propostas colocadas na mesa até agora. Em reunião virtual, o **Valor** ouviu sete integrantes de um grupo de professores e pesquisadores que vem discutindo o assunto.

Com base em argumentos diversos, o grupo, coordenado pelo professor Fernando Rezende, da Fundação Getulio Vargas (FGV), vê equívocos nos rumos apontados pelos principais projetos em negociação.



Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal: a verdadeira questão que está em jogo com a PEC 45 é uma grande redistribuição da carga tributária — Foto: Sílvia Zamboni/Valor

Foram alvos de discussão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, que tramita na Câmara dos Deputados, a PEC 110, que está no Senado, e também o projeto de lei enviado pelo governo federal com a proposta de criação de uma Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), unificando PIS e Cofins. A PEC 45 propõe a criação de um novo tributo sobre consumo no modelo de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), com alíquota única, não cumulativo, cobrado no destino e dando fim aos incentivos fiscais existentes hoje. O novo tributo unificaria não somente PIS, Cofins e IPI como também o ICMS estadual e o ISS municipal.

Para Rezende, o IVA é um imposto da era industrial e é preciso discutir um modelo de tributo que esteja mais adaptado à era digital e aos impactos que as novas tecnologias terão no futuro. As propostas atuais foram apresentadas sem estudos prévios e sem transparência sobre os efeitos econômicos, diz ele.

O IVA, afirma Rezende, foi criado quando o processo de produção se assemelhava a uma linha ferroviária, na qual em cada “estação” era agregado um valor cada vez maior à medida que se avançava no percurso. Hoje, diz ele, a produção é mais uma “roda viva”, na qual o maior insumo é intelectual e o valor agregado pode vir de várias partes do mundo. Nesse processo, diz, não há como se estabelecer origem e destino e nem há sentido em se falar em não cumulatividade, algo buscado tanto pela CBS quanto pelas PECs que tramitam no Congresso.

Os debates coordenados por Rezende deram origem ao documento “Caminhos para a reforma tributária”, subscrito também pela advogada Tathiane Piscitelli, professora da Escola de Direito da FGV, Vilma Pinto, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), Márcio Holland, ex-secretário de Política Econômica e professor da FGV, e Vagner Ardeo, vice-diretor do Ibre/FGV. Também participaram do documento os ex-secretários da Receita Federal Everardo Maciel e Marcos Cintra.

“A PEC 45 deve ser não somente discutida, mas combatida”, diz Tathiane Piscitelli. Da perspectiva jurídica, há muitos problemas afirma ela. Para além da questão federativa, ao retirar autonomia política e financeira dos entes, avalia, a unificação de tributos com eliminação absoluta de benefícios fiscais, é um modelo que não se

adequa ao Brasil, muito complexo social e economicamente. “Há demandas específicas atendidas por meio de incentivo fiscal. Temos necessidade de benefícios para o Brasil conseguir atingir metas no acordo de Paris, por exemplo. Não se trata de benefício desmedido.”

Tathiane destaca a alta alíquota que o novo IVA poderá ter. “Se a CBS tiver sucesso, teremos um dos mais elevados IVAs do mundo, entre de 30% a 32%, o que irá reverberar nos itens da cesta básica e aumentará a regressividade.” A devolução do imposto à população de baixa renda como forma de reduzir esse efeito é uma “falácia”, diz, pelo seu conceito e também pelas dificuldades operacionais. Um dos problemas é saber quem receberá essa devolução. “A renda per capita média da região Sudeste é o dobro da do Nordeste. Como vou estabelecer quem tem direito a essa restituição de forma simplista, sem considerar a complexidade do país?”

A regressividade também preocupa Márcio Holland. Para ele, fazer uma reforma que contempla apenas a tributação sobre consumo traz um perigo muito grande. “Independentemente de concordar ou não com o IVA, uma mudança exclusivamente sobre consumo coloca o risco de pararmos por aí e não fazemos uma reforma efetivamente ampla.” Farta literatura nacional e internacional, diz, aponta o IVA como altamente regressivo. “Estudos dizem da possibilidade, sob algumas hipóteses, da PEC 45 reduzir a regressividade em relação ao sistema atual sobre consumo. E a possibilidade de a PEC 45 aumentar ainda mais a regressividade não é desprezível.”

O Imposto de Renda negativo, defende Holland, é uma alternativa mais consistente para mitigar os efeitos regressivos de um novo IVA. Sua operacionalização, diz ele, pode se dar de várias formas, como a concessão de benefícios mensais, de forma similar ao auxílio emergencial, e por ajuste no IR anual para quem declarar até uma certa faixa de renda per capita familiar. Dados cruzados da Receita Federal com os programas sociais, defende, permitiriam criar condicionalidades, como acesso escolar obrigatório a crianças e adolescentes da família, por exemplo.

Everardo Maciel não poupa críticas às propostas de reforma em discussão. Para ele, o projeto da CBS e a PEC 45 têm “defeitos graves”, além de terem inconstitucionalidades apontadas por diversos juristas. “O problema é apresentando

com base em chavões, com falsas ilações, e a partir daí se apresentam soluções mágicas.” Para ele, a reforma tem conclusões e encerra uma “grande agenda oculta”.

“Diz-se que o sistema atual é regressivo. Mas não existe nada mais regressivo que uma alíquota única. O enfrentamento da regressividade está na pluralidade de alíquotas.” É claro que não se pode ter alíquotas demais, pondera ele, porque isso traz maior complexidade do sistema. “Mas é preciso ter algumas alíquotas diferenciadas.” Também é um equívoco, diz ele, partir do pressuposto de que simplificar o sistema consiste em juntar tributos. “Vamos juntar PIS e Cofins. Por quê? Os dois são iguais, têm a mesma legislação, exceto em casos especialíssimos, têm o mesmo documento de arrecadação.”

A verdadeira questão que está em jogo, defende Everardo, é uma grande redistribuição de carga tributária. “Isso não é dito, está sendo descoberto aos pedaços. Na proposta da PEC 45 quem ganha é a instituição financeira, que hoje paga PIS e Cofins e deixa de pagar. Estamos falando de R\$ 25 bilhões a R\$ 30 bilhões ao ano. Quem vai pagar a conta são pequenos e médios prestadores de serviços, como escolas, clínicas médicas, o agronegócio”, aponta. “Mas vai reduzir tributação na geladeira. Então vamos comprar duas geladeiras e deixar de pagar a mensalidade escolar?”

Para José Roberto Afonso, o problema não é o IVA. “Sempre defendi o imposto e continuo defendendo. Mas não adianta fazer a coisa certa na hora errada.” Ninguém no mundo, diz, está discutindo reforma tributária. “O que se debate é como prorrogar tributos ou incentivar investimentos. Ninguém está pensando em mudança, sobretudo que possa aumentar a arrecadação justamente quando há recessão.”

Vagner Ardeo, vice-diretor do Ibre, diz que a prioridade deve ser outra. “É como imaginar um prédio pegando fogo do ponto de vista fiscal enquanto o proprietário discute com o arquiteto a reforma que estava prevista para acontecer.” Para ele, é preciso cuidar agora do “incêndio”, sair dele minimamente viável para depois isso refletir numa proposta de ajuste adequada.

Problema fiscal no Brasil é gasto demais ou receita de menos?

Idealmente, deveria ser revertido o aumento dos subsídios tributários ocorrido de 2006 a 2014

Por Alexandre Manoel

21/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



Almeida, Lisboa e Pessoa (2015) mostraram que, de 1991 até 2014, o gasto público federal cresceu a uma taxa maior do que a renda brasileira, sugerindo que há um desequilíbrio fiscal estrutural após a Constituição de 1988. O diagnóstico é correto, assim como é correta a prescrição de que há necessidade de reformas estruturais que interrompam a trajetória de crescimento do gasto maior do que o da renda.

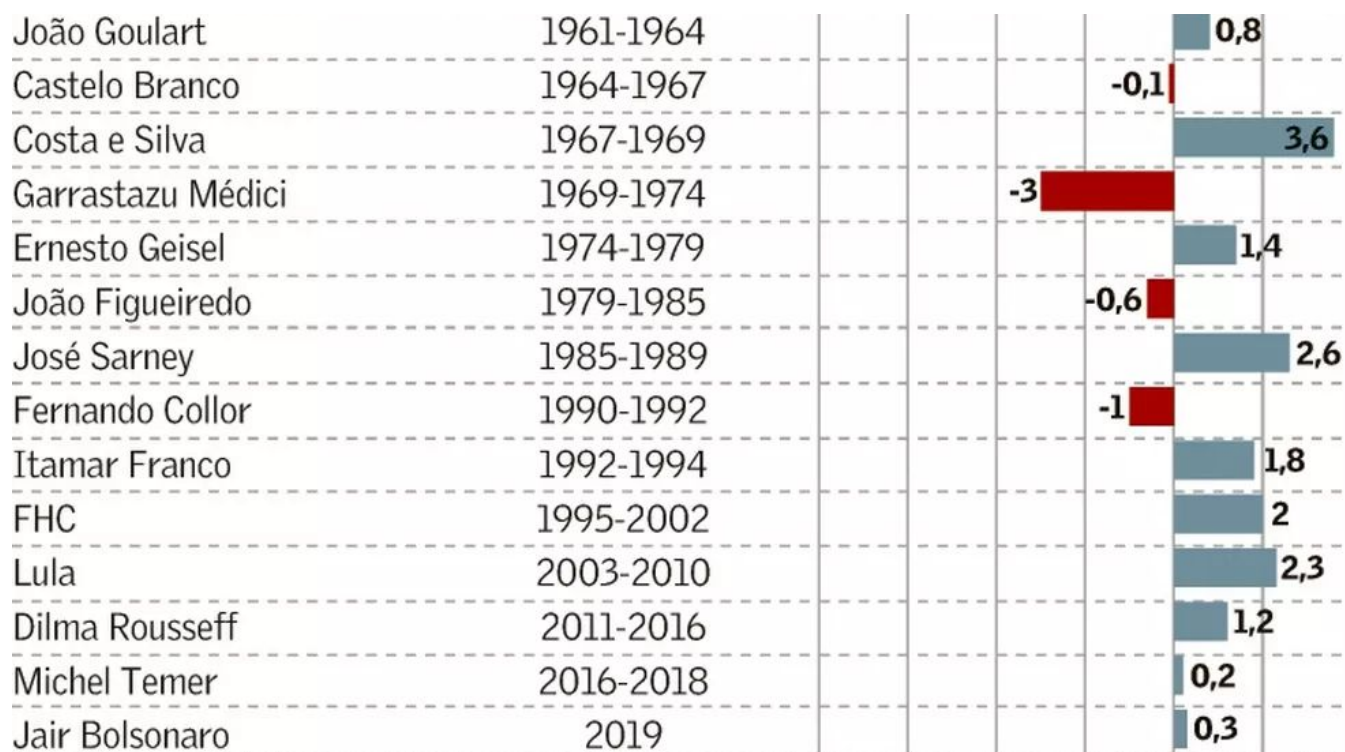
Contudo, analistas costumam fazer duas inferências erradas a partir desse texto. Primeira, o desequilíbrio fiscal estrutural brasileiro começou em 1991.

Não começou! Tal desequilíbrio vige desde o início da República, conforme sugerem os dados históricos sobre contas públicas. Segunda, a política fiscal expansionista do período 2007-2014 (que levou ao déficit primário vigente desde 2014) decorreu apenas de gastos crescentes acima da renda. Não apenas! Decorreu da perda de arrecadação, também.

Mandatos presidenciais (mais de um ano)

Variação da despesa primária em relação ao PIB

Presidente	Período	Variação (p.p. do PIB)
Rodrigo Alves	1902-1906	0
Afonso Pena	1906-1909	1,6
Nilo Peçanha	1909-1910	0,8
Hermes da Fonseca	1910-1914	2
Venceslau Brás	1914-1918	-6,5
Epitácio Pessoa	1919-1922	1,5
Artur Bernardes	1922-1926	-1,9
Washington Luís	1926-1930	2,1
Getúlio Vargas	1930-1945	-0,4
Eurico Dutra	1946-1951	3,2
Getúlio Vargas	1951-1954	-1,1
Café Filho	1954-1955	0,2
Juscelino Kubitschek	1956-1961	1



Fonte: até 1994, dados de "Estatísticas do século XX", no site do IBGE; de 1995 até 2019, no Tesouro Nacional

Em relação à primeira inferência, Angelo da Silva (2009) mostrou que, no período entre 1901 e 2006, somente em 20 anos, não necessariamente sequenciados, houve um crescimento real negativo da despesa primária do governo federal. Além disso, nesse período, quase sempre a variação real da despesa primária foi superior à taxa real de crescimento do PIB per capita.

Ademais, ao realizar levantamento dos mandatos presidenciais com mais de um ano, considerando o gasto no início do mandato e aquele verificado no fim dele, verificou-se sistematicamente variação positiva da despesa primária em relação ao PIB (ver tabela). As exceções ocorreram na primeira guerra mundial (na época, o orçamento era flexível e muito dependente das receitas do setor externo), nos períodos ditatoriais de Vargas (1930-45), Castelo Branco, Garrastazu Médici e João Figueiredo, assim como nos conturbados períodos democráticos de Vargas (1951-54) e Collor, marcados pelo suicídio e impeachment, respectivamente.

Mencione-se ainda que a retração da despesa em relação ao PIB no governo de Artur Bernardes (1922-1926) foi seguida de uma expansão de similar magnitude no subsequente governo de Washington Luís (1926-1930). Ressalte-se que está se descrevendo a variação do gasto em relação ao PIB nominal, e não em relação ao

deflator do PIB. Assim, parece claro que o controle de gastos não faz parte das preferências nacionais e que o desequilíbrio fiscal estrutural é secular. Sabe-se que tal desequilíbrio foi resolvido via aumento de carga tributária, endividamento ou inflação.

Idealmente, deveria ser revertido o aumento dos subsídios tributários ocorrido de 2006 a 2014

Em relação à segunda inferência, o governo federal fez superávit primário (receitas maiores que despesas, excluindo juros e correção monetária) até 2013; desde 2014, porém, vem incorrendo em déficit primário. Nos últimos seis anos de superávit primário (2008 a 2013), a média de receitas líquidas (excluindo as transferências) foi 18,9% do PIB, enquanto nos últimos seis anos de déficit primário (2014 a 2019) foi 17,7% do PIB. Em 2019, antes da pandemia, o déficit primário foi 1,3% do PIB.

Por conseguinte, dada a enorme dificuldade em reduzir despesas, parece ser claro que deve existir fonte adicional de receita, para que o governo federal volte a ser superavitário. Enfim, além de gastos em excesso, o agravamento do desequilíbrio fiscal nos idos de 2013-2014 decorreu também da diminuição de receitas, especialmente em decorrência do forte aumento de gastos (subsídios) tributários, que saltaram de 2% do PIB em 2005 para 4,5% do PIB em 2014.

Embora em meu mundo ideal o gasto público devesse diminuir, os dados sugerem que a preferência nacional histórica é por mais gastos, e não menos, como proporção da renda. Consoante sugere a literatura de regras fiscais, um teto de gastos crível e austero é aquele conjugado com metas de resultados primários que levem à dívida sustentável, mantendo a despesa variando em termos reais em função do crescimento do produto potencial de longo prazo.

Por fim, não parece ser crível obter superávit primário sustentável sem recuperar o nível médio de carga tributária que vigorou de 2008 a 2013. Idealmente, deveria ser revertido o aumento dos subsídios tributários ocorrido de 2006 a 2014. Fraga (2020) sugeriu algo nessa direção. A proposta dele ajusta a regra do teto com aumento de tributos e implantação de orçamento plurianual. Essa proposta suaviza a flutuação

do PIB e estabelece uma política fiscal crível, ao fugir dos extremos e pautar-se em dados históricos.

Alexandre Manoel é economista do Ipea e ex-secretário de Acompanhamento Fiscal do Ministério da Fazenda.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

De música a podcast, tem no Spotify

SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Veja o novo queridinho dos brasileiros entre os cartões de crédito

MELIUZ

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

CAMISAS KIT

LINK PATROCINADO

Salvador : Os preços atuais para implantes dentários podem te surpreender

IMPLANTE DENTÁRIO | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

Mulheres: Anvisa libera pílula que estica as rugas e a pele velha depois dos 40 anos de idade

SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Safra reforça avaliação positiva sobre Vale (VALE3)

VALOR ECONÔMICO PARA SAFRA

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Bradesco BBI eleva preço-alvo da Oi de R\$ 2,10 para R\$ 3,10 com recomendação de compra

VALOR INVESTE

Brasileiros continuam proibidos de viajar aos Estados Unidos

Crise no Rio é movida por Lava-Jato ativa e formação histórica

Para especialistas, grau de corrupção na política fluminense resulta de fatores culturais e maior punição

Por Cristian Klein, Rafael Rosas e Rodrigo Carro — Do Rio

21/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



Os demógrafos têm uma piada em que afirmam que o Rio de Janeiro é o Brasil do amanhã. Ao cair na capital, a taxa de fecundidade, por exemplo, é seguida de uma queda no Estado e depois no país. Se o reduto dos presidentes da República, Jair Bolsonaro (sem partido), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), é capaz de antecipar tendências, a crise generalizada alerta para o que se pode aprender com a experiência e as agruras dos fluminenses. Em uma dezena de entrevistados, o **Valor** procurou explicações e saídas para o cenário de terra arrasada na política, tema da segunda parte da série de reportagens iniciada pela economia na semana passada.

Muitas são as causas apontadas para a situação de anomia: de fatores histórico-institucionais - como a mudança da capital federal para Brasília e a fusão entre a Guanabara e o antigo Estado do Rio - até o caldo de cultura política que favorece a informalidade, o clientelismo, o patrimonialismo, a lógica de "gangues" e a expansão das milícias. O poder paralelo se ergue como obstáculo à superação da crise. Entre as saídas, um consenso: não há uma bala de prata. O processo é longo, requer ajuda federal e passa pelo aprendizado do eleitor com seus erros. Mas a base para o exercício de uma "cidadania ativa", que faça a depuração dos líderes, tem sido corroída justamente pelo domínio violento de territórios, onde campanhas eleitorais são controladas pelo crime organizado.

Relatório recente da Polícia Civil indica que 1,9 milhão de eleitores, cerca de 15% do total do Estado, está sob influência do tráfico de drogas ou de milicianos. A nova versão de coronelismo não deixa de ser uma ironia ou contradição quando um dos pontos mais citados para a crise do Rio é o hábito de seus políticos pensarem mais em grandes questões nacionais do que locais. É uma herança que viria dos tempos em que a capital foi o centro da Colônia, depois de 1763; do império português, entre 1808 e 1821; e do Império do Brasil e da República, até 1960. Durante 13 anos, a sociedade carioca foi palco de um fenômeno de inversão único: a primeira vez em que uma colônia sediou uma corte europeia.

Os quase 200 anos de centralidade política formaram uma cidade com espírito cosmopolita, mas também deixou mazelas, que remontam à vinda da família real e da Corte portuguesa, “de todo mundo se arranjar, sugar o Estado e não servi-lo propriamente”, aponta o historiador e ex-deputado federal Chico Alencar (Psol). “É uma cultura mais do bem particular, individual, que do bem comum”, afirma.

Alencar lembra ainda da fusão da Guanabara, feita de modo “vertical, autoritário, sem envolver a população”, e da máquina política criada nos anos 1970 pelo governador Chagas Freitas, baseada na “política da bica d’água”, do toma-lá-dá-cá. O chaguismo aperfeiçoou a estrutura clientelista, tendo como líder o único governador que pertencia ao partido de oposição à ditadura, o MDB, mas apoiava os militares - outra contradição.

O Rio é a terra da Assembleia Legislativa mais conhecida pela poderosa abreviatura, Alerj, sinônimo de uma confederação de feudos eleitorais e de esquemas suspeitos que sempre rivalizam ou servem de trampolim para comandar o Palácio Guanabara. É um ponto fora da curva para os Parlamentos estaduais, geralmente decorativos e dóceis.

Para economista, Rio pensa ‘fora da caixa’ e ‘malandragem’ deve ser integrada à economia de mercado

Se, na economia, o Rio é hoje o único Estado a depender de um regime de recuperação fiscal (RRF) para não ir à bancarrota, também é o único a ter tido cinco ex-governadores presos. O “hexa” só não ocorreu ainda porque o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Benedito Gonçalves, que determinou o afastamento de Wilson Wtzel (PSC), negou o pedido de prisão do Ministério Público Federal (MPF).

Na quarta-feira, Wtzel deve ser alvo de um novo afastamento, também por seis meses, caso o plenário da Alerj aprove o relatório da comissão processante que pede a cassação de seu mandato, baseado em denúncia de corrupção na área de saúde. A degeneração política no Rio também atinge o Executivo da capital, onde o prefeito Marcelo Crivella (Republicanos) sobreviveu, na quinta-feira, ao quinto pedido de impeachment em dois anos.

O cientista político Antônio Carlos Alkmim, autor do estudo sobre a eleição de Crivella em 2016 “Como uma cidade de maioria católica elege um bispo evangélico?”, diz que um dos fatores que distinguem o Rio está na demografia, de uma sociedade muito heterogênea, desigual em vários aspectos e que inspira expressões como “cidade partida” e a oposição “asfalto x favela”. Exemplo de um contraste pouco citado, afirma Alkmim, é o fato de o Rio ter uma alta concentração de evangélicos e também de pessoas que se dizem “sem religião”. “Essa é outra força [com impacto político]. Somos muito diversos”, diz.

A diversidade do Rio remete a um espaço de disputa político-ideológica que é berço tanto do clã Bolsonaro quanto da linha de frente da esquerda identitária do Psol e do deputado federal Marcelo Freixo. A heterogeneidade abriga ainda amplos segmentos do eleitorado ligados a redes clientelistas que remontam ao chaguismo, máquina política apontada como precursora da lógica de máfia.

Para Alkmim, a cultura política do Rio reflete um mundo diferente ao de São Paulo, onde o mercado capitalista estruturou a organização socioeconômica e, em consequência, o de certos parâmetros políticos. A representação prioritária de interesses do capital e do trabalho, em torno de partidos que polarizaram a cena nacional por 20 anos, como o PT e o PSDB, seria um corolário dessa diferença.

Nesse sentido, afirma Alkmim, a histórica debilidade de tucanos e petistas no Rio, longe de ser uma “maldade” dos paulistas - como muitas vezes é entendido o trauma da intervenção da Executiva nacional do PT que obrigou o diretório estadual a apoiar a candidatura a governador de Anthony Garotinho em troca do apoio do PDT a Lula na disputa presidencial de 1998 - seria algo em sintonia com os usos e costumes da política fluminense.

Fluminenses tendem a votar mais em políticos que os representem do que em gestores, afirma publicitário

No Rio, até o camelô e o mendigo pagam a policiais para trabalhar ou ter um ponto para dormir sossegadamente, afirma, em anonimato, um professor da PUC, sabedor da prática nas vizinhanças de Copacabana, onde mora. Para o economista, grassa uma “cultura de gangue”, que não é uma exclusividade do Rio, mas “é nossa coluna vertebral”.

Ele recorre aos conceitos de “casa” e “rua”, do antropólogo Roberto DaMatta, pelos quais a ética pública, o respeito a regras universais, típicos da “rua”, são preteridos em nome da lealdade ao grupo, à família, à “casa”. Ele cita como “casas” as redes lideradas por políticos clientelistas, os grupos milicianos e de empresários não competitivos que drenam recursos da população e do Estado.

“Aqui temos muitas ‘casas’ organizadas por não termos tido um mercado competitivo, que dissolvesse essa cultura de gangue, como em São Paulo”, diz o professor, para quem o cidadão do Rio deveria “virar um pouco mais paulista”, permanecendo apenas as características positivas do arquétipo do “malandro”, entre elas, a criatividade. “Nós pensamos fora da caixa com facilidade. E o mundo está em transformação, precisa e admira isso. É um valor que as empresas ralam pra caramba para conseguir. Mas é preciso colocarmos essa vantagem num processo de economia de mercado”, argumenta.

O publicitário paulista Renato Meirelles, do instituto Locomotiva, atesta essa particularidade. “Estudo o comportamento de consumidores e eleitores há 19 anos, e o Rio de Janeiro é o único que sempre difere do resto do Brasil. Se todo mundo gosta da marca A, o Rio gosta da B; se o pessoal está mais otimista; o Rio está pessimista”, afirma.

Segundo Meirelles, outro traço é a maior flexibilidade em relação aos costumes e à moral. A condenação à corrupção se justificaria, para alguns cariocas, não como valor ético, mas como reprimenda à falha do malfeitor em não ter sido esperto o suficiente. O publicitário relata resultado de uma pesquisa qualitativa sobre cenário político feita no ano passado: “O que aparecia nos grupos era que, para o carioca, o problema é que o malandro não deve ser pego. Se ele deu mole, e foi pego na corrupção, tem que se ferrar. Porque perde a ‘cariocagem’. Claro que há milhões de exceções, mas é como se você pudesse ser vilão, mas não mané”, diz.

Meirelles afirma ainda que os fluminenses também teriam uma tendência a votar mais com a emoção. Para usar dois princípios caros à ciência política, o eleitor do Rio valorizaria mais a representatividade dos candidatos do que o potencial de governabilidade. “Você vê que São Paulo não tem um político carismático há anos. Vota nos políticos profissionais, sem darmos a isso uma conotação boa ou ruim.

Nunca é uma discussão de costumes. O que vale é proposta, gestão”, diz. O publicitário recorda que a propaganda eleitoral do então governador do Rio, em 2014, o apresentava dando um grande close em seu calçado número 47, com o locutor emendando: “Esse é o Pezão”. “Isso não existiria em São Paulo...”, ri.

As explicações culturais e as comparações com o Estado que elegeu o palhaço Tiririca como o deputado federal mais votado do país em 2010 são relativizadas pelo deputado estadual e ex-vice-governador Luiz Paulo Corrêa da Rocha (de saída do PSDB para o Cidadania). “O que acontece no Rio acontece em todas as unidades da Federação. É uma mazela crônica do país”, diz. Em sua opinião, o grande número de prisões de políticos no Estado deve-se a novidades ocorridas depois de 2014, como a aprovação da delação premiada pelo Congresso e os acordos com autoridades estrangeiras e nova legislação para combate à lavagem de dinheiro, o que impulsionou a Lava-Jato, cuja força-tarefa no Rio e, no Paraná, são as mais atuantes. “Aqui há um braço operativo do MPF muito forte e eficiente e, agora, tem outro do próprio MP estadual. Em outras unidades da Federação corruptos permanecem operando, porque não tem Lava-Jatos tão eficazes”, diz. O deputado destaca que o procurador-geral da República Augusto Aras trava uma queda de braço com a operação em São Paulo e no Paraná, “mas não bateu de frente com a do Rio”.

Alkmim concorda e evita o que chama de “complexo de vira-lata” que toma conta dos fluminenses. “A corda ficou muito mais esticada no Rio. Não é para defender o [ex-governador Sergio] Cabral. Está preso com toda a razão. Mas nos dois maiores Estados, a punição a lideranças do tucanato foi subestimada. Em São Paulo, há uma quantidade de escândalos e os personagens saíram ilesos, processos prescreveram. Em Minas, Aécio está solto. Não teve um raspão”, afirma.

O sociólogo e cientista político Paulo Baía, da UFRJ, vai na mesma linha. “Eu não quero defender o Rio, mas acredito que os outros Estados estão tendo pouca fiscalização. Não consigo separar a capital e o Estado do Rio do contexto nacional. Essas práticas são antigas”, diz.

Professor de ciência política da Uerj, Maurício Santoro levanta duas hipóteses para explicar o que seria o “surto de corrupção” revelado no Rio. Uma das razões, circunstancial, teria sido a organização de dois megaeventos esportivos, Copa e Olimpíada, que demandaram investimentos bilionários.

A outra explicação seria o grande fluxo de royalties e participações especiais provenientes da produção e exploração do petróleo no Estado. “É muita riqueza concentrada nas mãos do poder público. Fica relativamente fácil para os governantes corruptos se apropriarem desses recursos”, sustenta Santoro. A ascensão da família Garotinho só pode ser explicada pelo volume de royalties disponível para o município de Campos dos Goytacazes, diz. “Sem isso, Garotinho e Rosinha seriam apenas figuras importantes da política local”, afirma.

Ex-deputado federal, por 11 mandatos, Miro Teixeira (Rede) diz que a solução para o problema passa pela busca contínua por informações sobre os candidatos. “Eleitor bem informado, vota melhor”, resume. No entanto, pondera, o clima atual de polarização política atrapalha a escolha, uma vez que o eleitor, deixa de analisar a capacidade administrativa do candidato.

Ver também **Milícia reedita curras eleitorais nas comunidades do Rio, diz Soares**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

De música a podcast, tem no Spotify

SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Veja o novo queridinho dos brasileiros entre os cartões de crédito

MELIUZ

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

CAMISAS KIT

LINK PATROCINADO

Salvador : Os preços atuais para implantes dentários podem te surpreender

IMPLANTE DENTÁRIO | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

Mulheres: Anvisa libera pílula que estica as rugas e a pele velha depois dos 40 anos de idade

SKINCAPS

Acionar gatilhos é insuficiente para abrir espaço para Renda Brasil ou investimento

Avaliação de técnicos do governo e do Congresso é que medidas de ajuste não garantem folga significativa no orçamento

Por **Ribamar Oliveira** — De Brasília

21/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



As medidas de ajuste fiscal que constam da emenda constitucional 95, que instituiu o teto de gastos da União, e das propostas de emenda constitucional 186 e 188, conhecidas respectivamente como PEC Emergencial e do Pacto Federativo, não abrem espaço no teto de gastos para o aumento dos investimentos ou para o Renda Brasil, mesmo depois que os gatilhos dispararem e o governo as acionar, de acordo com avaliação que está sendo feita nas áreas técnicas do governo e do Congresso Nacional.

As medidas evitam apenas, segundo a mesma avaliação, que as despesas cresçam mais do que a inflação. Assim mesmo por um determinado período. A questão central é que as medidas de ajuste atingem apenas os servidores públicos, procurando reduzir, em termos reais, a despesa com pessoal. Mas a redução do gasto com pessoal não será suficiente, de acordo com as fontes, para acomodar o crescimento vegetativo de outras despesas, principalmente, o pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais.

O crescimento vegetativo é o aumento anual da quantidade de benefícios concedidos, que está relacionado com questões demográficas e da legislação em vigor. Assim, o ganho obtido com pessoal seria preenchido pelo aumento inevitável de outras despesas obrigatórias.

Uma fonte ponderou, no entanto, que essa não é razão para que se deixe de aprovar a PEC 188, do Pacto Federativo, que está sendo analisada no Senado. A avaliação é que o texto atual da PEC 188 é importante para conter o crescimento da despesa obrigatória, por algum tempo, mas insuficiente para abrir espaço no teto para ampliar os investimentos ou para o novo programa social do governo, chamado de Renda Brasil.

A área econômica chegou a propor uma série de medidas que efetivamente abririam espaço no teto de gastos, como o fim do abono salarial, concedido ao trabalhador que ganha até dois salários mínimos por mês, que tem direito

atualmente a receber até um piso salarial por ano. O espaço fiscal do abono seria usado para o Renda Brasil. O presidente Jair Bolsonaro rechaçou a proposta, pois, segundo afirmou, não vai “tirar do pobre para dar para o paupérrimo”.

Bolsonaro vetou também o fim do seguro defeso, concedido ao pescador artesanal na época de desova dos peixes. Embora a medida estivesse sendo efetivamente estudada pela equipe econômica, o secretário da Pesca, Jorge Seif Junior, qualificou a informação sobre a extinção do seguro defeso como “fake news”.

A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a negociar a inclusão da desindexação dos benefícios previdenciários no substitutivo do relator da PEC 188, senador Márcio Bittar (MDB-AC). A proposta da área econômica era que os benefícios previdenciários deixassem de ser corrigidos pela inflação do ano anterior, como ocorre atualmente.

Em entrevista ao **Valor** na semana passada, o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, estimou que a desindexação dos benefícios previdenciários geraria uma redução de despesas de R\$ 17 bilhões em 2021 e de R\$ 41,5 bilhões em 2022. Esse espaço aberto no teto seria ocupado pelo Renda Brasil. O presidente rejeitou a proposta e disse que daria “cartão vermelho” para quem insistisse nisso.

As medidas de ajuste previstas na PEC 188 são as mesmas que estão na emenda constitucional 95, com exceção daquela que permite a redução da carga horária do servidor, com a consequente diminuição do salário. Quando as despesas obrigatórias ultrapassarem 95% do total das despesas primárias, nenhum dos poderes da República poderá conceder aumento de salário, reajuste ou qualquer tipo de vantagem aos servidores, criar ou majorar auxílio e criar qualquer despesa obrigatória, entre outras medidas.

Se a despesa com pessoal subir menos que a inflação que reajusta o teto de gastos, abriria, em tese, espaço para nova despesa. O problema, lembram os técnicos, é que a despesa com pessoal tem um crescimento vegetativo de 1,5% ao ano. Assim, ela sempre vai crescer nominalmente. O crescimento vegetativo dos benefícios previdenciários em 2021, por sua vez, foi estimado pelo governo em 1,78%, o que é considerado demasiadamente otimista, principalmente se o objetivo for acabar com

a atual fila de benefícios do INSS. Antes da reforma da Previdência, ele era superior a 3%.

Como o gasto anual da Previdência é bem maior do que a despesa com salários da União, o crescimento vegetativo dos benefícios previdenciários irá ocupar o espaço aberto no teto pela redução da despesa salarial. A única possibilidade para que isso não aconteça, lembraram as fontes, é se o governo promover a redução de jornada e de salários de um número muito grande de servidores.

Em agosto de 2018, um estudo da pesquisadora Vilma Pinto, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), indicou, pela primeira vez, que as medidas de ajuste prevista na EC 95 não seriam suficientes para garantir o cumprimento do teto de gastos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito

SANTANDER FREE

LINK PATROCINADO

Veja o novo queridinho dos brasileiros entre os cartões de crédito

MELIUZ

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

CAMISAS KIT

LINK PATROCINADO

Mulheres: Anvisa libera pílula que estica as rugas e a pele velha depois dos 40 anos de idade

SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas? Avó descobre segredo para saúde das articulações!

ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Salvador : Os preços atuais para implantes dentários podem te surpreender

IMPLANTE DENTÁRIO | LINKS PATROCINADOS

Ajuda federal é necessária, diz Hartung

Ex-governador que marcou inflexão no Espírito Santo diz que crise do Rio é muito maior por causa das milícias e requer mobilização da sociedade

Por Cristian Klein — Do Rio

21/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas





Hartung: “A União tem como ajudar muito. Existe solução. Veja a Colômbia” — Foto: Ana Paula Paiva/Valor - 6/2/2020

A crise política, econômica e social tem feito o Rio de Janeiro buscar no vizinho Espírito Santo um exemplo de guinada. O Estado, entre a década de 1990 e início dos anos 2000, estava cooptado pelo crime organizado e se tornou necessária até uma força-tarefa federal para combater o esquema de tomada do aparelho estatal que, a partir da Assembleia Legislativa, se espalhava pelo Executivo, Tribunal de Contas do Estado (TCE), Ministério Público e Judiciário. Era uma situação “igualzinha” ao que o Rio vive hoje, conta o ex-governador Paulo Hartung, cuja eleição em 2002 representou uma inflexão na política capixaba. Para Hartung, o que propiciou a virada foi o forte engajamento da sociedade civil, que apoiou o enfrentamento ao grupo que dominava o Legislativo, onde o ex-presidente mais notório era o bicheiro José Carlos Gratz.

Um grupo de empresários, líderes religiosos e políticos de oposição se levantou contra o assalto ao Estado e criou dois movimentos que se tornariam uma força pela renovação: o Reage Espírito Santo e o Espírito Santo em Ação, que se mantém ativo até hoje.

Apesar das semelhanças entre as crises, Hartung ressalta que o desafio do Estado era uma “miniatura do Rio”, em termos de população - 23% da fluminense - e “de tudo”. “A escala do problema do Rio é muito maior. E o fenômeno das milícias, com essa formatação, com policiais aposentados etc, não tivemos aqui”, afirma.

Ainda assim, Paulo Hartung lembra que o Espírito Santo teve “tudo que se possa imaginar”, como o assassinato, em 2003, do juiz Alexandre Martins, que combatia o crime organizado. Leis da Assembleia eram aprovadas para extorquir empresas

como a antiga Aracruz Celulose (hoje Suzano). A Xerox, depois de cobrança de propina, decidiu sair do Estado.

“Esse problema das milícias no Rio é gravíssimo. É preciso ter ajuda federal”, defende. O ex-governador diz que no Espírito Santo a força-tarefa foi útil para poder dismantelar os grupos criminosos. “A União tem Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, inteligência das Forças Armadas. Tem como ajudar muito, e não só na Copa do Mundo ou Olimpíada e depois desaparecer. Isso tem solução. Veja a evolução das cidades da Colômbia”, diz.

Para Hartung, uma guinada no Rio requer o mesmo envolvimento firme da sociedade civil e participação da mídia, o que favorece a sustentação de medidas impopulares. Um ajuste fiscal “duríssimo”, em 2003 e 2004, foi conduzido, não sem resistência do funcionalismo público. “Quem governa no Brasil enfrenta a luta das corporações. Tem que ter sangue frio”, defende. Ele lembra que associações de servidores alugavam outdoors para criticar as medidas, e a população, em regra, não sabe o interesse que está por trás. “É preciso ter fôlego de baleia porque você vai apanhar”, diz.

Avô de dois “carioquinhas”, é conhecedor das mazelas do Rio pela frequência de debates, como os da Casa das Garças, ou pelos pedidos de conselho: “O Pezão me chamou para conversar, mas não me ouviu”.

Em 2018, Hartung declinou da proposta do ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga para concorrer a governador do Rio. “Tem muitos Arminios no Rio que precisam se juntar. Imagine uma virada de página com o potencial que tem o Rio”, diz. Para Hartung, não se pode ficar “desesperado” e nem criar razões históricas, culturais ou econômicas como a “doença holandesa” que acomete produtores de commodities, a exemplo do petróleo. “O Estado sofre quando não administra bem. Veja bons exemplos como Dubai e Abu Dhabi [nos Emirados Árabes Unidos]. [Recurso de royalties] Não pode ser para pagar aposentados”, diz.

A série sobre a “Crise no Rio” terá uma nova reportagem sobre os impactos na política na edição de amanhã

Consenso por renda básica ameaça atropelar governo

Até parlamentares de Centro querem taxar lucros e dividendos para financiar programa

Por **Maria Cristina Fernandes** — De São Paulo

21/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



André Janones lamenta que convergência por renda mínima não leve à votação da MP do auxílio emergencial — Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados - 10/3/2020

Lideradas, desde antes da pandemia, por partidos de esquerda, as alternativas para garantir um programa de renda mínima a partir de janeiro de 2021 hoje abarcam parlamentares de centro e direita com propostas que vão da taxaço de instituições financeiras à previsão de que os Estados possam complementar o programa federal pela majoração do imposto sobre transmissão de bens e imóveis.

O vaivém do governo no tema fez surgir uma convergência suprapartidária pela aprovação de um programa para substituir o auxílio emergencial. As propostas se dividem entre aquelas que buscam aperfeiçoar o Bolsa Família, com condicionalidades e aumento na base de beneficiários e outras que se destinam a regulamentar o benefício previsto na lei que instituiu a renda básica universal do ex-senador e vereador Eduardo Suplicy (PT).

Paradoxalmente, não há qualquer disposição para pressionar o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a colocar em votação a Medida Provisória 1000, que estende até dezembro o auxílio emergencial com metade do valor. A inação converge com o desejo do governo de que a MP não seja votada pelo receio de que o valor volte para os R\$ 600 originais.

Se não for votada, a MP perde a validade depois de quatro meses. Ao longo desse tempo, porém, terá feito prevalecer os R\$ 300, valor mais baixo do que propõem muitos dos projetos que se acumulam por uma renda básica permanente. “Antes da renda básica vem a MP, mas está difícil conseguir que seja pautada”, diz o deputado André Janones (Avante-MG), que fez do auxílio de R\$ 600 a alavanca para suas redes sociais, com interações que ultrapassam as do presidente Jair Bolsonaro.

Passa de 100 o número de propostas sobre o tema que já tramitam no Congresso, mas a frente parlamentar que discute o tema prepara uma compilação que reúne meia dúzia delas. No limite das ambições da Frente, explica o presidente da Rede Brasileira pela Renda Básica, Leandro Ferreira, que assessora os parlamentares, está a criação de um “fundo da cidadania” que, a exemplo do Fundeb - e na contramão das pretensões do Ministério da Economia - tenha uma receita vinculada não submetida ao teto de gastos.

A mais recente proposta suprapartidária apresentada no Congresso foi encabeçada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), com a assinatura de parlamentares do PT,

MDB, PSD, PP, Rede, Podemos, POL, Cidadania, PSL, PDT e Rede. A PEC de Jereissati suspende o abono salarial e o salário-família em favor de um benefício universal para toda família com criança até 14 anos. Estabelece ainda uma redução de 15% nas desonerações de empresas bem como a suspensão da dedução no Imposto de Renda das despesas de educação e saúde. Contempla também a possibilidade de os Estados aumentarem o benefício pela majoração do imposto sobre transmissão de bens e imóveis. O benefício universal é justificado pela necessidade de construir uma “coalizão da sociedade”, uma vez que a classe média, que ficará sem as deduções no IR, também será contemplada.

Entre as principais propostas que tramitam no Senado estão ainda a do senador Eduardo Braga (MDB-AM), que toma por base o Cadastro Único para Programas Sociais. O benefício sugerido é de, no máximo, R\$ 600 por família, sendo proporcional até o piso de R\$ 120 para beneficiários únicos.

A proposta não exclui trabalhadores com carteira assinada, aposentados, pensionistas ou beneficiários do BPC. Calcula que o valor previsto, de R\$ 120 por pessoa, equivale a quase três vezes o valor pago pelo Bolsa Família. O programa atualmente paga R\$ 89 por pessoa mais R\$ 41 por criança, o que dá um benefício médio de R\$ 190 por mês. A proposta de Braga preserva o abono salarial para os beneficiários mais vulneráveis. O orçamento total é de R\$ 101 bilhões. Para financiá-lo, revoga a isenção do IR para a distribuição de lucros e dividendos, eleva a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) de bancos e tributa aplicações financeiras. “É uma proposta neutra para a dívida pública e o déficit primário”, sustenta o senador na justificativa do projeto.

No Senado ainda tramitam duas propostas que vêm sendo consideradas na compilação da Frente Parlamentar pela Renda Básica, a do senador Randolphe Rodrigues (PSOL-AP), que prevê um benefício de meio salário mínimo para família de renda per capita de mesmo valor. A proposta substitui não apenas o Bolsa Família mas também o BPC. A proposta prevê uma cota adicional de um quarto de salário mínimo para cada menor de 18 anos até três mínimos.

E, por fim, a Frente considera ainda, na cesta de propostas a ser depurada, aquela formulada por um grupo de senadores do PT, encabeçado por Rogério Carvalho

(SE). O “Mais Bolsa Família” amplia a cobertura do atual programa para aproximá-la à do atual auxílio emergencial. Sugere um benefício no valor de R\$ 300 por criança, adolescente, gestante ou mães que amamentam de famílias com renda inferior a R\$ 600. Uma família de quatro pessoas, sem qualquer outra fonte de renda, teria um benefício de até R\$ 1,2 mil. A fonte de financiamento indicada é a de uma “reforma tributária solidária” que onere os “muito ricos” (0,3% da população), além da revisão das desonerações fiscais e o combate à sonegação fiscal, rumo convergente com a proposta do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), em tramitação na Câmara.

Na Câmara o projeto de mais amplo apoio é o encabeçado pelos deputados Tábata Amaral (PDT-SP), João Campos (PSB-PE), Pedro Cunha Lima (PSDB-PB) e Raul Henry (MDB-PE), subscrito por lideranças de todos os partidos e até mesmo por Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente Jair Bolsonaro. Apresentado antes da pandemia, o projeto é uma reformulação do Bolsa Família, com reforço das condicionalidades e benefício de R\$ 100 por gestante, mãe em fase de amamentação ou criança de zero a cinco anos.

Como foi apresentado antes da pandemia, o projeto contorna o dilema da PEC dos gastos, que ameaça um programa vigoroso de renda básica. Na tentativa de fomentar o debate de um programa que mantenha as travas fiscais em pé, acadêmicos ligados ao Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP) fizeram uma proposta que reúne sob o mesmo chapéu Bolsa-Família, abono salarial, salário-família e seguro defeso. O benefício sugerido é, em média, de R\$ 230.

A proposta se diz capaz de reduzir em até 24% a pobreza. Avança em relação às simulações do Ministério da Economia por acrescer uma poupança-família equivalente a 15% da renda do trabalho, que poderiam ser sacados em situações extraordinárias, e depósitos para crianças que podem chegar a R\$ 3 mil ao fim do ciclo escolar.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Rugas: Anvisa libera pílula que estica a pele velha depois dos 40 anos de idade

SKINCAPS

Leilão de portos se torna 'novo normal' e atrai R\$ 10 bilhões

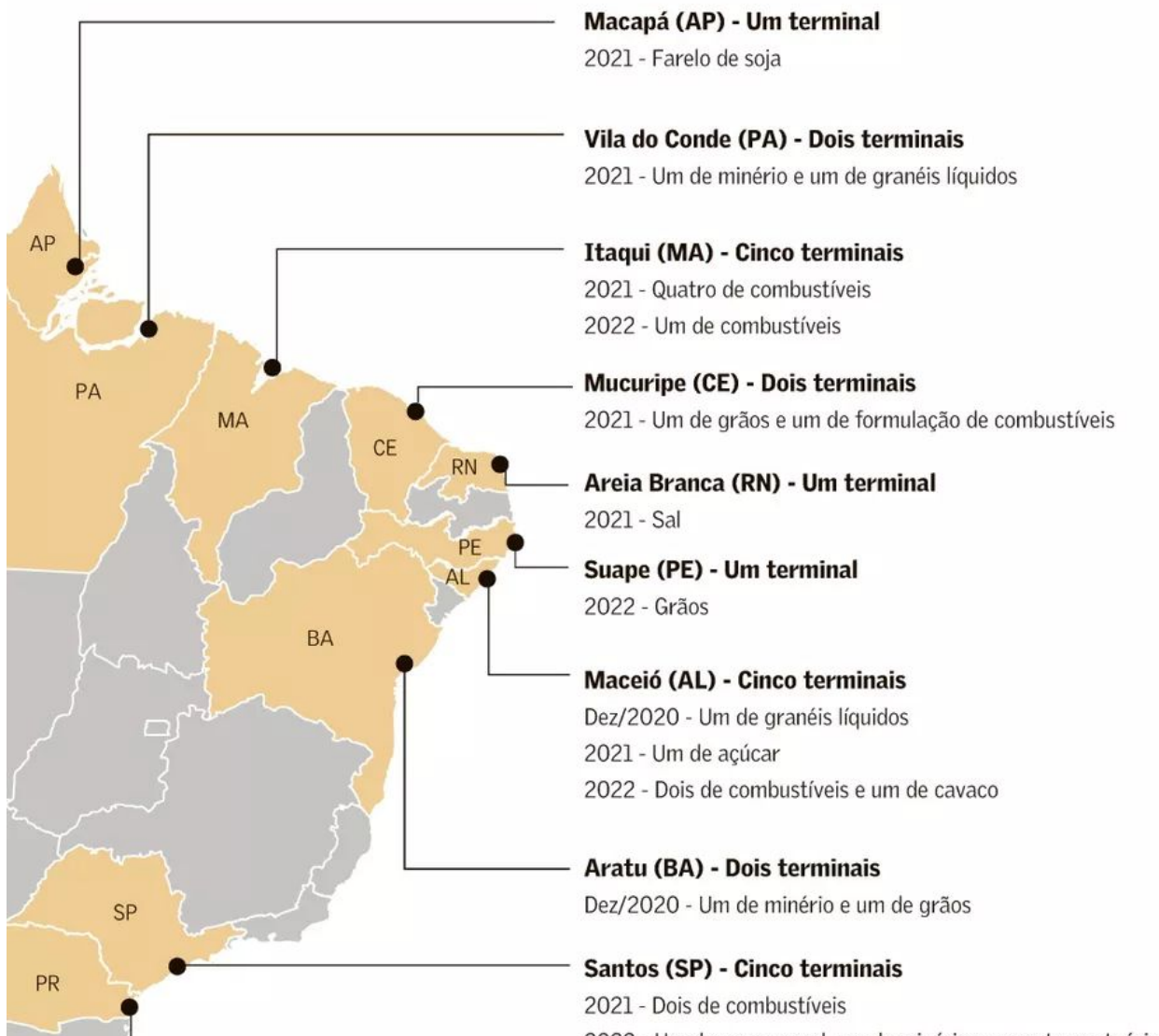
Governo prevê licitar mais 31 terminais até o fim de 2022 e setor vira referência de continuidade

Por Daniel Rittner — De Brasília

21/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Projetos na prateleira

Leilões previstos até o fim de 2022





2022 - Um de carga geral, um de minério e um retroportuario

Paranaguá (PR) - Seis terminais

Dez/2020 - Um de veículos

2021 - Um de açúcar e um de combustíveis

2022 - Três terminais de grãos

Rio Grande (RS) - Um terminal

2021 - Tora de madeira

Fonte: Ministério da Infraestrutura

De terminal em terminal, 29 arrendamentos de áreas portuárias foram leiloados nos últimos cinco anos, tirando finalmente do papel o redesenho do setor idealizado pela Lei dos Portos.

Até o fim do governo Jair Bolsonaro, mais 31 terminais serão oferecidos à iniciativa privada, segundo o secretário de Portos do Ministério da Infraestrutura, Diogo Piloni. Isso aumentaria para R\$ 10,7 bilhões o compromisso total de investimentos em contratos nas áreas arrendadas.

“Entramos em voo de cruzeiro”, afirmou Piloni ao **Valor**, lembrando que outros quatro terminais em portos organizados têm licitação agendada para o dia 18 de dezembro: dois em Aratu (BA) para a movimentação de grãos e minérios, um de veículos em Paranaguá (PR) e um de granéis líquidos em Maceió (AL).

Ele conta que a equipe econômica deu sinal verde para que o valor de outorga pago pelos grupos vencedores nos leilões seja revertido diretamente, a partir de agora, em favor das autoridades portuárias (Companhias Docas). Esse mecanismo foi inaugurado na disputa por dois terminais de celulose em Santos (SP), em agosto, que rendeu R\$ 505 milhões ao caixa da Codesp.

O dinheiro, em vez de ir para a conta única do Tesouro Nacional, pode ser usado pelas próprias estatais na contratação de serviços como dragagem e na limpeza de passivos visando à privatização.

Os leilões de áreas em portos organizados são vistos pelo governo Bolsonaro como um exemplo de sucesso da continuidade de políticas públicas. Apenas nove

arrendamentos haviam sido feitos nos dez anos anteriores ao novo marco legal, que entrou em vigência com a Lei 12.815, de 2013.

A situação jurídica nos portos públicos era caótica. Dezenas de terminais arrendados à iniciativa privada operavam com contratos já vencidos. Muitos surgiram em um contexto normativo diferente e jamais haviam sido licitados.

Os primeiros dois anos da nova legislação tiveram poucos avanços. Os estudos necessários para arrendar novos terminais só deslancharam quando foram para as mãos da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), estatal criada para o malfadado projeto do trem-bala, mas que hoje se dedica à formatação de concessões em transportes. Como os estudos depois são ressarcidos pelos vencedores dos leilões, a EPL começou a dar lucro e hoje ninguém mais no governo pensa em extingui-la.

Os leilões de arrendamentos portuários saíram efetivamente da gaveta nos últimos meses de mandato da ex-presidente Dilma Rousseff. Na gestão Michel Temer, foram mais 13 terminais licitados. O governo Bolsonaro dobrou, até agora, o número de leilões. “No fim de 2022, vamos entregar o setor portuário devidamente organizado, com segurança jurídica e sem contratos vencidos”, afirma o secretário Piloni, reconhecendo méritos das administrações anteriores e destacando a importância de não reiniciar tudo do zero a cada quatro anos.

O consultor em logística Bernardo Figueiredo, ex-presidente da EPL e responsável pelo primeiro plano de concessões lançado por Dilma, também vê continuidade na política pública para o setor portuário. “Existe uma pauta hoje que é mais ou menos óbvia. O governo Bolsonaro usufrui muito de processos que já estavam em curso e demoraram para chegar ao tempo de colheita, mas não há demérito nenhum nisso, pelo contrário.”

Figueiredo acredita que um dos eixos da Lei 12.815 - o fim das limitações para uso dos portos totalmente privados - “tirou o estresse” dos arrendamentos de terminais nos portos públicos. Antes, os privados tinham que movimentar majoritariamente cargas próprias e só podiam operar com cargas de terceiros como atividade complementar. Com a eliminação das restrições, absorveram o crescimento da demanda mais imediato e deram tranquilidade ao governo para conduzir os leilões.

“O lado positivo é que arrendamentos de terminais portuários viraram uma commodity, como concessões de rodovias. Ninguém discute mais se tem ou não que fazer. O lado negativo é que, no desenho dos novos contratos, nenhum terminal tem a escala mínima de movimentação de terminais na Europa ou Ásia.”

A evolução da agenda portuária, no entanto, tem ainda pontos pendentes. Um deles é o fim do Reporto - regime tributário especial que garante isenção de IPI e PIS/Cofins para a compra de máquinas e equipamentos, além de suspensão da cobrança de Imposto de Importação sobre itens que não tenham similares nacionais - em 31 de dezembro de 2020.

O presidente da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec), Sérgio Salomão, calcula que o término do regime aumentaria em cerca de 30% o custo dos investimentos pactuados em contratos. Um dos problemas é que todos os arrendamentos recentes, bem como estudos já concluídos, levam em conta a aplicação do Reporto.

Uma tentativa de prorrogá-lo em cinco anos, por emenda à MP 945 (medida provisória que tratava de relações trabalhistas no setor portuário durante a pandemia), não prosperou. A equipe econômica prefere discutir a prorrogação de regimes especiais no âmbito da reforma tributária.

Piloni diz que o Ministério da Infraestrutura não se opõe à ideia de aproveitar a reforma para fazer essas discussões, mas já chamou a atenção dentro do governo para o fato de que uma interrupção abrupta do Reporto em dezembro pode ser muito danosa ao setor. Por isso, sugere a prorrogação por mais dois anos.

Para o Tribunal de Contas da União (TCU), que concluiu uma auditoria operacional em maio, há outros obstáculos não resolvidos. “O processo licitatório para arrendamento portuário é complexo, rígido e moroso”, afirmaram os auditores. De acordo com eles, demora-se em média dois anos para completar-se o ciclo entre planejamento e contratação de novas áreas, enquanto em portos como o de Houston (EUA) “a escolha do arrendatário ocorre em 90% das vezes dentro de um prazo entre quatro a oito meses”.

A ABTP, associação que representa as principais operadoras de terminais portuários, entregou ao Ministério da Infraestrutura, no mês passado, uma proposta com várias sugestões de aperfeiçoamentos legais. Entre elas, mais flexibilidade para contratar mão de hoje e uma ampliação do escopo do Decreto dos Portos para renovações contratuais. O decreto assinado por Michel Temer em 2017 permitia prorrogações consecutivas, respeitando-se o prazo de 70 anos.

Após extenso debate, o TCU limitou essa possibilidade a terminais leiloados antes da assinatura do decreto. Agora, as operadoras de terminais licitados depois de 2017 pedem o mesmo tratamento, mas para isso seria necessário mudar a lei. “Do ponto de vista jurídico, é possível. O que precisamos analisar é se seria oportuno”, afirma o secretário Piloni, sem comprometer-se com mudanças.

Também avança a privatização das Companhias Docas, responsáveis pela administração do condomínio de terminais, iniciando pela Codesa, no Espírito Santo. Os estudos já estão praticamente concluídos e uma consulta pública deve ser aberta nas próximas semanas.

Pelo desenho elaborado até agora, haveria um modelo “híbrido” para a Codesa. A empresa seria privatizada e o novo dono ganharia uma concessão por 35 do Porto de Vitória, conforme revelou recentemente a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Martha Seillier, na “Live do **Valor**”.

Depois da Codesa, prevista para o fim de 2021, a ideia é privatizar também a Codesp - Santos e São Sebastião - ao longo de 2022.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito
SANTANDER FREE

LINK PATROCINADO

Veja o novo queridinho dos brasileiros entre os cartões de crédito
MELIUZ

LINK PATROCINADO

Polêmica, CPMF traz receio de elevação de regressividade

Para defensores, tributo é caminho a ser discutido para a economia digital

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

21/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



Afonso: alternativa à tributação sobre folha é um desafio no mundo inteiro — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Embora não tenha sido apresentado formalmente pelo governo federal como proposta de mudança tributária, um tributo sobre transações financeiras é periodicamente debatido e citado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, como fonte de arrecadação que viabilizaria desde a desoneração da folha, o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda ou o Renda Brasil. O tributo, polêmico, é alvo de divergências entre especialistas.

Entre os maiores defensores da cobrança, o ex-secretário da Receita Federal Marcos Cintra diz que o novo mundo digital não é compatível com um tributo como o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), já que conceitos como tributação no destino ou créditos tributários perderiam sentido. Para ele, na economia digital há somente um único elemento que pode ser identificado com clareza: o pagamento e a transação financeira. Por isso, um tributo sobre essa base seria o mais adequado a ser discutido neste momento.

Em artigo, Cintra destaca que apenas três países usaram ou usam um tributo sobre transações no estilo da extinta CPMF com fins arrecadatórios e incidência ampla: Brasil, que o aplicou por cerca de doze anos entre 1994 e 2007, Argentina que o utiliza desde a década de 90, e ainda o faz com alíquota de 0,6% nos débitos e 0,6% nos créditos bancários e a Hungria, que passou a cobrar o imposto a partir de 2014 com alíquota de 0,3%, após amplo debate e com a concordância das autoridades econômicas da União Europeia, inclusive do Banco Central Europeu.

“Toda inovação quando chega antes da hora é rejeitada”, diz, referindo-se à CPMF, Fernando Rezende, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV). “Precisamos de uma nova base tributária para a economia digital. O termo CPMF ficou estigmatizado, mas precisamos discutir sem preconceito, debater isso de forma isenta”, defende.

Everardo Maciel lembra que a CPMF foi um dos tributos que administrou quando esteve à frente da Receita Federal, de 1995 a 2002. O tributo, diz, não causou litígios, não se podia sonegar e não resultou nos efeitos colaterais à economia que já se apontava à época. “Não tenho nenhum preconceito.” Ele pondera, porém, que não há proposta formal disso. “Creio que não se poderia cogitar um imposto sobre transações substituindo integralmente a tributação sobre folha, como já foi comentado, porque exigiria alíquota muito alta.”

José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), diz que é necessário rediscutir a tributação sobre salários como forma de financiamento da seguridade. É evidente que a folha de pagamentos não se sustentará como base para isso, afirma ele, para quem se trata de um desafio no mundo inteiro. “Não tenho solução para isso.” Mas parece, avalia, que uma nova fonte passará pela tributação do faturamento, à semelhança da Cofins cobrada hoje no Brasil e para a qual se discute mudanças.

Tathiane Piscitelli, professora da Escola de Direito da FGV, ressalta o caráter regressivo que uma CPMF poderia ter caso a alíquota fosse muito alta ou se tornasse mais um tributo caso não garantisse efetivamente a desoneração de folha. Nesse caso, seria um erro a aplicação de uma eventual proporcionalidade baseada em alíquotas múltiplas, afirma ela. “Há um discurso equivocado ao vincular proporcionalidade com justiça fiscal.” A professora ressalta que é difícil avaliar o que é apenas uma “ideia” e não um projeto, já que é preciso saber que tipo de desoneração poderia vir para compensar um tributo sobre transações financeiras.

Também é equivocado, defende Tathiane, vincular o tributo à economia digital, já que o comércio eletrônico e operações com streaming são tributadas. “Há um falatório para legitimar esse tipo de tributo evidentemente impopular que não é verdadeiro do ponto de vista jurídico ou fático.”

Defensor de uma reforma ampla, que vá além da tributação sobre consumo, alcançando renda e patrimônio, o ex-secretário de política econômica, Márcio Holland, diz que é oportunismo falar em CPMF como forma de desonerar folha. Ele lembra que a cobrança foi instituída com alíquota de 0,38% num cenário com taxa de juros de 10%, 12%, 14% ao ano. Hoje uma alíquota de 0,2% seria alta para uma taxa nominal de 2%.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

De música a podcast, tem no Spotify

SPOTIFY



Por Sergio Lamucci

É repórter do Valor desde o fim de 2003. Em 2002, ganhou o P... [ver mais](#)

A piora do risco fiscal e o mercado de juros

Incertezas sobre contas públicas em 2021 elevam taxas futuras, encurtam prazos e dificultam vendas de títulos corrigidos pela Selic

21/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

A percepção de aumento do risco fiscal no Brasil se acentuou, como fica evidente no comportamento recente do mercado de juros. Com os sinais de que o teto de gastos está em xeque e a avaliação de que medidas mais fortes para enfrentar o desequilíbrio das contas públicas não vão avançar, como uma reforma administrativa que atinja os atuais servidores, há elevação das taxas futuras, encurtamento de prazos e dificuldades do Tesouro Nacional para vender títulos corrigidos pela Selic.

Os vencimentos elevados de títulos públicos nos próximos meses contribuem para esse movimento, num país que vai terminar o ano com uma dívida bruta na casa de 95% do PIB e um déficit primário superior a dois dígitos. Há o desgaste crescente do ministro da Economia, Paulo Guedes, e as incertezas sobre o que será a política fiscal em 2021, num cenário em que o presidente Jair Bolsonaro quer um programa de transferência de renda mais amplo que o Bolsa Família, mas sem usar recursos de programas sociais existentes, ao mesmo tempo em que uma ala do governo pretende aumentar o investimento público.

Incertezas sobre contas públicas elevam taxas futuras

“Os sinais do mercado da dívida pública são muito preocupantes”, diz Carlos Kawall, diretor do ASA Investments. Ex-secretário do Tesouro, Kawall destaca a novidade recente - a dificuldade para vender as Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), títulos pós-fixados corrigidos pela Selic e que, por isso, são de menor risco. Segundo ele, é a primeira vez desde 2002 que o mercado pede mais prêmio para comprar esses papéis. Há 18 anos, o mercado vivia sob o estresse da crise envolvendo a marcação a mercado dos títulos públicos e as incertezas envolvendo as eleições presidenciais daquele ano.

Emitir LFTs não deveria ser complicado, ainda que à custa do encurtamento de prazos da dívida. Kawall vê risco de populismo fiscal à frente, com o temor de flexibilização do teto de gastos. Para ele, há uma “péssima sinalização do governo e do presidente”, num quadro de enfraquecimento de Guedes.

Kawall lembra que em 2002 havia no país um “claro problema de solvência da dívida pública”. Hoje, o quadro é diferente, com um caixa do Tesouro robusto, diz ele. Mas Kawall aponta o risco do movimento atual do mercado de juros, com a exigência dos investidores de prêmios maiores para comprar títulos públicos - o de afetar a retomada da atividade. Esse movimento de alta de taxas tende a ser recessivo, “podendo precipitar um forte aperto de condições financeiras, com aumento de risco Brasil e dólar”, afirma ele. Uma piora duradoura das condições financeiras medidas de modo mais amplo - com alta expressiva dos juros futuros e do risco país, desvalorização forte do câmbio e queda do mercado de ações - pode comprometer a recuperação da economia. Não é apenas um “problema do mercado”, diz Kawall. E, se a percepção negativa sobre as perspectivas para as contas públicas não se reverter, pressionando ainda mais os juros futuros e o câmbio, entrará em risco a manutenção da Selic em níveis baixos, hoje o grande trunfo do país para aliviar a situação fiscal e acelerar a atividade.

Na visão de Kawall, o movimento recente no mercado de juros reflete também um pouco do mau humor externo. “Acho que está caindo a ficha de que a recuperação global é mais lenta”, diz ele, mencionando a segunda onda de contaminação da covid-19 na Europa. “Mas, como sempre, 90% do problema é made in Brazil.” Para Kawall, flexibilizar o teto agora é uma má ideia, que pode ter consequências muito

negativas. Mudanças no mecanismo que limita o crescimento das despesas da União devem ficar para 2023, segundo ele.

Kawall não vê com bons olhos nem a proposta de romper o teto e encontrar um modo de acionar os gatilhos que proíbem aumento de salários para servidores, a criação de novos cargos e a realização de concursos, por exemplo. Ele cita o que ocorreu com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): “A partir da primeira mudança, não parou mais”. Para Kawall, o compromisso relevante seria avançar nas Propostas de Emenda à Constituição (PEC) que estão no Senado - a Emergencial e a do Pacto Federativo - e na reforma administrativa.

Economista-chefe da NEO Investimentos, Luciano Sobral diz que não há dúvida de que o risco fiscal está pressionando o prazo e as taxas da dívida pública (*ler mais na página C2*). Ele destaca, porém, o fato de o Tesouro ter “um caminhão” de títulos para emitir pela frente, o que faz o mercado aproveitar para pedir taxas mais elevadas. “E também não ajuda não saber ainda qual vai ser a necessidade de financiamento no ano que vem”, observa Sobral, lembrando que há muitas incertezas sobre a política fiscal em 2021. “O déficit primário pode ser de 2% do PIB ou de 5% do PIB”, diz ele, referindo-se ao resultado das contas públicas excluindo os gastos com juros, que neste ano pode atingir 12% do PIB. Sobral acrescenta a relutância do investidor estrangeiro em comprar dívida brasileira.

Em relação ao teto de gastos, o economista vê dificuldades consideráveis para o cumprimento do mecanismo, que no ano que vem será corrigido em apenas 2,13%. “O problema com o mercado não é mexer ou não no teto, são as evidências que vão se acumulando da total incapacidade do governo liderar uma agenda de ajuste no Congresso”, avalia Sobral. Para ele, poderia haver uma situação sem grande estresse se uma alteração no teto fosse combinada com medidas de consolidação fiscal mais fortes, como uma reforma administrativa que afetasse os atuais servidores públicos - e desde que ficasse claro que não haveria risco de as mudanças serem derrubadas pelo Judiciário em pouco tempo. Outra opção seria um eventual aumento de carga tributária, ainda que a medida tenha efeitos colaterais. “O importante é dar um sinal crível de que a dívida não explode”, diz Sobral. Hoje, contudo, tanto reformas mais ambiciosas como uma alta da carga tributária parecem improváveis.

Reduzir as incertezas sobre a política fiscal, tirando a pressão do mercado de juros, será fundamental para não colocar em risco a recuperação da economia, que já enfrenta um quadro complicado, dada a fraqueza do mercado de trabalho. Mexer no teto agora pode provocar mais turbulência no mercado, como indicado pela avaliação de Kawall. Para que alguma alteração no mecanismo não cause estragos, seria necessário ficar muito claro um compromisso crível e firme com uma agenda de reformas que ataquem o crescimento dos gastos obrigatórios, na linha do mencionado por Sobral. Isso exigiria grande capacidade de articulação no Congresso e disposição para tomar medidas impopulares e politicamente difíceis - dois artigos em falta no governo Bolsonaro.

Sergio Lamucci é editor de Brasil e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

De música a podcast, tem no Spotify

SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Veja o novo queridinho dos brasileiros entre os cartões de crédito

MELIUZ

LINK PATROCINADO

Esta pílula "estica" a pele velha depois dos 40 anos

SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

CAMISAS KIT

LINK PATROCINADO

Salvador : Os preços atuais para implantes dentários podem te surpreender

IMPLANTE DENTÁRIO | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

Safra reforça avaliação positiva sobre Vale (VALE3)

VALOR ECONÔMICO PARA SAFRA

Acordo poderá ter anexo para Mercosul dar garantia ambiental

Inclusão de uma “declaração anexa e interpretativa” no acordo entre UE e o bloco sul-americano, para acomodar preocupações europeias na área ambiental e outras questões polêmicas, entrou no radar

Por Assis Moreira — De Genebra

21/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

A inclusão de uma “declaração anexa e interpretativa” no acordo de livre comércio entre a União Europeia (UE) e o Mercosul, para acomodar preocupações europeias na área ambiental e outras questões polêmicas, entrou no radar, segundo fontes familiarizadas com o tema. A pressão crescente de países-membros e da sociedade civil na Europa contra o acordo “no estado atual”, principalmente diante do que veem como política de desmonte na área ambiental no Brasil, provoca a busca de opções para salvar o tratado.

A Comissão Europeia, braço executivo da UE, estuda separar o pilar de comércio para tentar diminuir as dificuldades na sua tramitação. Com isso, a parte de comércio não vai requerer unanimidade no Conselho Europeu (governos) nem a ratificação pelos parlamentos dos 27 países membros. E poderá ser submetido mais rapidamente ao Parlamento.

Mas alguns países endurecem. “O projeto está morto porque não tem ambições ambientais e dispositivos obrigatórios, mas não queremos jogar tudo fora”, disse um assessor do governo francês ao jornal “Le Monde”. A França lista três exigências adicionais: o acordo com o Mercosul não deverá em nenhum caso provocar aumento do desmatamento importado na UE; as políticas públicas do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai devem estar plenamente em conformidade com

engajamentos no Acordo de Paris de combate a mudança climática; e os produtos agroalimentares importados com tarifa menor, graças ao acordo, devem respeitar estritamente as normas sanitárias e ambientais da UE.

Diante da “ambição insuficiente” do acordo na área ambiental, o governo francês quer negociar primeiro com os outros membros da UE o que fazer e mais tarde tratar com o Mercosul. Reabrir o acordo não está nos planos, pelo momento, porque só complicaria ainda mais. E uma hipótese é seguir o exemplo do acordo UE-Canadá com inclusão de uma “declaração interpretativa conjunta” usada na ocasião para atenuar as pesadas críticas da sociedade civil e sérias preocupações manifestadas por governos ou parlamentos da Bélgica, Polônia, Hungria, Eslovênia e Irlanda. O anexo, legalmente obrigatório, visou “fornecer uma declaração clara e inequívoca do que o Canadá e a UE e seus Estados-membros concordaram em uma série de disposições que têm sido objeto de debate público e preocupação”. Confirma a visão comum sobre serviços públicos, direitos trabalhistas, proteção ambiental, sistema independente para resolver disputas sobre investimentos, por exemplo.

A questão é se um anexo desse tipo seria suficiente no caso de UE-Mercosul. Até porque existe pressão forte por inclusão de sanções comerciais concretas, no caso de desrespeito a proteção ambiental e desmatamento maior da Amazônia. “As soluções que alguns setores europeus querem fazer prevalecer aliam interesses ambientais com protecionistas”, nota um observador.

O custo para os exportadores brasileiros, como certificações, vai inevitavelmente aumentar para exportar para a Europa, com ou sem acordo birregional. E declarações como a de Jair Bolsonaro, de que o Brasil merece parabéns pela proteção ambiental, só reforçam a posição dos que exigem controle maior sobre produtos brasileiros.

A Comissão Europeia já abriu consulta pública para definir medidas pelas quais poderá impor, como certificação ambiental e “diligência devida” para os importadores examinarem a procedência de commodities agrícolas e sua cadeia de produção. Se não comprovarem que não vem de áreas de desmatamento, por exemplo, o produto não entrará nos 27 países-membros.

Os ministros de Comércio da UE tinham prevista reunião informal domingo e nesta segunda-feira, em Berlim. E o Mercosul poderia ser um tema em discussão, mas porta-voz alemão disse que nenhuma decisão específica deveria ser tomada. A questão ambiental também tem impacto no acordo comercial entre o Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio (Efta, na sigla em inglês) que é formada por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein. As negociações foram concluídas em agosto do ano passado e o plano era de os governos assinarem o texto neste ano. A pandemia atrasou tudo. Além disso, há duas ou três pendências de interpretação no texto, segundo fontes. Mesmo depois que os governos assinarem o acordo, a batalha vai ser a aprovação nos parlamentos. E na Suíça, a maior economia da Efta, mesmo se o parlamento der o sinal verde, já está evidente que haverá referendo popular.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito

SANTANDER FREE

LINK PATROCINADO

Veja o novo queridinho dos brasileiros entre os cartões de crédito

MELIUZ

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

CAMISAS KIT

LINK PATROCINADO

Mulheres: Anvisa libera pílula que estica as rugas e a pele velha depois dos 40 anos de idade

SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Salvador : Os preços atuais para implantes dentários podem te surpreender

IMPLANTE DENTÁRIO | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

Safra reforça avaliação positiva sobre Vale (VALE3)

VALOR ECONÔMICO PARA SAFRA

Atividade mineral no país sobrevive à crise

Produção sobe e é beneficiada por alta dos preços; recolhimento de royalty (Cefem) tem projeto de crescer 5% no ano

Por Ana Paula Machado — De São Paulo

21/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Longe da crise

Desempenho da mineração no Brasil ignora efeitos da pandemia sobre a economia*

	Em mil toneladas		Em US\$ mil	
	Set/19	Set/20	Set/19	Set/20
Minério de ferro e seus concentrados	1.521	2.167,10	98.921,10	172.605,90
Minérios de cobre e seus concentrados	4,2	5,3	7.892,40	12.296,90
Minérios de alumínio e seus concentrados	35	18,5	592	1.301,20
Minérios de metais preciosos e seus concentrados	6,2	6,8	10	10,50
Outros minérios e concentrados dos metais de base	24,6	36,4	3.183,10	4.906,60

Total da indústria extrativista**



Mais de 30% é valorização do minério de ferro neste ano no mercado chinês, valendo mais de US\$ 120 a tonelada

Fonte: Secex. *Média diária das duas primeiras semanas de setembro de 2020 sobre média diária de setembro de 2019. ** Inclui petróleo, gás, fertilizantes e outros bens

Apesar da pandemia da covid-19, que causou forte retração na atividade econômica brasileira no primeiro semestre, o setor de mineração segue em ritmo acelerado. Nas duas primeiras semanas de setembro, as exportações de minério de ferro, por exemplo, chegaram a 17,3 milhões de toneladas, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). A média diária da tonelada embarcada cresceu 42,48% no comparativo com o mesmo período do ano passado, que foi de 1,52 milhão de toneladas.

O valor da tonelada negociada na exportação durante a primeira quinzena de setembro foi 74,49% maior que a cotação apurada no mesmo período do ano passado, de acordo com a Secex. A média diária negociada, segundo os dados, foi de US\$ 172,6 milhões no período.

Outro mineral que se destaca é o cobre. As exportações do metal e seus derivados, conforme os dados da Secex, a média diária alcançou 5,32 mil toneladas no período, alta de 26,66% na mesma base de comparação anual. Em termos de valor negociado, informa a secretaria, a média diária, foi de US\$ 12,3 milhões.

“Esse desempenho mostra que a operação das mineradoras está melhor do que no ano passado. Isso em um ano em que a economia mundial sofreu um baque”, disse o consultor de relações institucionais e econômicas da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais (Amig), Waldir Salvador.

Segundo ele, com os resultados que verifica no setor este ano, a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cefem) deverá atingir R\$ 4,7 bilhões em 2020, crescimento de 5% em relação ao ano passado. O carro-chefe desse valor é minério de ferro. “A arrecadação média mensal está em torno de R\$ 370 milhões. Se continuar no ritmo de agosto, que foi de R\$ 490 milhões, esse valor anual pode atingir R\$ 5 bilhões”, afirma o consultor da entidade.

Salvador ressaltou, porém, que esse bom momento se deve, em grande parte, à valorização do minério de ferro, que no ano acumula alta superior a 30%. Na sexta-feira, a cotação do produto, com teor de 62% de ferro, negociado no porto de Qingdao, na China, fechou em US\$ 124,90%. “O dólar [no atual patamar no Brasil] nesse patamar e os preços da tonelada da commodity nesse ritmo explicam essa arrecadação do royalty”, destaca.

A produção mineral no país teve um faturamento de R\$ 39 bilhões no primeiro semestre, segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). Desse valor, a representação do minério de ferro foi de 59,3%. Já a participação do ouro - cujo preço teve elevada valorização no ano devido ao cenário global da economia - foi de 13,7%. A do cobre, 7,8%. “Podemos ter aumento na arrecadação de Cefem, puxada por maior produção da Vale”, disse o presidente executivo do Ibram, Wilson Brumer, durante apresentação dos números do primeiro semestre.

Salvador, da Amig, disse que a mineradora está fazendo 1 milhão de toneladas ao dia, somente nas operações situadas em Minas. “A Vale vai conseguir cumprir os objetivos desse ano, mesmo com as operações em Minas Gerais ainda sem operar à

plena capacidade. Há minas que estão paradas por razões de estabilidade de barragens. Assim que resolver esse problema, a companhia, tem uma projeção de produzir 177 milhões de toneladas em Minas Gerais, no final de 2023.”

Para este ano, o guidance de produção total da Vale é de 310 milhões de toneladas a 330 milhões de toneladas. No primeiro semestre, a companhia fez 127 milhões de toneladas. A expectativa da mineradora é de ao menos 183 milhões de toneladas de minério de ferro neste semestre.

O analista de mineração e siderurgia do Itaú BBA, Daniel Sasson, disse que a Vale deve produzir 50 milhões de toneladas a mais neste semestre em relação à primeira metade do ano, o que poderá ajudar a empresa a atingir o piso do guidance estimado para 2020, de 310 milhões de toneladas.

“No primeiro semestre, tivemos o impacto do clima, com as chuvas na região Sudeste. Aliado a isso, a parada de operações de algumas minas por causa do novo coronavírus. Por tudo isso, a produção no segundo semestre deve vir mais forte. E isso vai fazer a arrecadação da Cefem subir na mesma medida”, disse Sasson.

Segundo o analista, outro fator que pode impulsionar o recolhimento da alíquota do royalty - que varia percentualmente entre os minerais - é o preço do minério de ferro. Sasson estima que a cotação da commodity deve permanecer no patamar de US\$ 100 até o final do ano. “A produção das siderúrgicas chinesas continua a surpreender. Isso deve se manter”, afirmou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito
SANTANDER FREE

LINK PATROCINADO

Veja o novo queridinho dos brasileiros entre os cartões de crédito
MELIUZ

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!